

UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PPGPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ALEXANDRA DA SILVA SANTOS

AS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS NATURAIS NA ESCOLA NORMAL RURAL
MURILO BRAGA (1954-1972)

ARACAJU

2023

ALEXANDRA DA SILVA SANTOS

**AS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS NATURAIS NA ESCOLA NORMAL RURAL
MURILO BRAGA (1954-1972)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Educação e Formação Docente

ORIENTADOR: Prof. Dr. Cristiano Ferronato

ARACAJU

2023

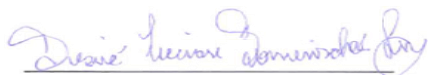
FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em 09/02/2023

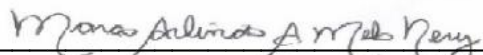
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cristiano Ferronato - Orientador
Universidade Tiradentes – (UNIT)



Prof. Dr^a. Desiré Luciane Dominschek Lima
Centro Universitário Internacional - UNINTER – (UNINTER)



Prof. Dr. Marco Arlindo Amorim Melo Nery
Instituto Federal de Sergipe – (IFS)



Prof^a. Dr^a. Silvana de Andrade Santana
Universidade Tiradentes – (UNIT)

	Santos, Alexandra da Silva
S237d	As disciplinas de ciências naturais na escola normal rural Murilo Braga (1954-1972) / Alexandra da Silva Santos; orientação [de] Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato – Aracaju/ SE: UNIT, 2023.
	136 f. il; 30 cm
	Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes 2023
	1.História da educação 2. Disciplinas escolares 3. Ciências naturais I. Santos, Alexandra da Silva II. Ferronato, Cristiano de Jesus (orient.). III. Universidade Tiradentes. V. Título.
	CDU: 371.671

AGRADECIMENTOS

Ao escrever esta dissertação, passei por diversos momentos de indecisões, de tristezas, emoções e alegrias, mas eu não estava sozinha, como muitas vezes imaginava estar. Por isso, é maravilhoso ter um espaço para agradecer às pessoas que estiveram presentes nessa etapa da minha vida e descrever as sensações. A escrita do trabalho foi análoga ao parto normal.

Na descoberta da gestação, é a euforia, a alegria: a aprovação no processo de seleção para o curso de Mestrado.

Durante o desenvolvimento do embrião, sentimo-nos apoiados: recebemos sugestões das disciplinas do curso para o projeto de pesquisa.

As mudanças do corpo físico e da mente, os hormônios exacerbados, e começamos a nos sentir solitários, só com acompanhamento do pai: a escrita é um desafio, muitas leituras, a pesquisa documental e as dúvidas, o auxílio do orientador.

E os períodos intercalados entre alegrias e indecisões, com os sintomas evoluindo, pedimos socorro aos pais de segunda viagem: nas dificuldades, pedimos ajuda aos amigos do grupo de pesquisa para ler o nosso trabalho e sugerir. É a fragilidade da solidão. Isso nos dá fôlego, momentos de trocas de conhecimentos, experiências.

No momento da ultrassonografia, o medo de os médicos em constatar deficiências graves do rebento: os doutores da banca de qualificação. O alívio, quando vemos que o crescimento segue progressivamente, as vitaminas ingeridas: as orientações da banca e a aprovação na qualificação.

Mas a angústia do parir, o medo da dor do nascimento, o sentimento de apego persiste: o momento de defesa, a relevância da contribuição do trabalho, o desejo de continuar melhorando.

O nascimento, após as contrações, sob o olhar dos médicos: o alento após as contribuições e a defesa. E os ensinamentos dos primeiros cuidados com o bebê: as alterações anotadas e processadas.

E convidamos os médicos para serem padrinhos, forma de gratidão típica da cultura rural. E seguimos dedicados à criação, nutrindo esse filho, abastecendo-o com valores: percorrendo e se aprofundando-se no caminho da pesquisa.

E agradeço às contribuições das pessoas, com quem encontrei na gestação, direta e indiretamente:

A Deus, primeiramente, pela sustentação espiritual em um momento tão crítico que foi a pandemia. Aos meus pais, avós, tias e tios, primos e primas e irmãs, que me incentivaram pelo caminho dos estudos.

Ao meu orientador doutor Cristiano Ferronato, que acreditou em mim e a quem tenho enorme respeito e admiração, não somente pelas orientações, mas pelo ser humano que é. Muita luz!

À banca orientadora, que contribuiu sumariamente com o progresso do trabalho. À pesquisadora Silvania Andrade Costa, que abriu um leque de futuras pesquisas.

E nesse curto caminho, porque o tempo é pouco, agradeço aos amigos do GPHEN, pelas palavras de incentivo, compartilhamento de arquivos e conhecimentos. E aos integrantes do Projeto de Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga, na pessoa do doutor João Paulo Gama Oliveira, pela parceria, pela troca de conhecimentos e livros.

Aos amigos, que, ainda reclamando minha distância, sempre estiveram em contato.

Aos meus filhos, que suportaram a minha ausência, digo que tudo foi pela ciência, por vocês e pelos meus alunos. Em nome destes, representando-os, aqueles que tiveram seu caminho interrompido tão brevemente: Ana Vitoria Pinheiro (minha eterna afilhada) e Kelbert Freire dos Santos.

E, por último, mas não menos importante, às colegas de trabalho, representadas por Maria do Céu, que cuidou da minha alimentação e hidratação nos dias de estudo os quais se adentravam pela noite.

A filha de agricultores que se tornou professora e, agora, mestre!

SANTOS, Alexandra da Silva. **Ensino Rural Normal em Sergipe: A disciplina de Ciências na Escola Normal Rural Murilo Braga (1954-1972)**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes. Orientador: Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato. Aracaju, 2022.

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo investigar a organização e o funcionamento das disciplinas escolares de Ciências Naturais: Biologia Educacional, Educação Sanitária e Puericultura e Ciências Físicas e Biológicas no âmbito do curso de formação dos professores da Escola Normal Rural Murilo Braga (ENRMB) / Itabaiana-SE, no período de 1954 a 1972. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórico-documental, situada no campo da História da Educação e das disciplinas escolares realizadas na linha de pesquisa Educação e Formação Docente, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes (UNIT) no Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq). O marco temporal foi delimitado segundo a legislação vigente do período, tendo o Decreto-Lei nº 8.530 de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal) e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 4.024/1961, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Teve como fontes principais, a legislação citada e outros documentos no arquivo da instituição, representados por fotos, diários de classe, programas de disciplinas, materiais didáticos e conteúdo da disciplina, pontos de admissão dos alunos, livros de ponto e de histórico profissional dos professores. No que se refere aos seus referenciais, a pesquisa se situa dentro dos pressupostos da história cultural de Chartier (2002), no campo da História das Disciplinas Escolares, defendido por Chervel (1990), foram fundamentais para aprofundar a análise do objeto. Partiu-se da seguinte questão de pesquisa: Como as disciplinas de Ciências Naturais estavam estruturadas na formação do professor na ENRMB no período de 1954 a 1972? Para responder a indagação, fez-se necessário atender aos objetivos específicos: contextualizar a educação rural no Brasil, Sergipe e em Itabaiana; e discutir a organização e a estrutura da disciplina. Os resultados apresentam a importância da disciplina no currículo da escola, as ações dos professores, a sua formação, a preparação e a carga horária que emolduraram a seleção e a transmissão dos conteúdos, ainda que definidos pela legislação e programa. A comprovação da ausência do conteúdo, da metodologia e das práticas adequadas para a população rural. Entretanto, obedeceu ao currículo para a zona urbana orientada pela legislação, sendo influenciado pelo momento econômico da cidade.

Palavras-Chave: História da Educação. Disciplinas Escolares. Ciências Naturais. Escola Normal Rural Murilo Braga.

SANTOS, Alexandra da Silva. **The subject of sciences in School Normal Rural Murilo Braga (1954-1972)**. 128 f. Dissertation (Master's in Education) – Tiradentes University. Advisor: Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato. Aracaju, 2022.

ABSTRACT

The research has the aim to investigate the organization and performance of the Natural Sciences school subjects: Educational Biology, Sanitary Education and Childcare and Physical and Biological Sciences within the scope of the training course for teachers at the Normal Rural School Murilo Braga in Itabaiana/Sergipe, from 1954 to 1972. This is a qualitative, documental and historical research, part of the History of Education field and school subjects' field, also. It is part of the line of research named Education and Teacher Training, of the Graduate Program in Education (PPED) of Tiradentes University (UNIT) in the Grupo Research Center History of Education in the Northeast (Grupo de Pesquisa de História e Educação do Nordeste – GPHE/UNIT/CNPq). The time frame of the research was delimited between the Decree Law nº 8.530 of 1946 (Organic Law of Normal Teaching), its beginning and the Law of guidelines and bases (Lei de Diretrizes e Bases – LDB) nº 4.024/61 and Law nº 5.692, of August 11th 1971, responsible for setting the Guidelines and Bases for teaching of elementary school and high school as its end. The research had as main sources the two cited laws and others documents in the institution's archive such as: photos, class diaries, subject programs, teaching materials and subject content, student admission grade, grade books and teachers' professional history. Regarding the references, the research is based on the ideas of Cultural History by Chartier (2002), in the field of History of School Subjects thought by Chervel (1990), they were fundamental to deepen the analysis of the object. The starting point was the following question: How were the disciplines of Natural Sciences structured in teacher training at ENRMB between the period of 1954 and 1972? To answer the question, it is necessary to meet the specific objectives: contextualize rural education in Brazil, Sergipe and Itabaiana; and discuss the organization and structure of the course. The results show the importance of the subject in the curriculum of the school, the teacher's actions, their training, preparation and workload that framed the selection and transmission of content, even if defined by legislation and program. Proof of the absence of content, methodology and practices suitable for the rural population. However, it obeyed the curriculum for the urban area guided by the legislation, being influenced by the economic moment of the city.

KEY-WORDS: History of Education. School Subjects. Natural Sciences. Normal Rural School Murilo Braga.

LISTA DE SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.
CADES - Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBE- Congresso Brasileiro de Educação
CONEduc - Congresso Internacional de Educação
COVID-19 – Corona Vírus
DNCr- Departamento Nacional da Criança
ENRMB - Escola Norma Rural Murilo Braga
ESHE - Encontro Sergipano de História da Educação
FNE- Fórum Nacional de educação
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBECC- Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
GPHE - Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste
IBECC - Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura
LDB – Lei de Diretrizes e Base na Educação Nacional
LTDA- Limitada ou Sociedade Limitada
PDPH- Programa de Documentação e Pesquisas Históricas
PPGED- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe
PPED/UNIT - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes
PQD - Programa de Qualificação Docente.
PROFOPE - Programa Especial de Formação Pedagógica para portadores de Diploma da Educação Superior
RBEP- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
SINTESE- Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe
UFS - Universidade Federal de Sergipe.
UNI –Rio-Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNIT - Universidade Tiradentes.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – Sala “Memorial Dr.º Pedro Garcia Moreno Filho”	31
FOTOGRAFIA 2 – Documentos do Colégio Estadual Murilo Braga	31
FOTOGRAFIA 3 – Sala temporária do “Memorial Doutor Pedro Garcia Moreno Filho” do Colégio Estadual Murilo Braga.....	33
FOTOGRAFIA 4 – Arquivos e documentos na sala temporária do “Memorial Dr. Pedro Garcia Moreno Filho” do CEMB.....	34
FOTOGRAFIA 5 – Acrísio Cruz com uma família da zona rural sergipana, 1950.....	57
FOTOGRAFIA 6 – Ruínas da Igreja Velha (construção 1620)	79
FOTOGRAFIA 7 – Grupo Escolar Guilhermino Bezerra.....	83
FOTOGRAFIA 8 – Decreto-lei de alteração do nome da ENRMB para Colégio Estadual Murilo Braga.....	86
FOTOGRAFIA 9 – Ofício solicitando calçamento e iluminação.....	93
FOTOGRAFIA 10 – Termo de responsabilidade da ENRMB.....	95
FOTOGRAFIA 11 – Caderneta da disciplina de Biologia Educacional	101
FOTOGRAFIA 12 – Primeiro diário de Biologia educacional, 1954.....	102
FOTOGRAFIA 13 – Gráfico identificando o aumento da matrícula no Curso Normal.....	107
FOTOGRAFIA 14 – Livro de conclusão do Curso de Formação de professores primários,1963 a 1969.....	111
FOTOGRAFIA 15 – Programa de conteúdos de Biologia Educacional para 1ª prova parcial em 1960.....	114
FOTOGRAFIA 16 – Correspondência com apresentação de materiais para aulas práticas.....	116
FOTOGRAFIA 17 – Folha de pagamento de março de 1957 dos funcionários da ENRMB.....	119
FOTOGRAFIA 18 – Livro de currículo profissional na instituição.....	1

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Pesquisas sobre disciplinas escolares no repositório da UNIT e UFS.....	36
QUADRO 2 – Escolas rurais construídas em Sergipe entre 1947 a 1951.....	69
QUADRO 3 – Quadro docente normalistas e não normalistas (1958)	75
QUADRO 4 – Escolas construídas de 1947 a 1951 em Itabaiana.....	81
QUADRO 5 – Escolas primárias rurais em Itabaiana (1950-1951)	81
QUADRO 6 – Disciplinas do curso de formação de professores da ENRMB.....	97
QUADRO 7 – Currículo Formativo do Curso Normal previsto na Lei 8.530 de 1946 e da Escola Normal Rural Murilo Braga em 1963.....	98
QUADRO 8 – As disciplinas das Ciências Naturais e os professores.....	99
QUADRO 9 – Lista de Pontos- Programas de conteúdos das disciplinas de Ciências Naturais.....	114

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – População urbana e rural em relação à população total do Brasil (1920 a 1950).....	60
FIGURA 2 – Planta baixa da escola rural.....	71
FIGURA 3 – Mapa do Estado de Sergipe e localização de Itabaiana.....	77
FIGURA 4 – Mapa do Município de Itabaiana.....	78
FIGURA 5 – Planta de Itabaiana (1950)	91

SUMÁRIO

1 O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA: A ESCOLHA E O ENCONTRO COM O OBJETO	16
1.1. Iniciando a pesquisa e entrando em isolamento	23
1.2 O que já estudaram sobre disciplinas escolares e a Escola Normal Rural Murilo Braga	34
1.3 Arando o solo ou lavrando a terra: referenciais teóricos e metodológicos	44
2 A EDUCAÇÃO DA TERRA: ESCOLAS RURAIS NO BRASIL E EM SERGIPE 53	
2.1 Educação da terra no retalho do Brasil: a educação rural em Sergipe	65
2.2 A educação para os filhos da terra: a educação rural na Escola Normal Rural Murilo Braga	75
2.3 Semeando em solo fértil: a educação em Itabaiana	81
3. FERTILIZANTES: AS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS NATURAIS NA ESCOLA NORMAL RURAL MURILO BRAGA	95
3.1 Os instrumentos utilizados na lavoura: os livros didáticos e materiais adotados	112
3.2 Semeadores: os professores das disciplinas de Ciências Naturais	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	123

1 O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA: A ESCOLHA E O ENCONTRO COM O OBJETO

O hino do Colégio Estadual Murilo Braga resultou de concurso entre os alunos em 1966, tendo letra e música por Dirce Lopes Mendes.

Surgiu de uma escola secundária
Nesta linda cidade serrana
Por lei e data registrada na história
Patrimônio cultural de Itabaiana
Monumento erguido em memória
De antepassado leal e lutador
Tornou-se hoje berço vivo de um povo
Com grandes mestres dedicados com penhor

(Refrão)

Avante, Murilo Braga
Campo fértil de jovem varonil
És glória da querida Itabaiana
Este imenso retalho do Brasil

Colégio Estadual Murilo Braga
Uma epopeia de heroísmo que descerra
Oferece nas páginas da história
O educar aos filhos desta terra
Preparando gerações do amanhã
Pontilhando o seu caminho mais seguro
A promessa no raiar da nova aurora
É a grandeza que envolve o seu futuro

(Refrão)

Ex-alunos do teu seio tão brilhantes
Expoentes de saber e esperança
A saudade do teu seio, tão distante
Não sumiu de cada um, nem da lembrança
És semente que germina e que floresce
Constitui padrão de glória e louvor
Oh, Murilo, nosso amor não te esquece
Te dedicamos, oh, Murilo, nosso amor

(Refrão)

Neste trabalho tivemos como objetivo investigar a organização e o funcionamento das disciplinas escolares de Ciências Naturais: Biologia Educacional, Educação Sanitária e Puericultura e Ciências Físicas e Biológicas no âmbito do curso de formação dos professores da Escola Normal Rural Murilo Braga/Itabaiana, SE (1954-1972). Iniciamos, com o lugar de fala da pesquisadora, enredando as circunstâncias da trajetória de vida profissional e acadêmica de uma professora de Ciências Biológicas da zona rural de Areia Branca/SE com as políticas públicas, com a disciplina e com a pesquisa. Destaca-se a construção de uma professora, a

aprendizagem da metodologia na prática e na troca de experiências entre os pares, finalizando com a apresentação da estrutura da pesquisa.

O presente estudo situa-se no campo da História da Educação. A memória e os documentos (fontes) contam a história de uma instituição. A memória, através da escrita do passado, relata eventos ocorridos e como me tornei professora, ou seja, a minha identidade. Com base nessa perspectiva, Pollak (1992) define:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (p.205).

No entendimento da importância de contar o meu registro histórico e contextualizando com o tema da pesquisa, fica exposta a relevância dele na vida profissional e acadêmica. Para Chartier (2009, p. 21), “[...] a memória como elemento primordial para o historiador é conduzida pelas exigências das comunidades para as quais a presença do passado no presente é elemento essencial da construção de seu coletivo”. A memória, que descreve a identidade, se dá pela narrativa.

Vozes, valores, ideais, saberes, sensibilidades, práticas, experiências, aprendizagens, subjetividades, identidades, carreiras, trajetórias, percursos, estágios, movimentos, ciclos, situações, recordações, nostalgias, evocações, relatos, depoimentos, memórias, narrativas, histórias. Estes são alguns dos variados temas que têm sido acionados por pesquisas educacionais interessadas nas artes de contar (MAKNAMARA, 2020, p.135).

A trajetória narrada em primeira pessoa do singular e os fatos podem apresentar possibilidades de inspiração, pois a subjetividade no meu discurso demonstra a representação sobre a formação pedagógica, a legislação educacional, as políticas públicas e a escolha do tema.

Segundo Eco (2010), a escolha do tema dos trabalhos apresenta regras que devem ser consideradas: o interesse do candidato, pois deve estar ligado ao seu tipo de exame, às suas leituras, às suas atitudes política, cultural ou religiosa; a acessibilidade às fontes e que estas sejam manejáveis, estando ao alcance e ao nível cultural do pesquisador; a metodologia aplicada compreensível ao candidato.

No entanto, como toda pesquisa parte de uma pergunta, de um interesse, ou de uma formação na vida acadêmica, é interessante relatar a minha posição de fala e

como este objeto chegou até a mim. Destaco que sou professora de Ciências e meu interesse na disciplina surgiu durante a realização do 1º Grau iniciado no Estado de São Paulo. O contato com a disciplina de Ciências Naturais despertava a minha curiosidade. A motivação¹ conduziu as realizações das atividades e um melhor desempenho na disciplina em tela.

O ensino fundamental foi concluído em Sergipe², residindo em Caroba, que é uma comunidade formada por pessoas humildes, que têm dificuldades econômicas e sobrevivem do cultivo de maniba³, a qual é utilizada para a confecção de farinha de mandioca. A impossibilidade da continuidade nos estudos das pessoas desse povoado se dá por causa das condições socioeconômicas, o que provocava a escassez de professores. Então, em 1995, aos 14 anos de idade, estava cursando a 8ª série do 1º Grau⁴, quando fui convidada para um processo de seleção⁵ para lecionar na escola local do Ensino Básico, a qual oferecia as modalidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, as séries iniciais. Nessa instituição, a minha tia, Eliene Santana da Silva, era professora leiga⁶, lecionava há 8 anos. Nós residíamos em uma casa humilde de taipa⁷ e acompanhava as suas aulas. Nessa época, eu tinha, aproximadamente, 12 a 13 anos de idade.

¹ O interesse pela disciplina despertou a atenção de uma professora da área, quando estava cursando a 5ª série do Ensino Fundamental. Tal docente, além de me ensinar a ensinar, também me influenciou para que eu pudesse ser uma profissional da educação. Acrescenta-se também que essa educadora incutiu, na minha pessoa, o gosto pelas Ciências Biológicas. Desde então tive a oportunidade de encontrar professores e outros profissionais que, com palavras ou ações, impulsionaram para a efetivação da minha graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas, na Universidade Federal de Sergipe, bem como acontecimentos pessoais que permearam mudanças que me direcionaram ao encontro com o objeto.

² Diante do episódio marcante de mudança com o falecimento do genitor da família, em 1993, que desestabilizou a economia familiar e provocou a separação entre eu, minha mãe e minhas irmãs, sendo obrigada a residir em outro estado. Então, aos 12 anos de idade, cheguei em Caroba, povoado de Areia Branca, Sergipe. Tive que conviver em um ambiente diferente e passei a morar com meus avós. Apesar das dificuldades, continuei a estudar.

³ Maniba é substantivo feminino com origem no tupi mandiyua. Trata-se do caule da mandioca que é cultivado pela comunidade.

⁴ Na lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 o ensino foi organizado em 1º e 2º graus, respectivamente Ensino Fundamental e Ensino Médio atualmente, obedecendo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

⁵ O processo de seleção das candidatas para a vaga de professora deu-se através de uma prova escrita e uma entrevista, aplicadas por coordenadores pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de Areia Branca/SE. Eu fui aprovada em primeiro lugar. Imediatamente, assumi uma sala da 2ª série do 1º Grau. A condição me obrigou a assumir uma postura de autoridade, no sentido de manter a organização e o respeito, devido à proximidade da idade entre a professora e os alunos.

⁶ Leiga é o termo usado para a professora que atua em sala de aula sem formação formal específica, conforme a legislação exige, mas que contribuíram socialmente com a educação.

⁷ São casas ou instalações que são feitas com argila e cipós.

A minha experiência foi adquirida através da observação das aulas que a minha tia ministrava e do auxílio da diretora da instituição, Valdelice Freire, as quais me orientaram acerca das metodologias, do comportamento adequado e das informações relacionadas aos documentos apresentados. No que diz respeito aos instrumentos pedagógicos, a professora leiga, Rosivânia Freire da Lapa, ensinou-me como utilizar os métodos para a manutenção da ordem e facilitação da transmissão dos conteúdos. Destaco que a Direção da escola apresentou um documento que listava proibições para as professoras. Dentre elas destacam -se: não beber; não andar em companhia de homens, exceto irmãos e pai; não usar roupas decotadas e curtas; não sair à noite. Entretanto, procurei o documento na escola para anexar à pesquisa, mas ele foi descartado do arquivo escolar.

Na transmissão dos conteúdos das disciplinas, especificamente, na execução das aulas de Ciências, o entusiasmo me preenchia-me e estendia-se aos alunos, que questionavam, com curiosidade, sobre os temas; esse fato já chamava a minha atenção, pois percebi o quanto a relação do professor com sua disciplina repercute no estímulo da turma. No entanto, a pretensão de formação no curso magistério, em 1998, no Colégio Estadual Murilo Braga, era um fato difícil, pois não era disponibilizado transporte para o meu povoado e eu não tinha condições financeiras para tal atividade.

A única alternativa, devido à oferta de ônibus escolar, era o Colégio Estadual Governador João Alves Filho, atual Colégio Guido Azevedo, situado na cidade de Areia Branca/SE. A realização da conclusão no Ensino Médio Científico (SOMEM) no período noturno, concomitantemente ao curso de magistério intitulado Avanço⁸, ofertado pelo Governo Municipal aos finais de semana e férias, somando ao trabalho em duas escolas, foi o esforço feito para atingir a meta⁹ de ser professora de Ciências.

O trabalho como professora na zona rural, em uma pequena escola, passava por períodos intercalados de exoneração e recontratação a cada mudança de gestão municipal, sem estabilidade empregatícia e à mercê das ações político-partidárias. Na década de 90, antes da promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBn), que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação, a formação em nível superior era condição dispensável e era permitido ensinar, desde que tivesse em uma série a mais que os alunos. Apesar da regulamentação do Artigo nº 30º da Lei nº 5.692,

⁸ Projeto do governo municipal para formação em magistério para professores leigos regentes.

⁹ À época, foi difícil, pois tinha a responsabilidade de ajudar nas finanças da casa com a baixa remuneração de professora, assumir os compromissos da formação pedagógica e conciliar com o sonho de atuar futuramente na disciplina de Ciências.

de 11 de agosto de 1971, que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus o qual regulamentava o 2º grau: “Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau”. A política partidária sofreu interferência da legislação solicitada pelo Poder Judiciário e influenciou a condução da profissão docente. No cumprimento da Constituição de 1988, em seu Artigo 37º, o inciso II indica que:

[...] a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (BRASIL, 1988).

A Lei nº 9.394/1996 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e complementa o ingresso docente através de concurso público. Informação expressa no seu Artigo nº 67, inciso I: “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos” (BRASIL, 1996).

A obrigatoriedade de realização de processo seletivo para docentes foi observada, com maior relevância, a partir da ação do Fórum Nacional de Educação¹⁰ - (FNE), em 1997, com a criação do Pacto da Valorização Docente e Qualidade da Educação. A legislação conduziu a realização dos concursos públicos nos estados e municípios, bem como impulsionou a criação de documentos que norteiam e regularizam a carreira docente nos municípios, como Estatuto do Magistério¹¹ e Plano de Carreira no Magistério¹².

Em obediência às leis, o município de Areia Branca/SE realizou concurso público no início do ano de 1998 para seleção docente, mas fiquei excluída, pois, naquela época, eu tinha 16 anos de idade. Embora menor de idade, iniciei o trabalho docente em uma escola particular. Em seguida, no final do ano de 1999, recebi um convite da

¹⁰ FNE - envolve entidades, órgãos de Estado e movimentos não associados às mesmas representações sociais para debate sobre políticas públicas na educação. A construção dos Planos de Carreira e Estatutos do Magistério descritos na LDB foram intensificadas a partir da ação do Fórum Nacional de Educação com o Pacto da Valorização Docente e Qualidade da Educação instituída em 1997.

¹¹ Documento com regras jurídicas que regulamentam a organização e o funcionamento docente, determinando direitos e deveres.

¹² Documento que sistematiza as funções, as atribuições e as vantagens adquiridas nos cargos do magistério, incluindo o quadro salarial.

gestora municipal pública, pela segunda vez, para lecionar, na condição de professora substituta, através de contrato¹³.

A aprovação no concurso efetivado em 2001, no qual fui classificada em 3º lugar, me proporcionou-me a estabilidade profissional. Um direito conquistado. Prossegui com meu trabalho, lecionando em duas escolas do Ensino Fundamental com uma sobrecarga de horas. Naquele tempo, o sindicato dos professores reivindicava qualidade na educação, mas ainda não existiam leis municipais, como Estatuto e Plano de Carreira do Magistério, que assegurassem os direitos aos/às profissionais docentes.

A minha trajetória profissional era reconfigurada a partir das leis que também redefiniam os estudos. A Secretaria Municipal de Educação procurou incentivar a formação em instituições de ensino superior, consequência das políticas públicas de formação docente que, por meio do Programa de Qualificação Docente (PQD)¹⁴, provocou a realização de inscrição no processo seletivo para graduação na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Em 2002, entre os cursos disponíveis, apesar da grande concorrência, convicta do que almejava, realizei a seleção para o curso de Ciências Biológicas e fui aprovada.

O trabalho para conclusão na graduação, em 2007, teve como objeto a motivação nas aulas de Ciências na Escola Municipal José Romão do Nascimento¹⁵, na 6ª série do Ensino Fundamental, pois é nesse ano que acontece uma mudança drástica na vida dos educandos, acrescentam-se, também, a inflexão no currículo, que passa a conceber várias disciplinas, e a presença de um docente para cada disciplina. Conforme a observação na prática escolar e no censo municipal, esse período de transição do Ensino Fundamental, séries iniciais para as séries finais, provoca um aumento significativo na reprovação e rejeição, por parte dos (as) discentes, inclusive na disciplina de Ciências Naturais.

A pesquisa sobre a disciplina¹⁶ na graduação¹⁷ possibilitou um diagnóstico de que a motivação nas aulas está relacionada com a metodologia, especificamente mais

¹³ Mesmo com determinação legal, as contratações permaneciam.

¹⁴ Programa de Formação Docente em nível superior da Universidade Federal de Sergipe.

¹⁵ A única escola que ofertava de 5ª a 8ª séries do município de Areia Branca/SE e os alunos da zona rural necessitavam de transporte público escolar.

¹⁶ O objeto de pesquisa da licenciatura foi despertado a partir da necessidade de compreender os motivos pelos quais os alunos não se interessavam na disciplina e da alta reprovação, e assim poder atuar nas situações identificadas.

¹⁷ Trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Sergipe/São Cristóvão, 2006, sob o título: "A motivação nas aulas de Ciências da 6ª série do ensino fundamental em escola pública de Areia Branca/SE.

atrativas com atividades práticas (experimentais), e com a relação entre professor-aluno. Como produto da pesquisa, foram realizados encontros pedagógicos entre os professores para discutir metodologias, inserindo o tema de relações intrapessoais e interpessoais. O grupo de professores de Ciências Naturais iniciou um diálogo sobre saúde mental, comportamento e relações entre professores e alunos. Nessa perspectiva, com o intuito de aprofundar a pesquisa sobre o tema e continuar contribuindo com a educação no meu município, submeti um projeto de pesquisa à seleção do mestrado em Educação. No sentido de compreender quais fatores do ambiente escolar desde o seu funcionamento, observei os processos históricos, materiais, institucionais e sociais que influenciavam na realização das atividades práticas na disciplina.

As ideias do trabalho de pesquisa sempre estiveram em mente, mas as atribuições em dois empregos dificultavam a realização de um mestrado para desenvolvimento pessoal e profissional. Com vistas à ampliação da minha visão do mundo educacional, resolvi efetivar a minha inscrição na seleção para ingresso no mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT). Aprovada no mestrado em Educação, em agosto de 2020/2, ingressei, na condição de membro, no Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq), liderado pelo meu orientador, professor doutor Cristiano Ferronato.

Durante as reuniões, o interesse pelo campo da História da Educação e das disciplinas escolares me despertou, inclusive no meio rural, visto que sou professora desse tipo de escola. E ao discutirmos sobre a importância do processo histórico da construção dos currículos, programas e disciplinas, sendo fortalecido durante a participação no “I Encontro Sergipano de História da Educação: a história da educação sergipana no bicentenário da Independência de Sergipe- ESHE”, realizado em 2020, e organizado pelo Grupo de Pesquisa, decidi adotar o objeto: disciplinas de Ciências na Escola Normal Rural Murilo Braga, a qual formou professores para a atuação nas escolas primárias rurais da região Agreste.

Diante da apresentação da minha trajetória, é perceptível a conexão da minha vida estudantil e profissional, com o meu objeto de pesquisa, a inferência das políticas públicas em formação acadêmica, aspectos políticos, legislativos e a influência dos profissionais da educação que orientaram o percurso. Diante disso, todo o contexto é sócio-político, educacional é relevante para o entendimento da história de si e de

pesquisa. Ressaltando-se a ideia de que políticas públicas afetam todos e, independentemente da dimensão de bem-estar, saúde ou educação, atendem ao objetivo principal do desenvolvimento econômico do país e, de maneira direta ou indiretamente, influenciam na vida e na prática profissional (CALDAS, 2008).

Toda pesquisa nasce de uma pergunta, dessa forma, nesta pesquisa, partimos do questionamento: como se deu a organização e o funcionamento das disciplinas escolares de Ciências Naturais: Biologia Educacional, Educação Sanitária e Puericultura e Ciências Físicas e Biológicas no âmbito do curso de formação dos professores da Escola Normal Rural Murilo Braga/Itabaiana, localizada no município de Itabaiana, no agreste sergipano, entre os anos de 1954 a 1972? Dessa forma, partimos do pressuposto que a disciplina é construída no interior da escola e reproduz a cultura escolar, esta que é produzida na e pela escola, com suas especificidades (CHERVEL, 1990) e de que o currículo de uma disciplina é um artefato social e histórico, sujeito a flutuações e que reflete as relações de poder envolvidas nos processos de seleção e transmissão cultural (GOODSON, 2001). Este estudo considera o currículo como um meio de difusão científica que implica uma materialidade e uma subjetividade em suas manifestações.

Para responder à indagação posta, elegeu-se como objetivos específicos: contextualizar a educação rural no Brasil, Sergipe e em Itabaiana; analisar o currículo da disciplina de Ciências na Escola Rural Normal Murilo Braga; verificar os conteúdos abordados, livros, materiais didáticos e professores da disciplina da instituição. Para alcançar os objetivos, buscou-se discutir em cada parte deste estudo as seguintes descrições.

A primeira seção situa o leitor sobre a importância da Escola Normal Rural Murilo Braga (ENRMB) e os trabalhos realizados a respeito do objeto e do espaço, a relação e o encontro da pesquisadora com o objeto e apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos. Na segunda seção, intitulada “A educação da terra: escolas rurais no Brasil e em Sergipe”, traz a situação da escola no contexto rural. Na terceira seção, “O currículo da disciplina de Ciências na Escola Rural Normal Murilo Braga”, aborda sobre os conteúdos, livros, materiais didáticos e professores da disciplina da instituição.

As representações adotadas pelo Estado têm um impacto nas práticas educativas. Docentes e discentes se apropriam e colocam-nas em prática durante as suas vivências escolares e sociais. Por outro lado, as disciplinas são a “caixa-preta” da escola e carregam ideologias. Isto é, elas não são colocadas aleatoriamente no

currículo. Desse modo, o presente trabalho propõe apresentar a configuração da disciplina de Ciências Naturais na ENRMB no período e contribuir para a História da Educação em Sergipe.

1.1. Iniciando a pesquisa e entrando em isolamento

Com o intuito de apresentar a gênese do tema do trabalho, foi indispensável a compreensão do significado e conceito das expressões “disciplina escolar” e “currículo” como campo inserido na área da História da Educação. A leitura dos textos foi iniciada ainda, no período pandêmico e trouxe à tona os termos: cultura escolar, artefato social, representação, história cultural, que norteiam o estudo sobre o objeto.

Por isso, a justificativa do título desta seção, “Iniciando a pesquisa e entrando em isolamento”. A pesquisa foi iniciada em um dos momentos mais difíceis do mundo, no que se refere à questão sanitária, por isso, entende-se ser importante a apresentação deste relato sobre as dificuldades nos episódios distintos do ingresso, das realizações das atividades obrigatórias, da morosidade do encontro com as fontes e da inacessibilidade aos livros físicos. Aspectos que devem ser relevantes para estudos futuros acerca de pesquisas em período pandêmico.

Para a efetivação da pesquisa, é importante descrever os passos seguintes percorridos: o contato com a instituição; o encontro com as fontes; as dificuldades encontradas durante o período pandêmico para as mulheres pesquisadoras; as sugestões de enfrentamento; a observação do imaginário da comunidade escolar sobre o arquivo; as contribuições das disciplinas do curso de mestrado; as consequências da covid-19 para o físico-mental na vida profissional e do pesquisador.

O isolamento social, provocado pela pandemia da covid-19, impediu-me de avançar com o primeiro objeto de pesquisa escolhido. Sendo assim, junto ao meu orientador, alteramos as características da investigação. Resolvemos concentrar os esforços investigativos sobre as disciplinas de Ciências, na formação dos professores do Colégio Murilo Braga, anteriormente, Escola Rural Murilo Braga.

O projeto de pesquisa modificado, porém, continua na mesma linha da História da Educação e Formação Docente, centro do meu interesse e encanto. De certa forma, aprofundando o entendimento sobre o tema, visto que parte da pesquisa da construção da disciplina de Ciências, na formação docente do Curso Normal da Escola Normal Rural Murilo Braga, antes observava a história das atividades práticas (metodologia) de

Ciências. De acordo com Chervel (1990), o estudo da história das disciplinas escolares possibilita a compreensão do seu surgimento e da sua finalidade educativa em um determinado tempo. Dessa maneira, é possível entender as práticas pedagógicas e as representações dos envolvidos, o contexto social, político e educacional que construíram a disciplina na escola.

A Escola Normal Rural Murilo Braga (ENRMB), situada na rua Quintino Bocaiuva, nº 659, Centro, Itabaiana/Sergipe, foi criada em 1949, dentro do projeto do Governo Federal que visava à expansão das escolas primárias e das normais rurais, estas que tinham como objetivo formar professores para atuar nas zonas rurais (COSTA, 2016, p.84). Seu nome foi alterado, em 1969, pelo Decreto-Lei nº 16, de 15 de maio. A instituição que atendia aos cursos Ginásial e Normal tem, a partir dessa data, o curso Científico (MIGUEL, 2011, p.1). E como instituição rural, faz-se necessária uma visão do objeto na perspectiva da educação rural.

Desse modo, o nosso objetivo geral nesta pesquisa é investigar a organização e o funcionamento das disciplinas escolares de Ciências Naturais: Biologia Educacional, Educação Sanitária e Puericultura e Ciências Físicas e Biológicas no âmbito do curso de formação dos professores da Escola Normal Rural Murilo Braga, localizada no município de Itabaiana, no período de 1954-1972. Para esse fim, o espírito desta pesquisadora, despertado na função de professora da disciplina de Ciências e no decurso da trajetória da minha vida acadêmica e profissional, levou-me a examinar a disciplina na formação docente, na única instituição pública da região do agreste sergipano que formava os/as professores/as.

Silvânia Santana Costa¹⁸ (2016, p. 12), em sua tese de doutoramento intitulada “Histórias contadas e vividas: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga”, instituição situada na cidade de Itabaiana/Sergipe (1950-1972), defendida em 2016, no Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), afirma que o estudo sobre a formação de professores da instituição educativa era pouco investigado pelos/as pesquisadores/as até aquele momento. Essa assertiva sublinhada por Costa (2016, p.12) me colocou diante de um objeto de investigação “inédito”, fornecendo subsídios para a discussão sobre o currículo na formação docente, educação rural, a inserção de pesquisadores de outras

¹⁸ A autora Silvânia Santana Costa modificou seu nome para Silvânia de Andrade Santana.

áreas no campo da História da Educação e embasar futuros estudos sobre as disciplinas escolares.

O objeto está inserido no campo da História da Educação como ciência, pois apresenta métodos para orientar a realização de pesquisas e o estudo histórico das disciplinas escolares como um ramo de estudo. Nessa conjectura, entende-se que a instituição escolar, o currículo da escola e as disciplinas são construídos através da interação entre os indivíduos que estão dentro e fora do cenário escolar. Acrescento que os professores responsáveis pela disciplina escolar são uma autoridade e transmitem os conteúdos mediados pelo jogo de poderes, porém repassam as informações, segundo a representação da sua autoridade.

Compreende-se que a disciplina de Ciências na Escola Normal Rural Murilo Braga apresentava uma finalidade permeada pela legislação, pelo momento político, pela prática dos indivíduos envolvidos e da sociedade em torno. A escola é um espaço social, e a autoridade científica em uma determinada comunidade. Com a sua autoridade, transmite o currículo de uma disciplina e repassa a cultura através dos conteúdos.

Na tese de doutoramento elaborada por Costa (2016), percebemos que a Escola Normal Rural Murilo Braga tinha um reconhecimento muito importante perante a sociedade, no que se refere à qualidade do ensino ofertado, à formação docente e às modalidades Normal e Ginásial. Tratam-se de níveis de ensino que eram inacessíveis à população e passaram a ser almejados pelas pessoas das classes menos favorecidas. Além disso, o acesso a esses cursos representava o início de uma carreira acadêmica e intelectual de vários/as discentes. Muitos dos alunos se destacaram na sociedade sergipana, e os professores atuaram nas escolas da região.

Durante o período de elaboração do trabalho, é indispensável o entendimento das características da prática histórica. Segundo Thompson (1981, p.54):

A prática histórica está, acima de tudo, empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende: um debate entre, por um lado, conceitos ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados, e, por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses; o teste dessas hipóteses face às evidências, o que pode exigir o interrogatório das evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que as suportam, à luz desse ajuste.

O pesquisador que entende a construção e a reconstrução de hipóteses, a observação crítica das evidências, dos conceitos, e é capaz de interrogar de maneira correta os documentos que servirão de base, produzirá conhecimentos conforme sua representação. Os documentos selecionados são leis, trabalhos realizados na instituição, dissertações sobre disciplinas escolares e as fontes do arquivo da escola.

No entanto, o caminho até o encontro com as fontes foi longo. A base teórica, a compreensão do método adequado foram um subsídio para a construção do trabalho. Para contribuir com o processo, foi adicionada uma sistematização que incluiu: uma rotina, a organização das pastas conforme o conteúdo, a construção de fichamentos e as leituras constantes para a compreensão do tema.

Eco (2010), na perspectiva da História Cultural, embasa que as pesquisas possuem regras específicas, principalmente, no que refere à seriedade do método, e que exigem cientificidade. Convém lembrar que a Nova História Cultural surgiu “da emergência de novos objetos no seio das questões históricas como as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, entre outros” (CHARTIER, 1990, p.14)

Na Ciência, durante o período de pandemia, toda a Educação, as pesquisas, sofreram alterações nos temas que devem ser estudados. Nesse sentido, procurei aplicar o conceito e construir uma metodologia que pudesse alcançar a realização do presente trabalho.

A rotina teve início com a participação nas aulas das disciplinas acadêmicas, iniciadas em 15/8/2020 até 14/7/2021, cujos temas apresentaram conteúdos e metodologias necessárias ao amadurecimento das ideias sobre o meu objeto de pesquisa, o que possibilitou o hábito de leitura diária. As aulas das disciplinas cursadas foram efetivadas de forma remota, através do sistema de gestão de aula *classroom*¹⁹ do Google, devido à parceria da Universidade Tiradentes (UNIT) com a plataforma.

Essa estratégia foi utilizada em razão do distanciamento social por causa da pandemia, conforme Decreto governamental em todas as esferas administrativas, período de inacessibilidade aos livros físicos. Então, a leitura de artigos, livros e outros materiais foi realizada em sites. O fato dificultou o trabalho de pesquisa, mas exigiu o

¹⁹ Substantivo em inglês que significa sala de aula. É uma plataforma criada pelo Google para gerenciar o ensino e a aprendizagem utilizando a internet.

desenvolvimento da habilidade de pesquisar na internet livros e outras fontes em arquivo, como Portable Document Format - *pdf*²⁰.

Todo o material de leitura foi armazenado em pastas nomeadas seguindo uma lógica de temas: Educação no Brasil e em Sergipe, textos que apresentavam o processo histórico sobre o desenvolvimento da educação no país e no estado; Educação Rural, trabalhos sobre a educação, principalmente em Sergipe; História da Educação, História Cultural, Cultura Escolar que são base teórica; Disciplinas Escolares com trabalhos sobre disciplinas escolares já realizados; Colégio Murilo Braga, pesquisas feitas na instituição e outra pasta com textos organizados acerca do ensino da disciplina de Ciências e formação de professores.

Galvão e Lopes (2010) indicam métodos para a organização das fontes como construção de quadros explicativos, fichas, pastas e cópias que facilitam o confronto e o diálogo entre elas e as leituras. Com essa metodologia para a categorização das fontes, houve o cruzamento entre o programa de conteúdo da disciplina e os diários, as leis e os objetivos do componente curricular com a atuação dos professores.

Durante o período de leitura e fichamento, com a flexibilização das medidas de distanciamento social em setembro de 2021, organizei um sistema de ida à Universidade Tiradentes em Aracaju. O mundo acadêmico para as mulheres ainda apresenta mais dificuldades, devido às circunstâncias dispostas durante o momento pandêmico. Em domicílio, existe a distribuição de tempo entre a execução das tarefas do curso, das tarefas cotidianas e dos cuidados com os filhos. Estes que estavam participando de aulas de maneira remota com a realização de atividades escolares em casa, exigindo maior participação e atenção das mães.

No tocante ao emprego, no qual eu era contratada, continuei trabalhando até novembro de 2020, pois precisava dos vencimentos para pagar as mensalidades do Curso de Mestrado. No entanto, por causa da dedicação que se exige, no desenvolvimento de uma pesquisa, nesse âmbito, solicitei a rescisão do contrato.

Durante esse percurso, contraí o vírus da SARS-CoV-2, popularmente conhecida como coronavírus ou covid-19, que me deixou debilitada e, após o período de quarentena, apresentei lapsos memoriais, dificuldade de concentração e hipertensão.

²⁰ PDF- *Portable Document Format* é um formato de arquivo em que o documento é visualizado, compartilhado independentemente do aplicativo, do hardware e do sistema operacional usados. Foi criado em 1993 pela Adobe Systems.

As emoções e a saúde²¹, nesse difícil momento, estavam desestruturadas com tantas modificações na rotina, com as perdas de entes queridos, com as exigências do curso em tempo pandêmico e com a nova adaptação ao mundo acadêmico com o afastamento social. A atual rotina tornou-se difícil, pois, estávamos em casa assumindo responsabilidades outras, a exemplo das tarefas escolares dos filhos, a organização da casa e outros eventos, além da incompreensão dos familiares e amigos perante o afastamento do vínculo para as leituras e outras atividades do curso.

As adaptações às mudanças ocorreram aos poucos, através das atividades. Nos encontros com o Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste (GPHEN/UNIT), no qual há um apoio mútuo entre os participantes com a concessão de livros e arquivos e o estímulo do orientador, fortaleci o ânimo para prosseguir na empreitada investigativa.

Todas as disciplinas cursadas durante o mestrado contribuíram de forma significativa para a construção e a apresentação da introdução da dissertação na disciplina de Seminário de Pesquisa, na qual descobri os pontos a serem melhorados e a permanência em meu trabalho.

As aulas da disciplina de História da Educação, com as apresentações de egressos do curso que exibiram as adversidades e as superações, além dos seus métodos durante a realização da pesquisa, sugestionando a organização de uma agenda, contribuíram e procurei refletir no sentido de dar prosseguimento à pesquisa.

A disciplina de Fundamentos Epistemológicos e Metodológicos da Pesquisa apresentou as diversas possibilidades de pesquisa e reflexões acerca das ideias da construção do saber. Observei a rigorosidade de Kant, no que se refere à sistematização das atividades durante a semana. Elaborei um painel e aprendi que todas as reflexões são verdades relativas.

Especificamente sobre a pesquisa, compreendi que algumas mudanças concernentes ao meu objeto de investigação, precisavam ser revistas. Outros temas acerca da pesquisa se tornaram mais claros, a partir da leitura dos textos. Observei, através das falas das professoras, que compreender é ultrapassar o que está explícito

²¹ Kant (2012) considera três aspectos humanos que devem ser trabalhados para produzir conhecimento, no caso, também numa pesquisa condizente: ser mental, que precisa de uma rotina para estudar; ser corporal, exige momentos de lazer e atividades físicas; e o ser espiritual, que representa o bem-estar, tendo momento para a reflexão e a espiritualidade. No sentido de buscar um equilíbrio para realizar as tarefas e lidar com essa rotina sobrecarregada e com o distanciamento social, iniciei o tratamento com psicoterapia, psicanalista e a realização de atividades físicas.

na leitura, sendo a reflexão o resultado da contraposição, da ponderação, no sentido de complementar com os conceitos e as conclusões dos/as autores/as.

As aulas nortearam ideias contribuindo para o entendimento de que a pesquisa precisa resultar em uma contribuição para a sociedade e deve ser realizada com empenho e rigorosidade. Essa rigorosidade tem início com o conhecimento teórico sobre o objeto e a constante crítica assertiva sobre todos os elementos que constituem o trabalho. A sistematização das etapas de uma investigação deve ser efetivada em cada passo, sendo imprescindível o planejamento e a criação de metas.

Como apresentado anteriormente, em razão da impossibilidade de contato com o material devido à pandemia da covid-19, iniciei, nesse período, a leitura do corpo documental legislativo do marco temporal, sendo respectivamente: Decreto-Lei nº 8.530 de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal), Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 4.024/1961 e Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. O levantamento sobre os trabalhos realizados na Escola Normal Rural Murilo Braga foi feito concomitantemente com as leituras.

Entretanto, produzir na área da História da Educação ultrapassa um amontoado de fatos, leis e textos. No planejamento inicial, pensei em realizar um levantamento de fontes existentes no arquivo da escola que é o *lócus* da pesquisa. A fase inicial foi impossibilitada até o final de 2021 em virtude da pandemia da covid-19, uma vez que todo o setor da educação estava paralisado em todo o país. Portanto, devido ao isolamento social, escolas, universidades, comércios, e outros tiveram que aderir a realização de suas atividades de forma remota.

Após o relaxamento das regras sanitárias e aplicação das vacinas, dei início às buscas pelas fontes, indo diretamente ao arquivo da escola pesquisada, em 2022, período em que a escola retornou às atividades. No arquivo, os documentos se encontravam em estantes e arquivos na antiga sala “Memorial Dr.º Pedro Garcia Moreno Filho”.

E assim como os documentos representam a cultura materializada, as fotos são capazes de capturar a memória. A tecnologia em período de pandemia colaborou com a pesquisa e, com o intuito de analisar o ambiente, observando a realidade social e cultural, utilizei a fotografia para auxiliar a narrativa.

Fotografia 1 - Sala “Memorial Dr. ° Pedro Garcia Moreno Filho”



Fonte: Sala temporária do “Memorial Dr. ° Pedro Garcia Moreno Filho” do CEMB / Acervo da autora (2022).

A sala está disposta em estantes enumeradas e armazena todos os diários antigos e recentes da instituição. No entanto, os troféus e as fotos que constituem o arquivo do “Memorial Dr. ° Pedro Garcia Moreno Filho” estão em outra sala da escola, ainda sem a placa de identificação.

Fotografia 2 - Documentos do Colégio Estadual Murilo Braga



Fonte: Estantes com diários do CEMB / Acervo da autora (2022).

Encontramos uma tabela com a identificação da distribuição dos diários seguindo uma sequência numérica das estantes e dos anos do funcionamento da escola. A organização, desse modo, tem o objetivo de facilitar o encontro com a documentação necessária para a emissão de documentos de ex-alunos.

Os diários, desde o início de funcionamento da escola, ou seja, do ano de 1950 até 1968, estão separados e empacotados em papel pardo, seguindo as modalidades pedagógicas e ginasiais. Após esse intervalo, até 1975, além do papel, possuem embalagens plásticas. Essa organização é resultado das atividades de pesquisas realizadas anteriormente.

Fotografia 3 – Sala temporária do “Memorial Doutor Pedro Garcia Moreno Filho” do Colégio Estadual Murilo Braga



Fonte: Acervo da autora (2022).

Os arquivos possuem diversos documentos que foi organizado: planos de aulas, programas das disciplinas, manuais pedagógicos, orientadores para testes de admissão, livros de ponto de funcionários e de professores, livros de admissão, livros de acompanhamento da vida acadêmica do profissional, ofícios e livro de advertências.

Ressalto que os documentos são separados segundo as modalidades: pedagógico e ginasial. Fiquei responsável pela higiene e digitalização das fontes do magistério, e todas as fontes do ginásio estão sob a organização do Projeto Acervo do Colégio Estadual Murilo Braga intitulado “Inventariar e salvaguardar histórias de uma instituição educacional secundária (1949-1969)”, do Doutor João Paulo Gama Oliveira, da Universidade Federal de Sergipe - Campus Itabaiana. Então, houve uma contribuição mútua na realização das atividades entre as integrantes das duas universidades.

Cataloguei e digitalizei diários do Curso Normal das disciplinas de Ciências Naturais de 1954 a 1972, elencando os conteúdos e listando os normalistas da época, programas de conteúdo, livro de ponto, livro de currículo profissional e alguns que corroboravam para a pesquisa ainda que não estivesse no planejamento, como: a lei de mudança de nome da escola, tabela de salário, termo de responsabilidade, lista de materiais para aulas práticas, gráfico de aumento da matrícula no Curso Normal, ofício

sobre a Escola de Comércio, que funcionou no mesmo prédio, e livro de conclusão do Curso Normal.

Todo o material do Curso Normal e Ginásial foi colocado em caixas identificadas em espaço distinto nas estantes para facilitar as pesquisas posteriores. Entretanto, em relação ao volume de documentos nos arquivos, optei por separar as fontes pela sua natureza: diários, ofícios, livros de currículo profissional, livros de pontos, programas de conteúdo das disciplinas, livro de testes de admissão, livro de conclusão de curso. Estes, exceto os diários, estavam em mau estado de conservação e armazenamento, enfileirados dentro e sobre os arquivos.

Fotografia 4 – Arquivos e documentos na sala temporária do “Memorial Dr.º Pedro Garcia Moreno Filho” do CEMB



Fonte: Acervo da autora (2022).

Toda a documentação da sala foi transferida, no início de abril de 2022, para o “Arquivo Fernando Chieba”, onde também estão as fichas de matrícula de todos os alunos, e na sala anterior funcionará a sala de robótica. Tal fato, evidencia a concepção da instituição acerca de documentos escolares antigos.

As instituições escolares têm a cultura de armazenar documentos que não estão sendo utilizados, chamando de arquivo “morto” da escola, nos almoxarifados ou em salas sem as condições necessárias para a preservação. Essas documentações são fontes que revelam alguns aspectos das práticas educativas/pedagógicas da escola,

das mentalidades e dos atores sociais que por ela passaram. Comungando com Costa (2016, p. 19), os locais que armazenam documentos são ambientes de memória e testemunham o contexto histórico de um período, ou seja, a consciência histórica materializada, proporcionando a reconstituição do processo. Diante dessa concepção, as pesquisas na área da História da Educação tornam-se ações mobilizadoras que podem modificar a cultura de armazenamento documental.

As reformas realizadas, a falta de entendimento sobre o armazenamento e tratamento dos documentos, a visão de que os papéis antigos são descartáveis para abrir espaço ao novo causam lapsos na história da instituição, apagando as memórias de diversos objetos. A escrita detalhadamente do ambiente e das concepções contribuem para o processo de reflexão e de propostas mudanças na área.

1.2 O que já estudaram sobre disciplinas escolares e a Escola Normal Rural Murilo Braga

O título “1. O início de uma trajetória: a escolha e o encontro com objeto” e o subtítulo “1.1. Iniciando a pesquisa e entrando em isolamento” são narrados na primeira pessoa do singular por se tratar de relato da pesquisadora. Desse ponto, segue-se utilizando a primeira pessoa do plural.

Para entendermos o campo de pesquisa em que estávamos adentrando, foi solicitado pela orientação que fosse realizado o levantamento acerca das pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico, que tem como tema as disciplinas escolares. Dessa forma, para realizar o levantamento, elegemos como palavras-chave as seguintes: disciplinas escolares, Escola Rural Normal Murilo Braga (ERNMB), Ciências no currículo de formação, Ciências na Escola Rural Normal.

A compreensão da inserção do objeto de estudo no campo da História da Educação e as leituras realizadas necessitaram que voltássemos à produção realizada sobre o tema. Assim, procedemos a um levantamento das dissertações, teses e demais produções científicas que tratassem da temática das disciplinas escolares. Fizemos esse levantamento, condição obrigatória para o pesquisador para a fundamentação básica e para verificar quais os estudos e as contribuições realizadas acerca do tema pela historiografia da educação sergipana. Tal levantamento proporcionou visualizarmos as pesquisas realizadas em Sergipe e demais estados brasileiros sobre o tema disciplinas escolares.

O levantamento foi realizado no repositório da Universidade Tiradentes (UNIT) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e, em seguida na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações-BDTD da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

No primeiro momento, optamos em selecionar dissertações. No levantamento acerca das pesquisas realizadas com os descritores utilizados, foram selecionados nove (9) pesquisas com as palavras-chave disciplina escolar. Para uma melhor organização e apresentação dos dados, apresentado no quadro abaixo, da seguinte forma:

Quadro 1 – Pesquisas sobre disciplinas escolares nos repositórios da Universidade Tiradentes (UNIT) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

AUTOR	TÍTULO	ANO DE DEFESA	INSTITUIÇÃO
João Paulo Gama Oliveira	Disciplinas, docentes e conteúdos: itinerários da história na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962).	2011	UFS
Danielle Virginie Santos Guimarães	Do ponto à forma: a disciplina Desenho no Atheneu Sergipense (1905-1930).	2012	UFS
Patricia Batista dos Santos	“Amai a Pátria”: o ensino da disciplina escolar educação moral e cívica no Atheneu sergipense (década de 70 do século xx).	2012	UFS
André Luís Conceição Alves	A geografia e uma história: a disciplina de Geografia no Atheneu Sergipense entre os anos de 1870 e 1908.	2014	UFS
Kátia Viana de Souza.	A disciplina Economia Doméstica e a formação feminina no instituto de Educação Ruy Barbosa (1960-1970).	2015	UNIT
Sayonara do Espírito Santo Almeida	Economia Doméstica: uma disciplina escolar no secundário ginasial sergipano do Atheneu Sergipense (1944-1954).	2016	UFS
Angela Maria Melo Sá Barros	Educação, higiene e saúde: “história natural e higiene geral e escolar” na Escola Normal de Sergipe (1879-1930).	2016	UNIT
José Nazareno Gonçalves Ferreira	A língua inglesa na escola Industrial de Aracaju – EIA (1960 - 1965).	2017	UNIT
Wênia Mendonça Silva	A pedagogia musical do canto orfeônico e a sua configuração como disciplina escolar no Atheneu Sergipense (1931-1956).	2019	UFS

Fonte: Quadro construído pela autora com dados dos repositórios da UNIT e UFS.

Os trabalhos selecionados conforme contribuição historiográfica para Sergipe. As demais pesquisas apresentam um problema específico em relação às disciplinas escolares em tempo atual: análise sobre o sujeito professor de uma disciplina,

biografias e a relação com as disciplinas; proposta de construção de plano de ensino e avaliação do processo de ensino aprendizagem em uma disciplina. Entretanto, trabalhos com o objetivo de analisar a gênese e o funcionamento de uma disciplina escolar são poucos, principalmente no âmbito da formação no Curso Normal.

Nessa perspectiva, foi observado que as pesquisas sobre o assunto são recentes em Sergipe. No entanto, ressaltamos que não foram encontradas pesquisas acerca da história das disciplinas de Ciências Naturais no currículo de formação dos professores na Escola Normal Rural Murilo Braga.

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- BDTD da Capes, com resultados para disciplinas escolares, há uma soma de 5.833 dissertações. Utilizamos palavras-chave e, referente à história das disciplinas escolares, são 1.926 trabalhos; história de disciplinas escolares e currículo num total de 794; história das disciplinas escolares com currículo na formação de professores é de 352 obras; buscando a história da disciplina de ciências no currículo de formação do professor, obteve-se o total de 385 obras dissertativas.

As pesquisas sobre as disciplinas de Ciências Naturais na formação docente foram realizadas e encontramos as disciplinas de forma isolada, conforme o ciclo/ano de formação: Biologia Educacional e Educação Sanitária e Puericultura. Selecionamos dissertações e teses, pois são poucos.

Na busca dos trabalhos sobre Biologia Educacional, salientamos que os temas são referentes aos problemas contemporâneos como experimentação, internet na Biologia, solidariedade na formação do professor de Ciências. Na sequência, passou-se a investigar teses e dissertações devido à escassez de trabalhos.

E destacamos que utilizando a palavra-chave Biologia Educacional, pois é disciplina do Curso Normal, listamos os trabalhos de Dayse Hora Marins pesquisou em sua tese **“A Biologia Educacional e o exercício disciplinar”**, pela UNI-RIO em 2000; Luciana Maria Viviani sob o título **“Formação de professoras e escola normal: a biologia necessária”**, resultado de uma tese de Doutorado em 2003 pela Universidade de São Paulo e, a dissertação de Rozângela Soares Grangeiro Borges pela Universidade Federal da Grande Dourados é intitulada **“História da disciplina de Biologia Educacional no Curso de Magistério da Escola Dom Bosco de Indápolis, Distrito de Dourados/Ms (1977-2000)”**, mestrado defendido em 2012.

Hora (2000) observou a disciplina de Biologia Educacional como mais um fator construtor de concepções sobre o corpo, que atendiam ao controle social, respondendo

a demandas políticas, com base em um conjunto de conhecimentos científicos de origem na razão médica. Enfatizou o quanto o processo de medicalização orientou o currículo de formação de professores primários, articulando-se a uma prática disciplinar exercida sobre esses futuros profissionais.

Viviani (2003) refere-se aos aspectos da história da disciplina de Biologia Educacional nos currículos das Escolas Normais Paulista, desde sua inserção, em 1933, até o início da década de 1970, observando a disciplina como parte do projeto de renovação educacional no país como meio para desenvolver a nação com seus objetivos sociais e culturais, sob o campo higienista e eugenista²².

Borges (2012) estuda a história e o currículo da disciplina no Curso de Magistério da Escola Estadual Dom Bosco do Distrito de Indápolis, município de Dourados, no período de 1977 a 2000, e utiliza da documentação da escola, a legislação nacional e estadual e entrevistas. A referida disciplina ora era ministrada com conteúdos direcionados propriamente ao ensino da Biologia Educacional, ora com conteúdo da Biologia Geral. De fato, pode-se observar que essa variação nos conteúdos estava relacionada ao professor que ministrava essa disciplina no período letivo.

Com as palavras-chave Educação Sanitária e Puericultura, sob aspecto da História de Educação, elencamos: Emile Meireles, em seu trabalho de mestrado pela Universidade do Paraná, intitulado **“Modos de formar, ações para divulgar: educando mulheres para a manutenção da saúde, Curitiba 1917-1931”**, elenca os processos históricos da formação feminina relacionando educação e saúde e percebe as ações para a instrução e a educação de mulheres curitibanas, entre 1917 e 1931, com vistas à melhoria das condições de saúde das pessoas, notadamente de mães e filhos, principalmente no que tangia as práticas relacionadas à puericultura. Observa a filantropia, a preparação das mulheres para cuidar de gestantes e para serem mães com análise da formação das Visitadoras Sanitárias e Escola de mãezinhas no período em que as noções de higiene, saúde e profilaxia eram consideradas conteúdos para tornar a nação forte.

A autora Lidiane Monteiro Ribeiro, em 2020, no Doutorado sob título **“Da educação sanitária à proteção social: planos, disputas e ações da política de assistência materno infantil no Brasil, 1934-1945”**, realiza um estudo sobre a política

²² O termo Eugenia foi criado por criado em 1883 por Francis Galton (1822-1911), significando "bem-nascido". No aspecto da disciplina, são conteúdos que possibilitem as regras de higiene e o comportamento social adequado à sociedade bem desenvolvida, uma ideia de origem europeia.

materno-infantil durante a Era Vargas desde 1934, período em que a Inspetoria de Higiene Infantil foi transformada em Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância e estende-se até o ano de 1945, quando foi encerrada a gestão de Olympio Olinto de Oliveira no Departamento Nacional da Criança (DNCR).

Rosângela Ferreira de Souza, com o título **“Vínculos do feminino: puericultura e relações de gênero (1920-1940)”**, no Mestrado da Universidade de São Paulo, em 2004, analisa os aspectos relacionados ao movimento ascensional, nas primeiras décadas da República (1930-1940), do ensino da puericultura em escolas profissionais femininas, escolas normais e escolas primárias (somente para as meninas) e seu desenvolvimento, tomando a disciplina como segmento da educação doméstica e sanitária. Ela utilizou artigos da Revista Educação entre 1927 e 1961.

Consoante as informações de Chervel (1990), a pesquisa sobre os conteúdos do ensino não foi muito observada, geralmente os estudos são pontuais sobre uma metodologia, uma atividade específica, um professor. Corroborando o resultado das pesquisas de Falcon (2006), o qual afirma que o estudo da história da Educação, sobre atuação e formação do docente considerando seus métodos, práticas, evoluções, legislação, instrumentais e influência, é recente e surge progressivamente. Pesquisar sobre as disciplinas escolares de Ciências Naturais na formação docente pressupõe explicar as mudanças ocorridas em um período. Dessa maneira, identificar os fatores que permeiam os conteúdos e os métodos de ensino e proporcionar o entendimento acerca da articulação de mudanças curriculares na ENRMB.

Diante das informações sobre a importância das pesquisas em História da Educação, verificamos os trabalhos realizados na Escola Normal Rural Murilo Braga, que apresentam a escola como *lócus* ou objeto, única instituição pública na região do agreste sergipano e referência na formação docente após 1970 para averiguar trabalhos sobre disciplinas escolares e ter subsídio sobre a sua cultura escolar.

O livro de José Rivadálvio Lima exerce uma escrita de monografia em homenagem ao cinquentenário do colégio em 2002 com o título **“Cinquentenário do Colégio Estadual Murilo Braga (1949-1999)”**, a qual traz as contribuições da ENRMB trouxe nas esferas educacionais, culturais e esportivas, enfatizando os personagens que se destacaram na vida acadêmica, saúde e política.

Janalex Tavares de Almeida²³ (2004) apresenta a monografia **“Repensando o ensino da matemática nas 6ª séries "A e B" do Colégio Estadual Murilo Braga** e a monografia, encontrada no arquivo da escola, de Tânia Meneses Andrade²⁴ (2004) com o tema **“Uma análise sobre a aprendizagem da matemática na vida cotidiana e seu reflexo no rendimento escolar dos alunos das 8ªs séries do Colégio Estadual Murilo Braga- Itabaiana/SE**. Entretanto, as duas monografias não são da área da História da Educação.

Costa (2016) destaca três monografias realizadas através do programa de Qualificação Docente da Universidade Federal de Sergipe- PQD/UFS, de autoras: Isabel de Carvalho Santos (2002); Soleide dos Santos Pereira (2002) e Aline da Conceição Miguel (2011).

O trabalho de monografia de Soleide dos Santos Pereira com o título **“Memórias da juventude estudantil do Colégio Estadual Murilo Braga em Itabaiana/SE: 1977-1948²⁵”**, pela Universidade Federal de Sergipe – UFS/São Cristóvão, 2002 -, realiza um resgate de uma parte da memória da juventude de Itabaiana no Colégio Estadual Murilo Braga entre 1977 e 1984, com o objetivo de analisar as memórias dos alunos do Colégio Estadual Murilo Braga e verificar o comportamento dos jovens frente às mobilizações, como se divertiam, como pensavam a política no período militar, afirmando a grande importância da escola na microrregião, sendo a maior, atendendo aos estudantes de Itabaiana e das cidades circunvizinhas e por ser a única a ofertar o ensino secundário público.

A monografia apresenta-se em duas partes: descrevendo o conceito de juventude e fazendo um panorama dela no âmbito estudantil no Brasil e em Sergipe, na perspectiva dos movimentos políticos, destacando alguns trabalhos sobre o objeto. Na segunda parte, interpreta as entrevistas de estudantes no recorte temporal descrito, analisando a representação dos movimentos estudantis, das festas e eventos culturais, das relações constituídas e do cotidiano pedagógico. Nessa segunda parte, analisa-se em algumas falas, as representações das práticas pedagógicas dos professores e o método utilizado nesse período. Entretanto, ressaltamos que serve para reflexão, uma

²³ Monografia apresentada ao Programa Especial de Formação Pedagógica para portadores de Diploma da Educação Superior (PROFOPE) da UNIT sobre o ensino de Matemática na 6ª série das turmas A e B, analisando os índices de reprovação.

²⁴ Monografia apresentada ao Programa Especial de Formação Pedagógica para portadores de Diploma da Educação Superior (PROFOPE) da UNIT para obtenção de Licenciatura em Matemática.

²⁵ Monografia apresentada ao Programa de Qualificação Docente (PQD) da UFS. Curso de Graduação em História.

vez que foi no período em que o curso de magistério já estava instituído no colégio, possibilitando observar alguma diferença nos dois períodos do curso de formação de professores.

Intitulado **“Colégio Estadual Murilo Braga, Itabaiana/Se (1949-1999): contribuição à sua história²⁶”**, o trabalho monográfico pela UFS em 2002 de Isabel de Carvalho Santos apresenta a história do Colégio Estadual Murilo Braga por meio de entrevistas dos atores sociais para entender o contexto educacional dentro do município no período de tempo delimitado pela autora.

Também demonstra, de maneira sucinta, a historiografia da Educação no Brasil iniciando com as contribuições de jesuítas, de Pombal e o período da República, enfatizando os objetivos das classes sociais. Pode-se construir uma suposição de que, observando a trajetória política, a educação serve aos interesses políticos e aos grupos de poder. Nessa perspectiva, a educação rural e o movimento para amplificar e intensificar esse modelo educacional no Brasil, utilizando Sergipe como teste-piloto, foram devido ao êxodo rural e à necessidade de qualificar mão de obra para a modernização.

No trabalho em tela, ressalta que a escola foi reconhecida, após a década de 70, como instituição que ofertava educação de qualidade com a implementação do curso científico. A partir de tais informações, pressupõe-se que o Curso Normal não foi reconhecido, não apresentava a qualidade esperada ou era uma área que não interessava aos filhos das pessoas de posse. Ela ainda, faz um apanhado descrevendo a estrutura física, a farda, os eventos artísticos culturais e esportivos, o Centro Cívico, o Grêmio Estudantil e suas ações, os Jogos de Primavera, a festa de comemoração de 50 anos do colégio, a greve estudantil, com a oposição do Sindicato dos professores de Sergipe- SINTESE, e os atos políticos que resultaram na morte dos deputados Euclides Paes Mendonça e Antônio Paes Mendonça, mostrando a força do coronelismo da época, o hino escolar, o cordel e as poesias em alusão ao colégio.

As entrevistas apontam a organização de indicação de funcionários para o trabalho dentro da escola, alertando a questão de curral eleitoral. Tais falas contribuem para a análise da cultura escolar. Além disso, é apresentada uma consideração acerca da concepção pedagógica da época, considerando-a inovadora, mas não apresenta detalhadamente para que sirva como fonte sobre a metodologia aplicada.

²⁶ Monografia apresentada ao Programa de Qualificação Docente (PQD) da UFS. Curso de Graduação em História.

Observa-se que, a partir da década de 1970, o Colégio Estadual Murilo Braga se destacava como instituição de ensino de qualidade. Anteriormente a esse período, destacavam-se instituições particulares que uma grande parte da população sergipana, especificamente da região agreste, não tinha acesso. Diante desse fato, foi alterada a visão de mudança de vida da população itabaianense e circunvizinha ao ingressar no colégio. E a classe que possuía condições financeiras razoáveis, antes estudava em Aracaju, também ingressou no Colégio Estadual Murilo Braga.

As monografias descritas foram consultadas em modo impresso, cedidas por Sylvania Andrade Santana, pois não há em arquivo digital nos repositórios acadêmicos.

Miguel (2011), na monografia **“Escola Normal Rural Murilo: formando professores para a área rural? (1949-1969)”**²⁷, obtida na Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, verifica a história da necessidade de implantação da Escola Normal Rural Murilo Braga, analisa os aspectos da cultura escolar no marco temporal de 1949 a 1969 e relata a vida dos integrantes da primeira turma do Curso Normal. Ela utiliza fontes orais de egressos que configuraram o funcionamento das duas primeiras décadas do Curso Normal.

A autora contextualiza sua pesquisa com o movimento histórico “Marcha para o oeste” e com “Pedagogia Rural”. Destaca as contribuições de José Rollemberg Leite como governador de Sergipe e de Acrísio Cruz como diretor do Departamento de Educação do Estado (1947-1951). Juntos, revolucionaram o ensino público primário, com a construção de mais de duzentas Escolas Rurais, incluindo a Escola Murilo Braga, com o intuito de formar professores em Itabaiana e de criar duas das primeiras escolas superiores – Química e Economia. Ressalta a biografia de Murilo Braga de Carvalho que dá o nome à escola, realiza uma comparação entre as disciplinas do Curso Normal, conforme a Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, e as disciplinas do currículo da ENRMB, relacionando essas por série e ano. Apresenta a lista de concludentes da primeira turma e enfatiza a organização do teatro das normalistas e do desfile cívico.

Em seu levantamento acerca dos trabalhos realizados no PDPH (Programa de Documentação e Pesquisas Históricas) na UFS, localizou 27 estudos (Monografias de Licenciatura e Bacharelado do curso de História- Campus São Cristóvão, Monografias de Licenciatura em História desenvolvidas no Programa de Qualificação Docente e

²⁷ Monografia apresentada ao Departamento de Educação da UFS. Curso de Pedagogia.

Dissertações de Mestrado) sobre Itabaiana, escritos no período entre 1984 e 2008. Dessa forma, Miguel (2011, p. 3) afirma:

[...] estudos tratam sobre a Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana é Santos, Maria (1984); Mendonça (2007) e Oliveira (2000).[...] A maior parte deles trata de aspectos econômicos, sociais e culturais nos séculos XIX e XX, como em: Santos, Aguinaldo (2005); Góis, Manoel (2005); Souza (1996); Silva, Acácia (2002); Vasconcelos (2002); Barros, Ângela (2000); Santos, Josivalda (2002); Santos, Isabel (2002); Santos, Aldo (2002); Lima, Josileide (2008); Machado (2002); Leite (2002); Lima, Valter (2002); Monteiro Filho (2007); Barros, Marcos (2008); Ferreira (2002); Góis, Maria (2002); Santos, Maria Nazaré (2008); Cruz (2002); Santos, Katiane (2008); Santos, Antônio (1993) e Silva, Viviam (2004). Os trabalhos localizados que tratam da educação em Itabaiana foram: Santos, Elizangela (2006), Pereira (2002), Santos, Isabel (2002). Os que trazem o Murilo Braga como objeto de estudo são: Pereira (2002) e Santos, Isabel (2002) (MIGUEL, 2011, p. 3).

Consideramos importante desenvolver uma busca de pesquisas sobre a educação em Itabaiana e em ENRMB, com base nas informações e nos moldes da autora para discussão sobre a evolução no campo. Primeiramente, buscamos na base de dissertações da Capes, repositório da UFS e UNIT, seguindo a ordem Itabaiana e Escola Normal Rural Murilo Braga.

No catálogo de dissertações e teses da Capes, encontramos a tese de Silvânia de Andrade Santana intitulada **“Histórias Contadas E Vividas: Memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950-1972)”**, publicada em 14/09/2016 pela instituição de Ensino Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, e indexada na plataforma Sucupira. Dentre os trabalhos realizados na instituição, somente a monografia de Aline da Conceição Miguel, 2011, e a tese de Silvania Santana Costa, 2016, analisam a instituição sob o enfoque de escola normal rural. Perante esse fato, consideramos importante acrescentar a contextualização da escola sob essa ótica.

No levantamento de pesquisas realizadas em Itabaiana no repositório de dissertações da Universidade Federal de Sergipe, segundo a organização do sistema do *site*, encontramos 141 trabalhos publicados entre 2020 – 2022, e 989 entre 2010 – 2019 e 103 entre os anos de 2000 e 2009. Entretanto, são, em sua maioria, referentes ao comércio, à agricultura, ao meio ambiente e ao ecoturismo. Na área da Educação, constam 47 dissertações, sendo 18 em História da Educação. No entanto, apenas duas dissertações acerca de instituição educacional de Itabaiana, uma delas é a de José

Paulo de Andrade (2014) que produz um estudo sobre a criação e o processo de implementação da Escola Técnica e do Comércio de Itabaiana e a outra de Itamarã Santana Lima (2019), **“O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Vicente Machado Menezes (1994-2005): um legado de ensinamentos e aprendizado na cidade de Itabaiana/SE”**.

No trabalho de Lima (2019), é apresentado um item: **“A Escola Normal Murilo Braga de Itabaiana: diálogo entre pesquisadores”**, que discute informações sobre a escola com base nas referências bibliográficas de José Rivadálvio Lima (2002) “Cinquentenário do Colégio Murilo Braga”; de Aline da Conceição Miguel (2011), “Escola Normal Rural Murilo Braga: formando professores para a área rural? (1949-1969)”; e de Silvânia Andrade Costa (2016), “Histórias contadas e vividas: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950-1972)”.

O artigo de Loury Ketony da Cunha Santos, Vitória Carvalho Martins e João Paulo Gama Oliveira, construído em 2022 no III Congresso Internacional de Educação CONEduc-UFS, com o nome **Escola Normal, Ginásio Estadual, Colégio: Histórias da Instituição Educacional Murilo Braga em Itabaiana/SE**, traz uma revisão de literatura sobre a história da escola de 4 monografias, 1 tese e 2 livros: a tese de Silvana Costa (2016); as monografias de Aline Miguel (2011), Isabel Santos (2002), Soleide Pereira (2002), Tatiane Oliveira Lima (2019) e os livros de Rivadálvio Lima (2002) e Teresa Cristina Pinheiro Souza (2019).

Souza (2019) realiza uma coletânea de registros de narrativas por meio de artigos, poesias e de crônicas de ex-alunos da instituição sob o título “Ecos do Murilo”. O livro da coleção da Academia de Letras de Itabaiana, em que na maioria seus integrantes, estudaram no Colégio Murilo Braga, descreve o concurso para a composição do hino do colégio, a representação da grandiosidade educacional, do número pequeno de professores para lecionar diversas disciplinas, em 1957, a confiança dos alunos na qualidade da escola e a aprovação na Universidade Federal e nos concursos públicos.

O livro organizado pela autora Souza é dividido em sete capítulos, a saber: Ecos da Gratidão discorre sobre as emoções e experiências vividas no “patrimônio cultural-educativo” representado pela instituição; Ecos da História que expõe sobre a história da escola e detalha as atividades esportivas; Ecos do Cotidiano Escolar no qual reúnem lembranças de momentos no interior do prédio; Ecos pelo Mundo Afora que apresenta as trajetórias dos escritores desde o ingresso na ENRMB até a profissionalização. Em

Ecos dos personagens, em que os ex-alunos apresentam pessoas da escola que tiveram importância em suas vidas, como professores, diretores, amigos e funcionários; Ecos das Lembranças é metaforicamente, a nostalgia expressa nas palavras, através de poemas e textos sobre a formatura, as provas, a admissão, a estrutura do prédio e finalizando com Ecos em Fotos, com a ilustração de imagens de momentos vividos. Entretanto, existe a ausência de descrição para a compreensão das fotos.

Na monografia de Tatiane Oliveira Lima (2019), resultado de duas entrevistas com uma ex-aluna e uma ex-professora da ENRMB, proporciona um entendimento da História da Educação e da história das mulheres em Itabaiana. Ela aborda sobre a trajetória de mulheres do magistério de Sergipe, apresenta aspectos da história de Itabaiana e de três mulheres que nasceram e registraram marca na educação local: Etelvina Amália Siqueira, Izabel Esteves e Thetis Nunes. Ao falar da história da escola, ressalta a importância da mulher e da diretora Maria da Conceição que atuou de 1967 a 1981. E, por fim, as entrevistadas relatam suas memórias dentro da escola.

Com base nas informações resultantes da pesquisa nos repositórios acadêmicos, concluímos que os trabalhos são, em maioria, monografias; apenas uma tese, dois livros e um artigo com revisão de literatura sobre a ENRMB, mas há ausência de pesquisas de dissertação recentes sobre a Escola Normal Rural Murilo Braga. Em todos os trabalhos, mesmo que apresentem informações sobre as disciplinas, os conteúdos de Ciências Naturais não foram analisados para observar alguma possível proximidade dos conteúdos com a educação rural.

1.3 Arando o solo ou lavrando a terra: referenciais teóricos e metodológicos

A proposta deste item é apresentar a apropriação dos elementos que são a base teórica para a compreensão do objeto na área da História da Educação, a apresentação dos conceitos para a interpretação dos resultados e o estabelecimento sobre a linha de raciocínio entre os conceitos e as disciplinas escolares para o leitor.

Houve o seguinte questionamento: para quê estudar a História da Educação? O que é historiografia da Educação e qual a sua importância? Por que as disciplinas escolares são relevantes objetos de pesquisa? Por que realizar investigação em um *locus* delimitado? Qual o papel das fontes?

As pesquisas no campo da História da Educação auxiliam na compreensão das práticas e de todo o sistema, dentro do panorama do período, e podem auxiliar na reflexão e modificações na formação docente.

Magalhães (2010, p. 29) apresenta a propositura da História da Educação:

[...] A história da educação contém domínios, processos, significados que desafiam a distintas soluções historiográficas. Todavia, dado que cada nação criou os seus próprios sistemas educativo e escolar, correspondendo-lhes um processo e uma historiografia, a história da educação (muito particularmente da relação entre escola e sociedade, no quadro e como instancia de modernidade) tem sido elaborada país a país.

Nessa conjectura, através das pesquisas na área da história da educação, os indivíduos podem rememorar e compreender a história do sistema educacional, abordar e discutir os problemas, entender as mudanças e as evoluções nas práticas e nas metodologias, entender as representações dos envolvidos, a herança cultural em todo o seu contexto, como aponta Carvalho (1998, p.32):

[...] penetrar a caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise – como gênero -, e recortar temas – como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita -, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração.

Os aspectos do poder político e do ambiente interferem na escrita da história. O primeiro dá uma razão que articula com as práticas e constrói o segundo (CHARTIER, 2002). O sujeito pensante, portanto, é um ser político e, no seu exercício, fabrica o futuro, segundo a sua compreensão, e deixa a herança das suas ações. Todos os fatos históricos resultam da *práxis*²⁸ dos sujeitos. Essa ação depende do conhecimento que possui sobre relações sociais e das reflexões políticas, econômicas e morais. Tal análise tem como aporte a perspectiva da História da Educação, buscando “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída e pensada” (CHARTIER, 1990, p. 16).

²⁸ Substantivo feminino que significa prática, a ação concreta de um indivíduo.

A história contada depende de quem conta, da sua interpretação. O real, segundo Chartier (1990), nunca poderá ser apreendido na sua essência. A historiografia procura encontrar o mais próximo da veracidade dos fatos, observando os fenômenos que o influenciaram, as lacunas e os problemas existentes na ordem de um determinado período. A história das “ideias” ou “mentalidades” são construídas a partir do estabelecimento da relação entre os lugares do sujeito e os discursos que se produzem (CHARTIER, 2002).

[...] historiografia "tem, entretanto, esta particularidade de apreender a invenção escriturária na sua relação com os elementos que ela recebe, de operar onde o dado deve ser transformado em construído, de construir as representações com os materiais passados, de se situar, enfim, nesta fronteira do presente onde simultaneamente é preciso fazer da tradição um passado (excluí-la) sem perder nada dela (explorá-la por intermédio de métodos novos). (CHARTIER, 2002, p.13).

O historiador, seguindo as características da História Cultural, deve pensar nas divergências que se apresentam no nosso mundo acadêmico ou nas evoluções que ocorrem nas disciplinas de Ciências Naturais, que são suas, situando-as no espaço social. (CHARTIER, 2002).

Para este trabalho, utilizamos o conceito de Chervel²⁹, de que "a disciplina é aquilo que se ensina e ponto final". (CHERVEL, 1990, p. 178). É utilizada para controle disciplinar do espírito, com sistemática própria. Então, nas disciplinas de Ciências Naturais, assim como outras, foi “um modo de disciplinar o espírito, quer dizer, de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte”. (CHERVEL, 1990, p. 180).

O estudo dessas (disciplinas) leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar, e, portanto, a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos sub-produtos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem

²⁹ Chervel é linguista de formação e foi se inserindo nas pesquisas sobre a história das disciplinas escolares em função dos seus esforços por uma compreensão da história do ensino da língua francesa, em especial, nos séculos XVIII e XIX

por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global.
(CHERVEL, 1990, p. 184)

É a partir do entendimento da disciplina escolar de Ciências Naturais como um campo da História da Educação e como um meio de reprodução de ideias, com finalidades definidas, que utilizamos os conceitos de Chervel (1990, p. 184):

[...] desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina então a História das Disciplinas Escolares podem desempenhar um papel importante não somente na História da educação, mas na História Cultural.

O processo da escrita da história precisa da intimidade com o outro mundo (passado), tornando-o próximo, introduzindo-se no tempo e dando voz através das fontes que discursam. Essas, que estavam em silêncio, devem ser questionadas e precisam ser decodificadas. (CHARTIER, 2002). Deste modo, conhecer a história da escola, seu cotidiano e analisar os documentos, segundo o contexto da época, possibilitou uma aproximação e trazer à tona a cultura construída nas disciplinas.

Le Goff (2003) postula que as fontes documentais são suscetíveis de manipulação. Vai depender de quem as escreveu. O mesmo autor declarou que todo o documento é um monumento e precisamos desmistificá-lo, desestruturá-lo, no sentido de perceber o que está por trás dele. Temos que trabalhar com a aproximação da realidade ou do “real”. Mas o real mesmo não se apreende. Desse modo, as fontes apresentam informações do passado, mas não a realidade completa, e sim, uma evidência.

No que se refere à metodologia da pesquisa, caracterizou-se pelo viés histórico-documental. Sobre as preocupações teóricas e metodológicas realizadas pelos historiadores, Tambara (2000, p. 84) faz o seguinte alerta:

O que me parece fundamental é estar atento à existência de uma preocupação constante no sentido de evitar-se uma atomização do real, a perda de referência da totalidade, e a imersão em temas inócuos e politicamente desmobilizantes. [...] Estes objetos de pesquisa precisam, necessariamente, ser submetidos a análises que os insiram em investigações de séries de longo curso [...].

Saviani (2006) descreve o conceito de fontes e realiza uma analogia com o sentido da palavra e seu significado no âmbito da historiografia:

Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender. (SAVIANI, 2006, p. 28,29)

Torna-se, portanto, válido apontar a diferença entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Enquanto a pesquisa bibliográfica trabalha com fontes já tratadas e produzidas por meio de pesquisas científicas, e as fontes primárias nunca foram tratadas, contendo um ineditismo que exige um manejo cuidadoso e criterioso (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Na pesquisa documental, o objeto principal são as fontes primárias. O processo de manuseio deve seguir critérios, que dependem do contexto e dos objetivos do pesquisador.

Urge, pois, válido mencionar como o processo de pesquisa com essas fontes não pode considerá-las apenas como algo que contém informações objetivas, sendo necessário entender a intencionalidade e o contexto em que eles foram produzidos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Para Cellard (2008) *apud* Sá-Silva, Almeida Guindani (2009), as etapas de uma análise documental estão compreendidas no conhecimento do contexto no qual as fontes foram produzidas; entender quem foram os seus autores; verificar a confiabilidade e a autenticidade do texto; qual a lógica interna do documento e os seus conceitos-chave; e a análise documental propriamente dita. Esta deve ser entendida em seu cunho interpretativo, de compreensão das relações entre os conteúdos manifestos dos documentos com seus conteúdos latentes e ocultos, percebidos apenas por um processo interpretativo (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Nessa conjectura, as fontes documentais são para o historiador “[...] o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica, que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado”. (SAVIANI, 2006, p. 29). Ainda que sejam produções humanas, “[...] as fontes históricas são documentos, vestígios, indícios que foram se acumulando ou foram sendo guardados aos quais recorreremos quando buscamos compreender determinado fenômeno”. (SAVIANI, 2006, p. 30).

No entanto, o objetivo é utilizar as fontes, na perspectiva de Saviani (2006) como “fonte” de onde brota e flui a história. Essas fontes de onde brota a história estão disponíveis no arquivo da escola, como: cadernetas escolares, avaliações escolares, os manuais didáticos, livros de admissão, programa de conteúdo.

O arquivo da Escola Normal Rural Murilo Braga é o *lócus* delimitado da pesquisa documental. Devido ao grande volume de documentos, buscou-se aqueles relacionados à disciplina de Ciências Naturais no Curso Normal capazes de apresentar a sua organização e evolução.

O estudo da disciplina escolar possibilita a compreensão do movimento histórico para a definição e a seleção dos conteúdos, ou seja, a disciplina é elemento que estrutura o currículo. Assevera-se que, a partir das pesquisas sobre disciplinas escolares, deve ser analisada a gênese, a sua função e o seu funcionamento, que partem de uma cultura escolar. Dessa maneira, as disciplinas de Ciências Naturais, na formação docente, apresentavam suas normas, seus conteúdos e os professores apresentavam uma metodologia entre 1954 e 1972, na Escola Rural Normal Murilo Braga, e foi sendo alterada conforme a legislação, o momento político e os comportamentos dos envolvidos no processo. Esses aspectos são relevantes nas pesquisas com ênfase na história cultural.

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

Dessa maneira, entender as disciplinas de Ciências Naturais na ENRMB convém a análise do momento social, como ela foi apresentada, interpretada pelos professores e alunos na época.

Chervel (1990) postula que os estudos sobre disciplinas escolares buscam produzir conhecimento sobre a historicidade dos saberes, e atribui um papel aos docentes e aos discentes como os verdadeiros produtores da disciplina escolar. Este

autor intensifica que as disciplinas do currículo escolar “misturam-se intimamente com o conteúdo cultural e formação dos espíritos, ensinando ao escolar o que se deve saber e ao aluno o que deve ser”.

Nessa conjectura, as disciplinas de Ciências Naturais apresentaram uma finalidade conforme o momento político, a economia do município e sofreram influências do corpo profissional e da legislação. Entretanto o estudo sobre a disciplina de Ciências Naturais na ENRMB “se isenta de julgamentos, respeitando as concepções permeadas pela época, segundo Freitas (2020):” Revisitar o passado sem a pretensão de reeditá-lo ou julgá-lo pelos problemas atuais, mas para compreender o movimento de mudanças e permanências dos processos sociais. (ESHE, 2020).

Ao analisar a organização, a estrutura e o funcionamento das disciplinas na escola, afastamo-nos da nossa autoridade de questionar sua finalidade e estrutura, comparando com o momento atual e apenas apresentar os fatos.

Os fatos descritos na disciplina escolar de Ciências Naturais são estudados e interpretados. Os nexos e os tecidos que trazem novas contribuições possibilitam discussões presentes em “promover a constituição de novos territórios [...] através da anexação dos territórios dos outros” (CHARTIER, 1990, p.14).

Toda essa sistemática cria a sua cultura que é repassada através do currículo da disciplina. Julia (2001, p.10) informa que “cultura escolar não pode ser estudada sem análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém a cada período de sua história como conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou popular”.

Chartier (2002) defende que existem várias formas de representar, de apropriar e de perceber as práticas culturais. Chartier (2002, p.165) define representação como imagem que remete a ideia e a memória aos objetos ausentes que os pinta, tais como:

[...] representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado. Nesse sentido, a representação mostra “o objeto” (coisa, conceito ou pessoa), substituindo-o por uma “imagem” capaz de representá-lo adequadamente.

O entendimento sobre representação possibilita refletir sobre os meios em que um grupo impõe a sua concepção de mundo, de valores e de controle sobre o outro. É possível compreender como a imagem da disciplina foi construída, incorporada e

difundida pelo grupo. A escola é um espaço de criação e não somente de reprodução de valores, tendo em vista que as disciplinas são produzidas dentro da instituição a partir de suas relações com a cultura escolar. As escolas não se limitam em reproduzir, são capazes de produzir, adaptar e transformar saberes (CHERVEL, 1990).

As disciplinas estão dentro de uma estrutura curricular, então, assim como o currículo, as disciplinas de Ciências Naturais são um artefato social e cultural que está em constante construção e não podem ser analisadas fora da sua constituição histórica (GOODSON, 1977). O programa de uma disciplina, juntamente às metodologias aplicadas, dá corpo e sentido à disciplina, é capaz de transformar ideias em materialidade. Dessa maneira, se o programa da disciplina apresenta um pragmatismo de conteúdo, o sentido da disciplina é moldado pelo professor e pelos alunos. Salientando que o processo resulta de uma combinação de vários fatores como a formação e a adequação do professor, do espaço, do material, a metodologia, a motivação e a importância da disciplina para a vida do aluno, os documentos norteadores e o conteúdo apresentado.

A pesquisa com base nas fontes do arquivo, como diários, programas de conteúdo, livros ou manuais didáticos, que foram utilizados juntamente à legislação e aos movimentos socioculturais e econômicos do recorte temporal, apresentará a gênese e a finalidade da disciplina de Ciências e se o seu conteúdo tinha relação com a educação rural. Tais fontes revelam o movimento de constituição dos vários ramos de conhecimento dentro do currículo da disciplina de Ciências, desvelando sobremaneira personagens dessa história, sujeitos atuantes na configuração da disciplina dentro da instituição e momentos que necessitaram registrar práticas das suas aulas, tanto na percepção do docente quanto do discente.

Ratifica-se o viés de que a pesquisa tem como objetivo investigar a organização e o funcionamento da disciplina de Ciências na Escola Normal Rural Murilo Braga, localizada no município de Itabaiana, no período de 1954-1972, e parte do pressuposto de que o currículo de uma disciplina é um artefato social e histórico, sujeito a flutuações e que refletiu e reflete nas relações de poder envolvidas nos processos de seleção e transmissão cultural. Partindo de uma perspectiva analítica, este estudo considera o currículo como um meio de difusão científica, que também determina os modos que esta deve ocorrer.

Nesse esteio, a relevância desta pesquisa está em produzir conhecimentos para subsidiar as discussões, nas áreas da História da Educação em Sergipe e em Itabaiana,

principalmente no campo das Disciplinas Escolares e da Educação Rural. No que se refere aos objetivos específicos, foram estabelecidos os seguintes: contextualizar a educação rural no Brasil, em Sergipe e em Itabaiana; e discutir a organização e a estrutura da disciplina de Ciências na Escola Normal Rural Murilo Braga no período.

Para responder à nossa pergunta de pesquisa e alcançar os objetivos definidos, o texto está organizado em quatro partes, a saber: três seções e considerações finais. A primeira contextualiza a respeito da temática e da relação com a vida pessoal e profissional da pesquisadora, apresentar a justificativa, o objeto e a sua relevância de estudo, a metodologia da pesquisa e a apresentação das abordagens teóricas metodológicas contidas nas seções subsequentes e a estruturação do texto. Seções estas que, sobretudo, buscam respostas e resultados que atendam aos objetivos e ao problema da pesquisa.

A segunda seção, intitulada “**A educação da terra: escolas rurais no Brasil e em Sergipe**” aborda acerca do papel da instituição como referencial na formação de docentes para atuação rural no marco temporal de 1954 a 1972 na região Agreste de Sergipe. Insere o objeto no contexto do espaço rural e no intuito de compreender a importância da escola nesse cenário. A fim de atingir tal proposta, abordamos os movimentos históricos, socioeconômicos e educacionais da ruralização no Brasil, em Sergipe e em Itabaiana, e finalizamos com a implantação da Escola Normal Rural Murilo Braga.

A terceira seção, “**Fertilizantes: as disciplinas de Ciências Naturais na Escola Normal Rural Murilo Braga**”, foi desenvolvida no tocante à pesquisa dos conteúdos transmitidos durante a formação docente, ao material didático, aos métodos e à formação dos professores das disciplinas de Ciências Naturais, observando a consonância com as leis, as possíveis dificuldades, e a influência e a contribuição do professor no processo de formação dos docentes. Descrevendo, portanto o processo de configuração das disciplinas de Ciências Naturais na formação do professor.

Por último, as **considerações finais** discutem as concepções finais do desenvolvimento da pesquisa, atendendo aos objetivos estabelecidos e elucidando, de forma clara, o problema.

2 A EDUCAÇÃO DA TERRA: ESCOLAS RURAIS NO BRASIL E EM SERGIPE

Esta seção apresenta o título inspirado no hino³⁰ do Colégio Estadual Murilo Braga encontrado no trabalho monográfico de Isabel de Carvalho Santos (2002, p.51) e em conceitos da cultura rural.

Descrevemos o cenário panorâmico da Educação Rural no Brasil para entender esse movimento no estado de Sergipe e em Itabaiana. Decerto, nesse âmbito, ocorreram movimentos que influenciaram na construção da escola e na seleção de conteúdos nas disciplinas de Ciências na formação docente. Iniciamos com a apresentação do conceito deste modelo de ensino e a visão social da sua importância, os movimentos que emolduraram as leis e as pesquisas acerca do tema.

Na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, da seção Fins da Educação, rege “o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio”. Subtende-se que a disciplina de Ciências é a portadora dos conteúdos que possibilitem ao homem do campo a ser capaz de dominar a segurança no meio e o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, ou seja, a disciplina como meio para alcançar a finalidade da educação. E no item a do Artigo 20 sobre a organização do ensino primário e secundário: “a) à variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar, tendo-se em vista as peculiaridades da região e de grupos sociais”, reafirma que a metodologia deve observar as especificidades da região e dos grupos sociais, assim a educação rural deve ter currículo e métodos próprios para atender os estudantes.

Ampliando o raciocínio, o Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, afirma no Capítulo I do Curso de Regentes de Ensino Primário:

O ensino de trabalhos manuais e das atividades econômicas da região obedecerá a programas específicos, que conduzam os alunos ao conhecimento das técnicas regionais de produção e ao da organização do trabalho na região. (BRASIL,1946).

A lei orientava um currículo específico para os estudantes e para os professores de acordo com as atividades econômicas, técnicas de produção e do trabalho. A partir

³⁰ O hino do Colégio Estadual Murilo Braga resultou de concurso entre os alunos em 1966, tendo letra e música por Dirce Lopes Mendes.

da compreensão da relação entre a disciplina de Ciências e do currículo na educação rural nas escolas primárias, observemos as pesquisas nesse âmbito.

Somamos à lógica da Constituição Estadual, promulgada em 16 de julho de 1947 no seu Artigo 147, os princípios norteadores da educação em Sergipe:

1º- Conhecimento e domínio da higiene e da saúde; 2º- Conhecimento e domínio dos recursos e oportunidades, especialmente agrícolas e climatológicas do meio físico local, de que depende a comunidade para o seu sustento;

Dessa forma, as disciplinas do currículo deveriam trazer noções e domínio da higiene e saúde que estavam expressas na disciplina de Ciências do Curso Normal e conhecimento e domínio de técnicas agrícolas. A função das escolas normais rurais que formariam professores para as escolas rurais era preparar para esse atendimento da população, ofertando conforme a lei conteúdos de saúde e higiene e agrícolas (meio em que vivem).

Rony Rei do Nascimento Silva (2016, p.15) afirma que há poucas pesquisas³¹ sobre a história das escolas primárias rurais. Ele traz tal fato após sua análise nos trabalhos de Ávila (2013) e Damasceno e Beserra (2004). Dessa maneira, a dissertação aqui apresentada contribui sobremaneira com o tema, visto que o objeto está situado em uma escola a qual formou professores para a atuação em escolas primárias rurais. E, para compreender a importância da Escola Normal Rural Murilo Braga, descrevemos o processo histórico desse ensino no país, no estado e em Itabaiana.

O autor Silva (2016) ainda apresenta o conceito de educação rural após a observação de Larissa Assis Pinho (2008), que realizou uma análise dos trabalhos em História da Educação entre 2000 e 2007 sobre esse modelo de ensino:

Expressões como “educação rural”, “educação de sentido ruralista”, “educação no campo”, “escola rural de ensino de primeiras letras”, “escola de ensino rural”, “escola rural”, “escola campesina”, “ensino rural”, “ruralização do ensino”, “ensino regular no meio rural”, “pedagogia rural” aparecem nos trabalhos, grosso modo, como sinônimos. (SILVA, 2016, p.15).

³¹ Das 5.948 pesquisas de Doutorado em Educação abrigadas no banco de teses da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) no período de 2000 a 2009, cento e sessenta e cinco (165) apresentaram como tema a educação rural, o que equivale a 2,77% da produção total, e, desta, grande parte concentrada em diferentes áreas do conhecimento como História, Geografia, Sociologia, Agronomia, Economia, entre outras. (ÁVILA 2013, p.17, 18).

Com o termo educação rural adotado, iniciamos a descrição dos processos históricos que subsidiaram a construção de projetos e programas desse modelo de educação até a efetivação em Sergipe e a construção da ENRMB em Itabaiana. A Proclamação da República, no Brasil, em 1889, deu início a uma série de mudanças estruturais na sociedade brasileira. Segundo o sociólogo Octávio Ianni (2004, p. 29),

No século XX, promoveu uma redefinição do papel do Estado a fim de adaptar-se a uma nova ordem social. A acumulação do capital passou do setor agrícola para o setor industrial". Para este autor, é através das sucessivas metamorfoses do capital agrícola que a industrialização se tornou possível, em sua maior parte.

Almeida (2011) destacou que, até 1920, a maioria da população brasileira residia no meio rural, existiu um aumento da população urbana e, conseqüentemente, uma diminuição da população rural. Nesse período, houve uma crescente migração do campo para a cidade, já que "a cidade assumiu a posição de paradigma dos modelos culturais e sociais" (ALMEIDA; GRAZZIOTIN, 2013, p. 136), ocorrendo um aumento da população urbana. Nesse sentido, na visão da sociedade, a modernidade estava na cidade.

Nesse contexto, o meio rural foi associado às ideias de atraso, de ausência de desenvolvimento e de ignorância. (ALMEIDA; GRAZZIOTIN, 2013, p. 136). Tão grande foi a migração e a urbanização que o meio rural passou a ser considerado atrasado e com poucas oportunidades de crescimento.

Esse processo de expulsão do homem do campo nem sempre se caracterizou como opção, mas como única alternativa apresentada, devido à "concentração fundiária, a grilagem, a violência no campo, a miséria e a fome, com a conseqüente degradação das condições de vida dos trabalhadores rurais" (SILVA, 2010, p. 17).

Sendo assim, essa população foi muito mais "expulsa do campo e de suas atividades profissionais do que propriamente atraída pela possível melhoria de vida na cidade" (ALMEIDA, 2011, p. 281). Esse movimento, também chamado de êxodo rural, provocou um aumento populacional na cidade e, conseqüentemente, na economia.

Fotografia 5 – Acrísio Cruz com uma família da zona rural sergipana, 1950



Fonte: Acervo fotográfico do historiador Luiz Antônio Barreto apud Costa (2016).

A fotografia acima retrata uma família rural e, segundo Nunes Mendonça (1925, p. 61):

[...] o esforço penoso e mal recompensado, as crendices, a falta de assistência sanitária, médica e hospitalar, e a ausência de conforto constituem realidades chocantes, que expulsam o homem do seu meio. Incorporar o homem da senzala ao povo livre, alçar o camponês a um nível de vida compatível com a dignidade, emancipar o lavrador explorado é missão democrática que se impõe. Urge, sem dúvida, promover a revalorização fisiológica e social do homem do campo, mediante assistência eficaz e educação consentânea às suas necessidades. O rurígena não tem recebido, até hoje, a assistência de que tanto necessita e a que tem direito. A própria escola que lhe deram não satisfaz as suas funções no ambiente rural.

O movimento trouxe um problema urbano, pois, “nas primeiras décadas do século XX, o Brasil vivia uma experiência de urbanização que não acompanha o processo de industrialização” (ALMEIDA, 2011, p. 280).

Com o crescente processo de urbanização e industrialização, o qual ofereceu melhores condições de vida ao homem nos centros urbanos, o país começou a sentir os efeitos dos movimentos migratórios internos dos anos 1910 e 1920, quando muitos rurícolas deixam o campo, passando a preferir as áreas urbanas. O Brasil era um país nitidamente rural e assim manteve-se até a década de 1920, mas a cada novo

período a tendência irreversível foi o aumento da população urbana e o decréscimo da população rural (ALMEIDA, 2011, p. 280).

A Primeira Guerra Mundial, no período de 28 de julho de 1914 e que durou até 11 de novembro de 1918, também repercutiu na sociedade, e os problemas econômicos, políticos, culturais e sociais interferiram na educação escolar. Para entender os reflexos daquele momento na educação, principalmente das escolas primárias, apoiamo-nos nos escritos da Rosa Fátima de Souza (2012).

De acordo com a autora supracitada, a Lei nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917, assim estabelece:

Essas escolas eram definidas da seguinte maneira: São rurais as localizadas nas propriedades agrícolas, nos núcleos coloniais e nos centros fabris distantes de sede de municípios. As escolas distritais são as situadas em bairros ou sede de distrito de paz. As escolas urbanas (ou de sede) são as criadas em sede de município. Conforme apontado, o programa de ensino das escolas isoladas foi simplificado em 1917, mas a diferença dessas escolas em relação às escolas isoladas rurais e urbanas ficou limitada ao critério de localização espacial, isto é, se estavam situadas em áreas rurais ou em áreas urbanas. (SOUZA, 2012, p. 45 apud ALMEIDA FILHO, 2017, p 46).

Essa classificação descrevia as escolas de bairro e de sede de municípios. Entre os séculos XIX e XX, os políticos e as leis de expansão preferiam instalações dos grupos escolares nos centros urbanos.

Souza (2012), ainda, declina que durante a Primeira República, no estado de São Paulo, existiram vários tipos de escolas primárias, elencando-as: cursos noturnos, escolas ambulantes, escolas isoladas, escolas modelo, escolas preliminares, intermediárias e provisórias, escolas reunidas e grupos escolares. Nas áreas rurais, predominava a escola isolada, um professor, ensinando, em uma mesma sala, alunos de diferentes níveis de adiantamento e idade, ou seja, sala multisseriada.

Na década de 1920, ocorreram grandes iniciativas para a organização da instrução. Porém, as reformas não possibilitaram uma organização sistematizada do ensino público.

O Brasil passava por transformações políticas e econômicas e, então, surgiu o movimento educacional intitulado Ruralismo Pedagógico (1927) como estratégia para favorecer a fixação do homem ao campo. Esse movimento tinha como objetivo a ideia de fixação do homem no campo através da pedagogia aplicada e pretendia ter uma

escola integrada às condições locais, regionalista, defendendo as virtudes do campo e da vida campesina (MAIA, 1982).

Os idealistas viam, na defesa e no fortalecimento das lutas pela permanência do homem no campo, a oportunidade de preservar integralmente a Nação que acreditava estar, no dizer de Bezerra Neto (2003, p. 36), “[...] fugindo do controle do Estado à medida que este estava sendo influenciado por empresas que dominavam os países pobres através de investimentos financeiros e da imposição da cultura de seus países de origem”.

Esse movimento ensejou algumas iniciativas isoladas em relação à educação por parte de alguns estados. Uma delas foi a criação das escolas normais rurais, pautando-se em uma cultura profissional específica para o magistério no meio rural brasileiro. Diante disso, considera-se fundamental a necessidade de pesquisas sobre o contexto rural, especialmente, em relação aos processos educacionais.

As discussões, em torno da educação rural, naquele período, voltaram-se aos ideais do nacionalismo, no sentido de fixar o homem rural em seu meio de origem e também como modo de incentivar a produção agrícola.

Almeida Filho (2017, p.20) dispõe que, “nos anos de 1920, 75% da população rural na idade escolar continuavam analfabetas, assim fora publicado no Mapa do Analfabetismo no Brasil do Ministério da Educação (S/d, p. 6).

Tabela 1- Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/1970

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total(1)	Analfabeta(1)	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico³², p.6.

A educação, dentro de todo esse contexto de readaptação das pessoas do campo às cidades, aparece na tentativa de se ajustar aos novos modelos econômicos e sociais brasileiros.

³² Os dados são em milhões.

FIGURA 1 – População urbana e rural em relação à população total do Brasil (1920 a 1950)

População/Ano	1920	1930	1940	1950
Urbano	16%	20%	31,24%	36,16%
Rural	84%	80%	68,76	63,84%

Fonte: Mapa do Analfabetismo no Brasil do Ministério da Educação Anuário estatístico do IBGE (1972) apud Almeida Filho, 2017, p. 20.

Almeida Filho (2017) interpreta a tabela e afirma um aumento significativo de analfabetos na zona urbana, chegando a um número mais expressivo entre as décadas de 1930 e 1940, ao tempo que, na zona rural, os números são decrescentes nessa mesma década. Desse modo, em função do êxodo rural, o número de analfabetos aumentou enquanto, na zona rural, estava ocorrendo a inserção de escolas. Essa estatística estimulou o governo federal na criação de projetos.

Em junho de 1942, ocorreu o 8º Congresso Brasileiro de Educação (CBE),³³ que constitui em “desenvolver a personalidade, formar o sentimento de solidariedade humana e ajustar o estudante ao ambiente regional em que vive. A ideia era de que Educar é fixar o homem à terra que vive”. (ABE, 1944, p. 182 apud ALMEIDA FILHO, 2017, p. 49).

Esses objetivos educacionais, pautados sob a forma de fazer o homem se sentir na terra em que habita, seriam possíveis responsáveis por retirar essa população rural da dita “ignorância” - haja vista que a educação no meio rural tinha um papel fundamental no que diz respeito ao projeto de modernizar o campo por meio da educação, em que os valores capitalistas, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, foram ali inseridos para modernizar a população camponesa.

Nesse contexto político, econômico e social, diante dos problemas urbanos, do crescimento populacional das cidades, e devido ao avanço de mobilizações no campo, essa modernização deveria ser respaldada por ideias de dignificação do trabalho rural, em que o trabalhador e, a educação mais que nunca visava ao slogan “educar para o trabalho”.

³³ 8º Congresso Brasileiro de Educação apresentou 118 Teses divididas em 13 Seções plenárias que decorriam acerca do: ensino primário; ensino secundário; ensino superior; higienista; educação profissional; métodos pedagógicos; educação da criança; alfabetismo; educação física; educação moral; escotismo; magistério; e educação rural. (ALMEIDA FILHO, 2017, p.22).

Nessa linha de pensamento, fica claro que o setor rural, por muito tempo, ficou desprotegido, tendo sido desrespeitada a dignidade do indivíduo no sentido pessoal e como trabalhador. Para compreender melhor esse aspecto, é fundamental o estudo do princípio da dignidade humana, partindo do seu surgimento, como segue:

[...] os primórdios da dignidade da pessoa humana encontram-se na Antiguidade clássica e o seu sentido e alcance estava relacionado à posição que cada indivíduo ocupava na sociedade. A palavra dignidade provém do latim dignus que representa aquela pessoa que merece estima e honra, ou seja, aquela pessoa que é importante em um grupo social (MOREIRA, 2015, p.88).

O autor refere que a dignidade é elemento fundamental da pessoa humana, podendo ser considerada sua melhor qualidade, e ainda:

[...] os princípios que permeiam a dignidade da pessoa humana estão fincados no rol dos direitos da personalidade, bem como ancorados no conjunto de direitos fundamentais, de tal sorte que, caso ocorra (des)respeito pela vida, pela integridade psicofísica, pela moral, ou imagem do ser humano, ou suas condições mínimas de existência sejam violadas estar-se-á diante da violação da dignidade da pessoa humana” (MOREIRA, 2015, p.100).

A Constituição Federal visa garantir uma vida, no mínimo, digna aos cidadãos brasileiros. Dessa forma, passa a ser imprescindível apontar a dignidade da pessoa humana como intangível, sendo obrigação de todo o poder público respeitá-la e protegê-la.

A evolução de um modelo exclusivamente agrário-exportador para um modelo parcialmente urbano-industrial, afetou o equilíbrio estrutural dos fatores influente no sistema educacional pela inclusão de novas e crescentes necessidades de recursos humanos para ocupar funções no setor secundário e terciário da economia. O modelo econômico de emergência passou, então, a fazer solicitações à escola (ROMANELLI, 2010, p.47).

O sistema econômico influencia a educação e, com o intuito de atender às necessidades de preparação de mão de obra para as atividades econômicas, surgiu a estratégia de disseminar a ideia de nacionalismo. “Desenvolve-se no país a ideia do ensino rural voltado à defesa do nacionalismo, na busca da construção de uma identidade do povo brasileiro e da nação brasileira” (ALMEIDA, 2011, p. 282).

A escola rural deveria, então, fortalecer valores do mundo rural: A educação rural é vista como um instrumento capaz de formar, de modelar um cidadão adaptado ao seu meio de origem e suas realidades, mas lapidado pelos conhecimentos científicos endossados pelo meio urbano. Ou seja, é a cidade quem vai apresentar as diretrizes para formar o homem do campo, é de lá que virão os ensinamentos capazes de orientá-lo a bem viver nas suas atividades, com conhecimentos de saúde, saneamento, alimentação adequada, administração do tempo, técnicas agrícolas modernas amparadas na ciência, etc. E a escolarização é quem vai preparar e instrumentalizar o homem rural para enfrentar mudanças sociais e econômicas, só assim estará apto a participar e compreender as ideias de progresso e modernidade que emergem no país. (ALMEIDA, 2011, p. 287).

Dessa maneira, foi possível perceber que o ruralismo pedagógico surgiu como uma tentativa de constituir a educação característica do campo, pois ela representava o Brasil em sua origem, e, por isso, a importância de se levar para o campo uma educação específica que proporcionasse uma mudança de mentalidade, valorizando e viabilizando o aspecto relacionado ao fato de que fizesse com que os moradores da área rural conseguissem enxergar novos horizontes.

Para que houvesse excelência e planejamento, pensaram no currículo, na agenda escolar, no cronograma de ensino e na formação dos professores, de acordo com as especificidades do campo, diferenciando-se dos moldes da escola urbana.

Preocupados com os rumos da população rural, os idealizadores dessa corrente educativa passaram a elaborar propostas de adequação entre educação e trabalho no campo, a fim de beneficiar a maioria da população que vivia no meio rural. Como já apresentado, no início do século XX, essa população totalizava aproximadamente 80% e 84% da brasileira, pois o campo e a cidade eram vistos como espaços geográficos antagônicos, não só do ponto de vista espacial, mas também do econômico, político, social e tecnológico. Sud Mennucci, no seu texto “A crise brasileira da educação”, afirmava que “a forma com que eram feitas as leis brasileiras não contemplava a população rural” (MENNUCCI, 1934, *apud* ALMEIDA FILHO, 2017).

Nessa perspectiva, ao observarmos o contingente populacional residente em áreas rurais ou em vilas e pequenas cidades que têm seu cotidiano atrelado ao rural, bem como em relação às vivências, experiências e modos de ver o mundo que tais populações possuem, torna-se imprescindível a ampliação dos estudos sobre ruralidades na atualidade, tendo em vista que é preciso contribuir, sobretudo, para o melhor entendimento das relações entre o espaço vivido (rural) e a

formação de tais indivíduos, seja no entendimento de si mesmo, do outro e do mundo (SOUZA, et. al., 2018, p. 22-23 *apud* SOUZA; RAMOS, 2020).

Conforme a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), março/abril de 1946:

Se examinarmos detidamente o movimento de matrícula nos Municípios, verificaremos que a situação do ensino primário é realmente grave e difícil. Cerca de vinte Municípios apresentam “déficit” superior a 90%: isto é, mais de 90% das crianças em idade escolar não estão matriculadas no curso primário; em 142 municípios. Esse “déficit” varia de 80 a 90%; em 24.5. O “déficit” oscila entre 70 e 80%; em 220, entre 60 e 70%; 180, entre 50 e 60%; abaixo de 50%, contamos 675 Municípios; desconhecemos a situação dos restantes. Quase poder-se-ia avançar que excluídos os grandes centros urbanos, o sistema escolar primário fica restrito aos núcleos de razoável densidade de população, ou seja, às vilas e aos povoados. As zonas tipicamente rurais só por exceção conhecem o mestre-escola mantido pelos cofres públicos. (RBEP, Vol. VII, nº 21, 1946, p. 419-420).

Ressalta-se que as iniciativas e as ações dos responsáveis pela formulação das políticas educacionais no Brasil, na maioria das vezes, priorizaram a escola localizada nas áreas urbanas em detrimento das situadas no meio rural, o que faz com que o ensino e a estrutura das escolas desse meio sejam precarizados e, muitas vezes, descuidados.

Para além do aspecto já referendado, as políticas educacionais voltadas para a área urbana refletem diretamente na porcentagem de escolas rurais e seus respectivos avanços tecnológicos, pedagógicos, didáticos e afins, pois, uma vez que a prioridade das políticas seja voltada para a localidade urbana, a rural se torna esquecida e, conseqüentemente, há uma provável defasagem do ensino.

As escolas com maiores prestígios sociais são os principais palcos de recursos e tempo para estudos e pesquisas por parte dos autores. Logo, marginalizam os estudos da história da Educação Rural (DAMASCENO; BESERRA, 2004 *apud* SILVA, 2016).

Silva (2016), baseado nos seus estudos acerca da escola rural, relata que há preconceitos sobre as escolas da zona rural e que recaem sobre os professores e alunos. As análises sobre esse ensino modificam a compreensão do espaço entendido como problema.

Para aprofundar ainda mais nessa discussão, Leite (1999) aponta a herança do elitismo, na educação apresentada pelos jesuítas, e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária que sempre via o homem do campo como ignorante e que não carecia de educação sistematizada.

O discurso republicano de modernidade no Brasil sob o lema “desenvolvimento e progresso”, volta-se para o espaço urbano, fruto da visão europeia de realidade e de grandes investimentos. Em consequência, ocorreu o atraso no meio rural, visto que, os investimentos, ações desenvolvidas, em relação à urbanização e ao saneamento, destinavam-se ao meio urbano. Assim, o pensamento republicano defendia a escolarização como uma necessidade e uma alternativa de adaptação às transformações econômicas, sociais e políticas que vivia o país (GHIRARDELI, 1995).

O ensino no meio rural continuou desordenado, descontínuo e não contemplado pelos investimentos públicos, contribuindo para o crescente êxodo do trabalhador para as cidades. Secundarizadas nas políticas públicas e nas investigações educacionais, as escolas rurais não conseguiram se tornar um fator de equalização de oportunidades em países como o Brasil.

A situação estrutural dessas escolas, a oferta dos variados níveis e modalidades de ensino, a elaboração de seus projetos político-pedagógicos, a formação e a valorização dos profissionais que nelas atuam, a sua relação com crianças e jovens acampados e assentados da reforma agrária e outros itens são temas de debates constantes entre pesquisadores.

Esses assuntos continuam na pauta de reivindicações de movimentos sociais do campo e são objeto de políticas públicas elaboradas pelo Estado que privilegia a educação urbana. Contudo, as pesquisas têm posto em evidência o papel relevante desempenhado pelas escolas primárias rurais na escolarização da infância no país (ÁVILA; SILVA, 2013).

Vinculado ao tema educação, é mister debater também sobre a história da profissão docente no Brasil. Essa tem sido bastante explorada pelos historiadores da educação. Sobre a história da profissão docente no Brasil, Vicentini e Lugli (2009), ancoradas no conceito de campo de Bourdieu, assinalam que se trata de compreender a organização de um campo específico de atuação que se tornou mais complexo ao longo do século XX envolvendo diferentes instituições de formação e a atuação dos professores em diversos níveis e modalidades de ensino.

Além disso, é preciso levar em conta, também, as disputas travadas em torno do papel dos professores no país e em torno do seu estatuto profissional envolvendo as condições para o exercício da docência.

Luiz Bezerra Neto (2003) salienta que, até os anos de 1930, a escola era vista como irrelevante e desnecessária para o homem do campo já que a maneira como a agricultura e a pecuária eram praticadas, com métodos obsoletos, não requeriam nenhum aprendizado especial. Mesmo se acontecesse alguma solicitação dos camponeses por uma educação diferenciada, a educação rural era “[...] tratada com certo desprezo, sendo o professor rural visto como um nômade à espera da oportunidade de se firmar na profissão e obter um lugarzinho na primeira cidade que o acolhesse” (BEZERRA NETO, 2003, p. 29).

A educação rural tem como princípio didático: o papel da escola como formadora de sujeitos, estruturada a um projeto de emancipação humana. Considera os distintos saberes no processo educativo e pedagógico, os lugares e os tempos de construção dos sujeitos da aprendizagem. Para além disso, o lugar onde se encontra a escola, com a junção à realidade dos sujeitos, a educação como plano para o desenvolvimento sustentável, a liberdade e parceria entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino, é de grande importância quando o tema é o ensino pedagógico.

Por fim, o fundamento do que é recomendado para uma escola do campo anda a passos lentos e, muitas das vezes, atrasado. As escolas rurais mostram, porém, vagarosamente, transformações organizacionais, filosóficas e pedagógicas. Apesar de todo o avanço, desde 1920, ainda há muito que se fazer tanto em relação a políticas educacionais quanto em investimentos para a melhoria da área rural.

Todavia muitas das mudanças que deixam a desejar são por parte do próprio governo do local, com a pequena quantidade de políticas públicas e a falta de execução de normas de eficácia limitada para aquela região.

Vários são os impasses no processo de estruturação das escolas das áreas rurais, tais como: falta de estradas e de transporte escolar; falta de salas de aula; de material didático (lápis, caneta, papel, mesa, cadeira, bolas etc.); faltam atividades culturais e esportivas. Além disso, o fechamento de escolas em áreas rurais, a falta de estrutura nos estabelecimentos de ensino e em seu entorno e a carência de projetos político-pedagógicos elaborados a partir da realidade do campo também são problemas apontados pelos movimentos sociais, trabalhadores da educação e reconhecidos pelos governos.

Essa visão debatida no decorrer deste escrito, inserida tanto em 1920 quanto nos anos posteriores, traz à tona que a escola rural, em um âmbito geral, é precária em condições e não possui, por várias vezes, apoio das políticas educacionais. Além disso, vale ressaltar que o apoio governamental caminha em passos lentos e, muitas das escolas, de um tempo para cá continuam as mesmas diante de todo esse cenário.

2.1 Educação da terra no retalho do Brasil: a educação rural em Sergipe

Em Sergipe, o crescimento das escolas primárias rurais se deu de forma mais destacada durante o governo de José Rollemberg Leite, que foi de 1947 a 1951. Em sua mensagem de avaliação do projeto de implantação dessas escolas, ele descreveu o tipo que criou em Sergipe, a partir dos esboços do Inep:

O ensino típico rural foi difundido em quase todo estado chegando a alcançar relativo êxito, não só pelo aproveitamento verificado, mas ainda pela mentalidade nova entre as mestras, que souberam, com os conhecimentos recebidos, em cursos extraordinários aqui ministrados, fixar e desenvolver aptidões especiais, no sentido de transformar o currículo primário, numa renovação educacional bem exercida (LEITE, 1951, p. 20).

Fato que Barreto (2007), citado por Silva em 2016, historiador sergipano, ponderou ser uma verdadeira revolução no ensino público primário, com a construção de mais de 200 escolas rurais por todo o interior do estado. Assim como no restante do país, na educação sergipana, muitas mudanças e transformações vieram à tona como uma forma de crescimento. José Rollemberg Leite, em sua mensagem:

Desde o começo do meu governo, já o Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, propunha ao Estado de Sergipe, a aceitação de acordos, em face dos quais nos fossem concedidos auxílio para construção de prédios escolares destinados ao ensino primário e normal [...] os sergipanos precisavam e precisam de escolas e novas aspirações da vida social, reclamavam soluções prontas ou mesmo revolucionárias. Procurou então o governo, através de entendimentos e várias missões cometidas ao dirigente do ensino de nossa terra, para a capital da república aceitar as bases dos acordos referidos e a obrigatoriedade de sua execução. (LEITE, 1951, p. 18-19).

Dessa maneira, Sergipe lançou o projeto de Implementação das Escolas Rurais a partir de 1947, mas, apesar das ações de José Rollemberg para revolucionar a educação rural, o estado precursor em planejamento, construção e regulamentação de

escolas típicas rurais do país, na época, foi o Rio de Janeiro. Essa implementação de escolas típicas rurais do estado do Rio de Janeiro é de grande valia para comparações e análises, pois faz-se pensar sobre esse mesmo processo para o Estado de Sergipe que também implantou esses tipos de escolas.

Almeida Filho (2017) traz um destaque às contribuições de Virgínia Pereira da Silva de Ávila, que, na sua tese de Doutorado “História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina”, revelou que “[...] na distribuição do FNEP, 70% dos recursos deveriam ser empregados na construção de prédios escolares, 25% na educação de adolescentes e adultos analfabetos e 5% em bolsas de estudos destinadas ao aperfeiçoamento técnico do pessoal” (ÁVILA, 2013, p. 112).

O Inep coordenou um projeto de construção de escolas rurais em todo o Brasil, o qual o Dr. Murilo Braga, diretor do Instituto na época, foi de encontro ao problema do êxodo rural. Depois de toda a repercussão e debate, ele planejou e realizou a construção de aproximadamente seis mil escolas rurais em todo o país.

Nesse sentido, o que passou a existir a partir dessa década foi uma modalidade característica de um determinado lugar, com aspectos distintos das escolas urbanas e com vistas a fixar o homem no campo, uma vez que houve a saída frequente da população rural para os espaços urbanos em busca de melhores condições de vida, bem como a falta de perspectiva daqueles que no campo continuavam.

Comenta Araújo sobre os orçamentos financeiros adotados para as obras assistências:

Desde o início adotou o governador sergipano uma política rígida de equilíbrio orçamentário, para deliberar a crise econômico-financeira, do Estado. Por isso mesmo puderam ser realizados serviços de obras de interesse geral. Foram realizadas 26 obras assistenciais. Mas principalmente no setor educacional. (ARAÚJO, 1970, p. 75 apud Almeida Filho, 2017 p.26).

Acrísio Torres de Araújo afirma que o governador do Estado de Sergipe realizou um serviço que tivesse utilidade e aplicação para todos, principalmente no setor educacional. A este respeito, o governador José Rollemberg Leite, em mensagem de 1951, disse que a sociedade sergipana precisava de progresso e atualizações na área educacional. Ele enviou um responsável ao Rio de Janeiro, então capital da República, com o objetivo de informar-se acerca do plano que envolvia a educação rural para todo o país e de aceitar todas as propostas.

Desse modo, o responsável conseguiu as verbas e todos os incentivos para construir as 218 escolas rurais em Sergipe. O governador fez uso da Lei Nº 29, Decretos 10.119 e 10.120, para abrir crédito especial de R\$ 2.540,000,00. Ele investiu inicialmente na construção das referidas unidades escolares. Destacamos a Cláusula II do Decreto firmado em 28/11/1946 entre o Estado e a Construtora Vitória Comercial LTDA.

Na sessão do Departamento de Obras Públicas foi lançado o seguinte edital: de concorrência para a construção de 28 edifícios para escolas rurais em Salgado, Estância, Indiaroba, Riachão do Dantas, Tobias Barreto, Itabaianinha, Cristinápolis, Arauá, Boquim, Simão Dias, Irapiranga, Ribeirópolis, Campo do Brito, Itabaiana, Frei Paulo, Riachuelo, Divina Pastora, N.S. das Dôres, N.S. da Glória, Muribeca, Japoatã, Parapitinga, Neópolis, Aquidabã, Canhoba, Gararu, Pôrto da Fôlha e Indiaroba. O diretor geral do Departamento de Obras Públicas, faz ciente a quem interessar possa que, com o prazo de 20 dias, a contar desta data, fica aberta concorrência pública para a construção dos edifícios acima mencionados, de acordo com o projeto, especificações deste Departamento e cláusulas abaixo. (IV DOES, 6/9/1946 apud ALMEIDA FILHO, 2017, p. 55).

Esse plano pretendia a criação de novos prédios, que seriam dedicados ao ensino tipicamente rural. Segundo o governador: “Iniciamos o ensino rural em 1948, dando logo organização típica rural às 23 escolas das 88 que foram construídas. As demais funcionaram ministrando ensino elementar comum [...]” (SERGIPE, 1949, p. 26).

No ano seguinte, 1950, o processo de expansão continuou. A partir da leitura da mensagem, encontram-se o seguinte trecho: “foram construídos até o ano passado quatro (4) grupos escolares rurais e cento e quarenta e oito (148) escolas rurais. Os grupos estão localizados nas cidades de Itabaianinha, Frei Paulo, Nossa Senhora das Dores e Japoatã” (SERGIPE, 1950, p. 46). Dessa forma, o governador Leite (1951), em sua última mensagem, fez um balanço da expansão da escola rural e constatou que tinham concluído:

[...] 218 escolas rurais, 7 Grupos Escolares Rurais, 10 grupos escolares e duas importantes Escolas Normais Rurais. Simultaneamente levamos em consideração o necessário preparo especializado do pessoal docente. Fazer somente o prédio escolar era muita cousa, mas não o máximo. Dar alma ao ensino, tipificá-lo sob as exigências do ruralismo moderno, era o objetivo a que se visava, e para o qual convergiam tôdas as fôrças administrativas e técnicas do órgão educacional do Estado,

que prestou relevantes serviços aos próprios sítios do Governo (SERGIPE, 1951, p. 19).

Os números da mensagem de 1951 contabilizam que o ensino primário comum e rural tomou um: “[...] desenvolvimento extraordinário, elevando-se a matrícula de 23.613 em 1947 a 29.634 em 1950” (SERGIPE, 1951, p. 20). A elevação de tais números se deve às iniciativas, sobretudo do Inep, órgão que foi enaltecido nas práticas discursivas: “Ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, deve Sergipe muito do que realizou. Foi um grande órgão educacional pelo que empreendeu. Houve perfeita identidade de pontos de vista entre o mesmo e Governo do Estado” (SERGIPE, 1951, p. 22). Na imagem a seguir, são apresentadas as Escolas rurais construídas em Sergipe entre 1947 e 1951.

Quadro 2 – Escolas rurais construídas em Sergipe entre 1947 e 1951

Nº	Escola Rural /Povoado	Denominação das Escolas ¹³	Município
01	Urubu	Escola rural “Urubu”	Aquidabã
02	Casa Caiada	Escola rural “Casa Caiada”	Araúá
03	Faz. Santo Antônio	Escola rural “Santo Antônio”	Boquim
04	Cercado	Escola rural “Cercado”	Campo do Brito
05	Umbaúba	Escola rural “Umbaúba”	Cristinápolis
06	Cana Brava	Escola rural “Cana Brava”	Divina Pastora
07	Praia Boa viagem /Praia do Saco	Escola rural “Praia da Boa Viagem”	Estância
08	Carira	Escola rural “Carira”	Frei Paulo
09	Oiteiros	Escola Rural “Oiteiros”	Gararu
10	Botequim	Escola rural “Botequim”	Santa Luzia do Itanhí
11	Camaçari	Escola rural “Camaçari”	Irapiranga/Itaporanga
12	Pôsto agrícola	Escola rural “Pôsto Agrícola”	Itabaiana
13	Geru	Escola rural “Geru”	Itabaianinha
14	Tatu	Escola rural “Tatu”	Japoatã
15	Catita	Escola rural “Catita”	Lagarto
16	Visgueiro	Escola rural “Visgueiro”	Muribeca
17	Quixaba	Escola rural “Quixaba”	N. S. da Gloria
18	Volta	Escola rural “Volta”	N. Sra. das Dores
19	Carrapicho	Escola rural “Carrapicho”	Neópolis
20	Serrão	Escola rural “Serrão”	Parapitinga/Ilha da Flores
21	Ilha do Ouro	Escola rural “Ilha do Ouro”	Porto da Folha
22	Amparo	Escola rural “Amparo”	Propriá
23	Tanque Novo	Escola rural “Tanque Novo”	Riachão do Dantas
24	Malhador	Escola rural “Malhador”	Riachuelo
25	Sítio	Escola rural “Sítio”	Ribeirópolis
26	Água Fria	Escola rural “Água Fria”	Salgado
27	Mata do Peru	Escola rural “Mata do Peru”	Simão dias
28	Campo Pequeno	Escola rural “Campo Pequeno”	Tobias Barreto

Fonte: Quadro elaborado por Almeida Filho, 2017, a partir do Fundo E² Volume 278, Arquivo Público do Estado de Sergipe.

O presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, em 1947, no contexto de uma mensagem ao Congresso Nacional, divulgou os valores financeiros destinados ao ensino primário.

[...] para o Fundo Nacional de Ensino Primário, a dotação de 31 milhões de cruzeiros, com o fim de se dar início imediato aos acordos previstos pelo convênio nacional de ensino primário. Ao órgão federal orientador dos problemas pedagógicos foi confiada a missão de selecionar os tipos mais apropriados e econômicos de prédios escolares, para as zonas rurais, e de distribuir equitativamente, os novos recursos disponíveis entre as unidades da federação, mediante acordo bilateral. (DUTRA, 1947, p. 158 apud ALMEIDA FILHO, 2017, p.26).

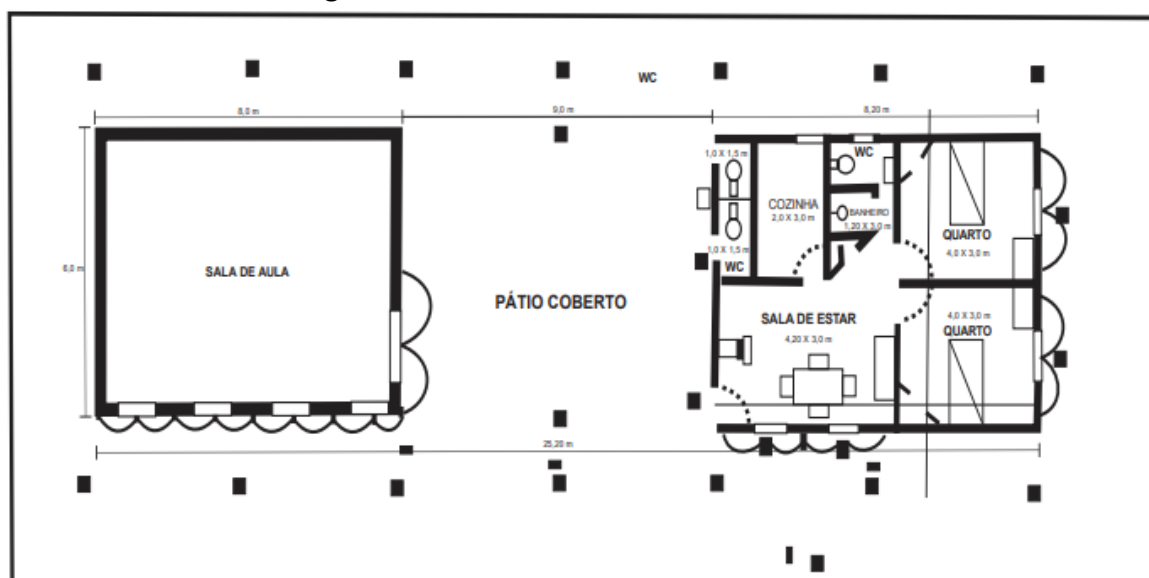
Nesse contexto, o Governo Federal conferiu a José Rollemberg Leite um projeto-piloto de expansão das escolas rurais e ao responsável pela pasta da educação do Estado de Sergipe, após todo o conhecimento e entendimentos que obteve durante sua estada na capital da República e concordando com o convênio bilateral estabelecido entre o Governo Estadual e o Governo Federal, passou a ser agraciado com os recursos financeiros e técnicos disponibilizados para o ensino primário e com a construção de prédios escolares no interior do Estado.

As escolas rurais, em termos arquitetônicos, possuíam características que, mesmo não sendo majestosas, colocavam a escola em destaque em relação às escolas isoladas, superando-as em qualidade e em quantidade. O plano de construção das escolas primárias tipicamente rurais, conforme já havia pronunciado o governador José Rollemberg Leite, tinha-se feito com muita celeridade: “Em tôda a parte, no Estado, se vêem, na sua simplicidade e beleza, os prédios dessas importantes unidades didáticas, por meio das quais se deu nova orientação à educação primária dos sergipanos.” (SERGIPE, 1949, p. 23). Os prédios deveriam combinar simplicidade e modernidade em sua arquitetura.

Portanto, o aspecto da praticidade ganhava espaço, em detrimento das suntuosas escolas urbanas, sobretudo os grupos escolares construídos em Sergipe, entre os anos de 1911 e 1926, no governo de Maurício Graccho Cardoso. Segundo Santos (2013), nesse período, foi inaugurado o Grupo Modelo que: “[...] surgia na paisagem urbana de Aracaju enquanto um novo templo, imponente, majestoso que transformava bruscamente a paisagem da cidade que almejava ser moderna. ” (SANTOS, 2013, p. 26).

Vale ressaltar que os grupos escolares em Sergipe construídos naquele período podem ser considerados suntuosos se tomado como parâmetro o local. Nesse propósito, o prédio foi projetado para imprimir um espírito de civilização, de ordem e de higiene, como se pode observar pela imagem da planta baixa que obedecia a um padrão direcionado a todos os estados brasileiros, apresentada a seguir:

Figura 2 – Planta baixa da escola rural



Fonte: As obras de plano de edificações escolares de Anísio Teixeira e a arquitetura moderna na Bahia (1947 –1951), Revista Fiscal, 1949 *apud* Almeida filho, 2017, p.53).

A planta baixa apresenta as dimensões da escola rural propostas pelo Inep, com as seguintes especificidades: uma sala de aula com capacidade para 40 alunos medindo 8,00 m de comprimento x 6,00 m de largura, e uma área coberta para o recreio das crianças, medindo 9,00 m de comprimento x 6,00 m de largura. Além disso há a residência do professor, com 8,20 m de comprimento x 6,00 m de largura, abrigando dois quartos com 4,00 m de comprimento x 3,00 m de largura, uma sala de estar medindo 4,20 m de comprimento x 3,00 m de largura, banheiro medindo 1,20 m de largura x 3,0 m de comprimento, cozinha medindo 2,00 m de largura x 3,00 m de comprimento e dois banheiros (masculino e feminino) medindo 1,20 m de largura x 1,50 m de comprimento cada um. (ALMEIDA FILHO, 2017, p.53).

O autor ressalta que as dimensões internas e a área construída para realização das práticas agrícolas foram pensadas com base no espaço entre o prédio e o muro da escola para a realização das práticas escolares: “cada escola deveria ter no mínimo 10.000,00 metros quadrados” (DOES, 1946, Nº 9.786). Além disso, eram compostas

pela classe de aula, um pátio de recreação, uma cantina, dois banheiros para ambos os sexos.

A casa do professor era composta por uma sala de estar, dois quartos, cozinha e um banheiro. A casa era entregue e mobiliada pelo Estado. Tais escolas, segundo Peixoto e Andrade (2007, p. 123): “apresentavam conforto muitas vezes maior do que os alunos tinham em casa, o prédio da escola estimulava neles a formação de novos hábitos de vida e de convivência social, valorizava a escola e a profissão docente”.

Nesse mesmo diapasão, as escolas primárias, tipicamente rurais, foram organizadas nos moldes das escolas isoladas, isto é, turmas unidocentes e multisseriadas. Em outras palavras, turmas com um professor para todas as matérias ministradas e turmas em que o docente trabalha com várias séries juntas.

Contudo, essas se diferenciavam das escolas isoladas pela temática ruralista, ou seja, pela direção dada ao ensino incluída no programa, a requisição de prédio padronizado abarcando residência para o professor, além de terreno para prática de atividades agrícolas.

Dessa maneira, nem todas as escolas situadas no meio rural eram escolas tipicamente rurais. Nas palavras de Leite (1951, p.46), as escolas típicas rurais:

Tratavam-se de estabelecimentos de condições pedagógicas admiráveis, já pelas suas acomodações que abrangem até a residência de diretor, mais ainda pela disposição de todas as dependências e instalações modernas.” (SERGIPE, 1950, p. 46).

Para que as escolas situadas no meio rural fossem categorizadas enquanto típica rural, elas deveriam dispor: “[...] de uma área de cerca de dez mil (10.000) metros quadrados para as práticas de cultivo. Como as escolas típicas rurais, serão providas de pessoal especializado, que preparou em curso de formação e aperfeiçoamento rural, ministrado por técnico agrícola, neste Estado. (SERGIPE, 1950, p. 46).

As práticas discursivas do governador remodelam as especificidades que deveriam compor uma escola típica rural no Estado de Sergipe. José Rollemberg mostrou preocupação com a necessidade de ministrar um ensino tipicamente rural que proporcionasse ao indivíduo uma aprendizagem de técnicas agrícolas. Parafraseando Souza e Moraes (2015), na proposição das escolas típicas rurais, havia uma suposta distinção de concepção e organização pedagógica muito além da localização geográfica, isto é, da mera instalação das escolas em localidades consideradas rurais.

Assim sendo, o ensino rural no Estado de Sergipe buscava, inicialmente, desenvolver, desde a idade escolar, uma mentalidade agrícola, a qual os professores pudessem adquirir através dos novos conhecimentos recebidos em curso intensivo instituído pela Diretoria de Educação.

Dessa forma, o ensino rural teve não só o propósito de contribuir com a fixação do homem do campo no seu meio e com o desenvolvimento econômico, como também de explorar as aptidões especiais no sentido de transferir o currículo primário numa renovação educacional bem exercida.

Para tanto, de acordo com Luiz Antônio Barreto (2006):

[...] os cursos ofertados aos professores estabeleciam quatro áreas de ação a que os administradores da educação e os professores deviam dar atenção especial: 1) o desenvolvimento de um currículo mais adequado a partir do meio rural e ir sucessivamente ampliando o horizonte do aluno; 2) o uso de material didático diversificado e apropriado à realidade campestre; 3) a manutenção de um diálogo entre a escola e a comunidade rural; e 4) a preparação e o treinamento de professores. (BARRETO, 2006)

Diante das ações do governador, seu nome está relacionado ao ensino público sergipano, sendo destacado nos trabalhos sobre a história do ensino, principalmente na área rural. Nascimento (2022), em seu trabalho de cordel “Centenário do ex-governador José Rollemberg Leite: um bom político”, narra as contribuições para a educação, informa a origem rural, a passagem como professor na Universidade Federal de Sergipe, sua formação primária educativa na instituição religiosa Diocesano, secundária no Colégio Antônio Vieira, no Atheneu cursou Ciências Físicas Naturais e contribuiu com a instalação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.

Também se destacou o professor Acrísio Cruz que, além da ação administrativa como diretor do Departamento de Educação, produziu livros didáticos e representou o pensamento de ruralização do ensino em Sergipe em diversas ocasiões. Ambos, diretamente reconhecidos na atuação do ensino rural em Itabaiana. Além disso, Acrísio Cruz foi reconhecido em fóruns especializados, os quais tinham como objetivo chamar a atenção para os avanços da educação sergipana. Luiz Antônio Barreto sintetiza dessa maneira:

A construção de mais de duas centenas de escolas rurais, da Escola Murilo Braga, de formação de professores em Itabaiana, e da criação

das duas primeiras escolas superiores, a de Química e a de Economia, e ainda o apoio financeiro e material para a fundação de mais duas escolas, a de Direito e a de Filosofia (BARRETO, 2003, p. 16).

A instituição estadual, Escola Normal Rui Barbosa, localizada em Aracaju, criada em 1870, porém, só passou a ganhar identidade e regularidade de funcionamento a partir de 1911, quando o Governo Rodrigues Dória inaugurou o prédio na Praça Olímpio Campos, onde o curso permaneceu até 1957, ocasião em que foi transferido para outro prédio localizado em bairro periférico de Aracaju, foi responsável por muito tempo pela formação de professores para o ensino primário em Sergipe. (FREITAS, 2003, p. 56).

Outros estabelecimentos passaram a ofertar o Curso Normal, mantidos por ordens religiosas que surgiram em Aracaju (1925) e municípios interioranos (Propriá e Estância), atendendo às moças da elite e da classe média. Freitas (2003) analisa a trajetória e o ingresso na carreira do magistério de ex-normalistas, mulheres que cursavam o Curso Normal também conhecido como Magistério de 1º grau ou pedagógico, no período de 1920 a 1950. Depois de formada, a normalista deveria seguir a “lei dos acessos”, iniciando sua atuação no interior.

Primeiramente em uma escola de primeira entrância, situada em um povoado. Passaria depois a lecionar em uma vila considerada segunda entrância. Em seguida, para a terceira entrância, em uma escola situada na cidade. Após sucessivas promoções, poderia lecionar na capital (FREITAS, 2003, p. 148-149).

Para incentivar as normalistas a lecionarem na zona rural, o Conselho Federal e os municípios deveriam garantir formação adequada, incentivos financeiros, moradia, gratificações, como forma de atrair os professores. Era proposta a subvenção dos municípios; envio de verbas pelo Conselho Federal, “[...] As municipalidades distantes e o Conselho poderiam estabelecer pensão para os estudantes filhos das zonas sertanejas - que só terão depois de formados cadeiras nos municípios de procedência ou, a pedido, em municípios de igual categoria” (ANNAES, 1922, p. 155). Mas, na prática, não funcionou ou não foi posto em execução, pois, na década de 1950, os problemas de recrutamento e de fixação do professor persistiam.

Conforme Mendonça (1961(a), p.28), em 1958, no Estado de Sergipe, tinham 1727 regentes de ensino e auxiliares, sendo 494 normalistas. Em 1959, apenas 27 alunos matriculados no Curso Normal. Tais dados demonstram que o número de

docentes era insuficiente, sendo ainda mais crítico nas zonas rurais. Daí a necessidade de aumentar o número de escolas normais, com currículo e estrutura adequados.

Quadro 3 - Quadro docente normalistas e não normalistas (1958)

INSTITUIÇÕES DE ENSINO	NORMALISTAS	NÃO NORMALISTAS	% DE NORMALISTAS
Federal	1	-	100
Estadual	309	665	31.7
Municipal	31	421	7.3
Particular	153	157	49.3

Fonte: Mendonça (1961(a), p. 29).

Nunes Mendonça (1958) e toda uma geração de educadores apostavam na escola enquanto transformadora da estrutura mental e social da população rural. Em sua concepção, fazia-se necessário que o homem do meio rural abandonasse as técnicas antiquadas de cultivo da terra e incorporasse ao seu trabalho agrícola os conhecimentos científicos. A escola rural foi colocada como ambiente capaz de modernizar o homem no seu trabalho e, mais do que isso, pretendia-se formar alunos e professores dentro de uma nova concepção mental. No entanto, parte da população rural sergipana desacreditava da escola.

De acordo com pressupostos da Unesco, a educação de base surgiu da necessidade de proporcionar aos indivíduos: “[...] o mínimo de conhecimentos teóricos e técnicas indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos” (BRASIL, 1959, p. 21).

Nesse contexto, a década de 1950, para ser lembrada pelo desenvolvimento industrial, acentuou a mundialização do capital estrangeiro e a introdução de organismos internacionais no financiamento e na implementação de políticas voltadas para a “recuperação total do homem rural”. Para tanto, fazia-se necessário fornecer educação de base, que pudesse garantir aos indivíduos: “[...] o mínimo de educação geral que tem por objeto ajudar as crianças, adolescentes e adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem” (BRASIL, 1959, p. 26).

O magistério primário foi um dos primeiros grupos de professores a se profissionalizarem, isto é, a exercerem uma ocupação especializada fundamentada em uma identidade comum (NÓVOA, 1995). Apesar disso, a realidade, em relação ao tema, ainda é pouco conhecida e valorizada. Esse fato torna relevante os estudos sobre

a formação para o magistério, as disciplinas dos cursos, a história da instituição, a didática do professor e toda a sistemática educacional.

De acordo com Freitas (2001, p. 177):

A dimensão política da educação diz respeito ao exercício da opção, inerente à prática educativa, que, não sendo neutra, assume um posicionamento político-ideológico a serviço do qual coloca as dimensões epistemológica [do conhecimento] e estética [da subjetividade]. (Freitas, 2001, p.177).

Chervel (1990) afirma que o professor, junto ao aluno, constrói a cultura de uma disciplina seguindo uma dinâmica resultante de interações da escola e de fora da escola. Almeida Filho (2017) faz uma reflexão sobre o conceito da palavra professor e relaciona com a visão sobre a sua função.

A própria designação de “professor” tem cedido espaço a “facilitador”, “animador”, “tutor”, “monitor”, “mentor”. E monitor, nos seus múltiplos sentidos, pode ser uma imagem-síntese da debilidade do trabalho docente. Consultando os significados dicionarizados da palavra, é possível identificar: aquele que dá conselhos, lições, que admoesta; aluno que auxilia o professor no ensino de uma matéria, em geral na aplicação de exercícios, na elucidação de dúvidas etc., fora das aulas regulares; instrumento que controla o funcionamento de um equipamento ou sistema; aparelho receptor utilizado para se supervisionar a qualidade do vídeo e/ou áudio durante uma transmissão ou gravação; e dispositivo de saída de dados, no qual se visualizam as informações apresentadas por um computador; a tela do computador. (ALMEIDA FILHO, 2017)

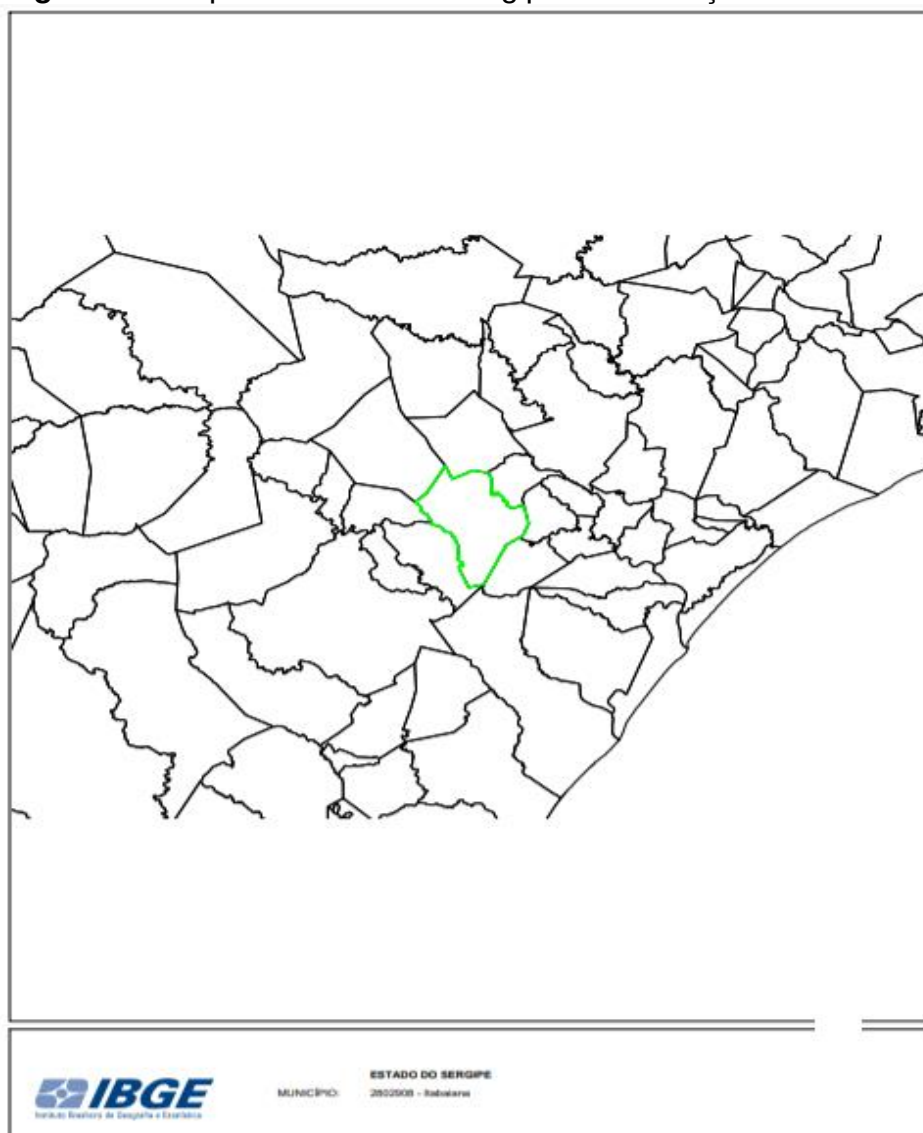
Fica clara a importância da atuação do professor na construção de uma disciplina, nas mudanças de percepção do sistema educacional e de transformações na sociedade.

2.2 A educação para os filhos da terra: a educação rural na Escola Normal Rural Murilo Braga

Contextualizada a situação da educação rural no Brasil e em Sergipe, no primeiro quadro da República, passamos à questão desta temática na cidade Itabaiana. Inicialmente, são apresentadas questões relativas à história do município, seguido pelo contexto da educação e finalmente sobre a Escola Rural Normal Murilo Braga.

Itabaiana é um município da Microrregião do Agreste, na Mesorregião do Agreste Sergipano, no Estado de Sergipe, Brasil.

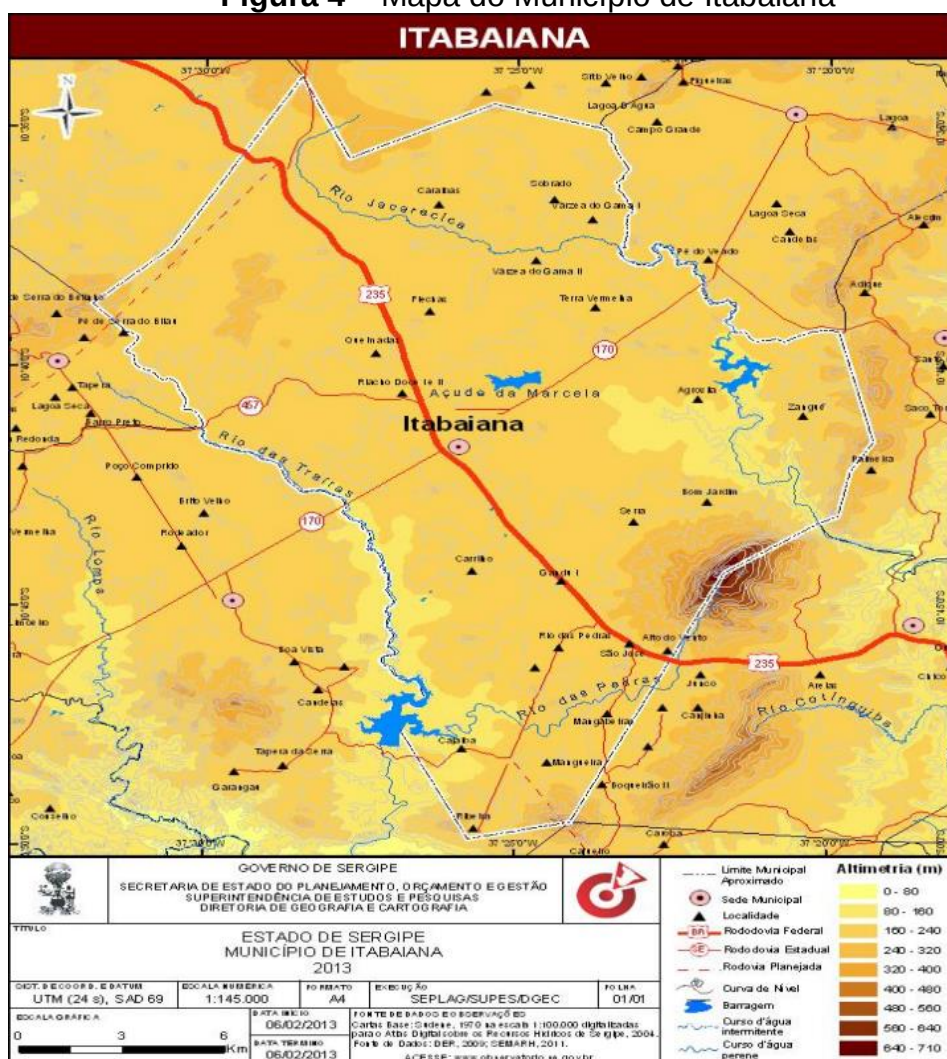
Figura 3 – Mapa do Estado de Sergipe e localização de Itabaiana



Fonte: IBGE.

Itabaiana é a quarta cidade mais populosa do estado, ficando a 54 km da capital. Hodiernamente, o município ocupa uma área de 337.295 Km², com uma população estimada no ano de 2021 de 93.572 habitantes. (IBGE, 2010).

Figura 4 – Mapa do Município de Itabaiana



Fonte: SEPLANTEC – Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia. SUPES – Superintendência de Estudos e Pesquisas. EMDAGRO/ASPLAN.

O significado do nome da cidade também é percebido como derivações do imaginário ou da etimologia da palavra, que significa *Ita* (pedra), *taba* (aldeia), *oane* (alguém), ou seja, naquela pedra mora alguém, há uma aldeia com gente. (GUARANÁ, 1925). Na tradição, o surgimento do nome está ligado a uma índia chamada Ita, que encantava ao dançar, e as pessoas gritavam “Ita, a baiana.” (CARVALHO, 1973, p. 22 apud COSTA, 2016).

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, a Coroa Portuguesa, visando à colonização do novo continente, em 1534, dividiu-se em capitânias hereditárias, tendo o território sergipano sido dado a Francisco Pereira Coutinho. Após morrer, seu filho, Manoel Pereira Coutinho, ao fracassar na exploração das terras, vendeu sua capitania

à Coroa Portuguesa, em 1549, permanecendo nas terras sergipanas, ocupadas pelos indígenas.

Por essa época é que se dá início ao povoado e à colonização de Itabaiana em grande escala, devido ao grande número de sesmarias de suas terras, notadamente aquelas situadas à margem do rio Jacarecica.

Os indivíduos responsáveis pelas sesmarias fundaram o Arraial de Santo Antônio, a primeira povoação de Itabaiana, na região hoje conhecida por Igreja Velha, onde ergueu uma capela, fundando a Irmandade das Santas Almas.

Fotografia 6 - Ruínas da Igreja velha (construção 1620)



Fonte: Panorâmio, Costa, 2016.

Menezes (2011) afirma que “[...] A igreja Velha é um dos mais antigos testemunhos das primeiras décadas de integração do território sergipano ao projeto colonial português. É um bem histórico de valor ainda desconhecido pelos pesquisadores locais [...].”

As ruínas da Igreja Velha representam a memória da origem da cidade. Embora esteja da mesma forma e esquecida, acolhe o cenário da construção de experiências de vida arquitetadas e prolongadas ao longo da formação territorial da cidade.

O local onde se encontra hoje a sede do município, conhecido no século XVI como Caatinga de Ayres da Rocha era primitivamente um sítio de propriedade do pároco de São Cristóvão, padre Sebastião Pedroso de Goes, que vendeu em 9 de julho de 1675,

por ‘R\$ 60\$000’, à Irmandade das Almas de Itabaiana. A povoação foi crescendo e pelo ano de 1678, Itabaiana já era considerado um distrito.

Uma sesmária foi doada no século XVI. Ayres da Rocha Peixoto, fidalgo, foi quem a recebeu. É ele o primeiro proprietário de terras em Itabaiana. Era estrangeiro, vindo ao mundo em Elvas, Portugal, em data desconhecida. Ainda menino, veio ao Brasil quando o continente encontrado por Pedro Álvares Cabral também era uma criança. Em Salvador, estabeleceu-se, casando-se com uma neta de Diogo Álvares Caramuru, consoante notícia de Frei Antônio de Maria Jaboatã que, ao traçar a árvore genealógica da família do naufrago português, afirma que Maria Correia, sua neta, “casou-se com Ayres da Rocha Peixoto, natural de Elvas, e dos mais nobres”.

No século XVIII, como se lê em documento de 30 de janeiro de 1757, firmado pelo Juiz Antônio Machado de Mendonça, estavam finalmente demarcados os limites de Itabaiana, indo seu território do rio Vaza-Barris à vila de Lagarto, do rio Sergipe à vila de Santo Amaro, confinando com o sertão de Geremoabo.

Bispo afirma que, “[...] quando ganhou o título de cidade, em 1888, o vilarejo não tinha nada que o lembrasse como tal, mas em 1950, a antiga vila de Santo Antônio de Itabaiana, finalmente já podia ser considerada uma cidade.” (2013, p. 164).

Em meados de 1950, a cidade tomava um aspecto urbano mais consolidado, sendo administrada inicialmente por Euclides Paes Mendonça, que constrói e amplia o número de ruas. Este governante implanta em Itabaiana, armazéns atacadistas, revendedoras de veículos da Volkswagen e da Chevrolet, constrói postos de gasolina, além de agregar a revenda de peças e acessórios, como também institui a feira no dia de quarta, visando suprir a fragilidade da comercialização de produtos de primeira necessidade durante a semana. (CARVALHO; COSTA, 2009, p. 4).

Apesar de a cidade tenha iniciado seu processo de urbanização, o aspecto rural sempre foi muito intenso. Isso se dá pela cultura agrícola e comercial do povo itabaianense. Lima (2002) afirma que o povo tem vocação agrícola, fator decisivo para o desenvolvimento do município. A grande produção de produtos da zona rural impulsionou a comercialização, surgindo a “Feira de Itabaiana”, esta cada vez maior, abriu porta para outros produtos, as lojas. Com isso, Itabaiana é a soma de forças do comércio rural e urbano.

Ferreira enfatiza que a atividade comercial de Itabaiana era realizada entre os municípios sergipanos e com outros países como Bélgica, Noruega, Dinamarca,

Alemanha, Inglaterra e Polônia. (FERREIRA, 1959, p.321). Em 1950, a maioria da população concentrava-se na zona rural. (COSTA, 2016, p.49). Por isso, a importância de escolas rurais primárias e da Escola Normal Rural Murilo Braga.

Na Educação rural, houve escolas construídas no mesmo período da ENRMB. E possuem memórias e histórias que devem ser contadas. Em busca de mais informações sobre a educação rural no município, procuramos a Secretaria Municipal da Educação, porém é inexistente o conhecimento da história e contam apenas com programas destinados à alfabetização das crianças do campo. Costa (2016) e Silva (2015) relacionam as escolas rurais construídas em Itabaiana.

Quadro 4 - Escolas construídas de 1947 a 1951 em Itabaiana

LOCALIDADE	NOME DA ESCOLA
Pôsto Agrícola	Escola rural "Pôsto Agrícola"
Serra	Escola rural "Serra"
Gandu	Escola rural "Gandu"
Terra Dura	Escola rural "Terra Dura"
Matapoã	Escola rural "Matapoã"
Zanguê	Escola rural "Zanguê"
Bom Jardim	Escola rural "Bom Jardim"
Ribeira	Escola rural "Ribeira"
Rio das Pedras	Escola rural "Rio das Pedras"
Capunga	Escola rural "Capunga"
Cajaíba	Escola rural "Cajaíba"

Fonte: Silva (2015) e Costa (2016) lista as escolas e as datas de entrega.

Quadro 5 - Escolas primárias rurais em Itabaiana (1950-1951)

LOCALIDADE	DATA
Areias	24 de fevereiro de 1950
Mangabeira	24 de fevereiro de 1950
Povoado Bom Jardim	03 de julho de 1950
Rio das Pedras	10 de novembro de 1950
Ribeira	23 de janeiro de 1951
Capunga	24 de janeiro de 1951
Cajaíba	27 de janeiro de 1951

Fonte: Quadro criado por Costa (2016). Termos de entrega das escolas primárias rurais (1950 e 1951).

A ENRMB construída no território urbano, mas distante do centro, com a arquitetura destinada, ainda assim era desconhecida como escola rural pelos antigos alunos. Tal fato foi apresentado nas entrevistas do trabalho de Costa (2016, p. 104).

Não, não tinha nada com o rural a gente (NORONHA, 2015). Não tinha nada sobre rural campo. Era só o nome da escola, mas não dava aula nenhuma sobre o agricultor (ANDRADE, 2015). Inclusive que eu saiba foi criado como rural por ser distante da cidade, uma vez Zé Leite que ele foi na época, foi em 49 e foi criado o Murilo Braga ficava muito distante do centro de Itabaiana e por isso que ele tinha de escola rural. Não, foi criado pela distância, se achava tão longe que achava que estava na zona rural, não foi fato de atender professores nem para os professores futuramente irem para zona rural não (NORONHA, 2016).

Os discentes tinham em sua percepção a característica rural da escola devido à localização, porém, em 1960, na organização administrativa, integrava o zelador rural. Observamos o fato no livro **“Cinquentenário do Colégio Estadual Murilo Braga (1949-1999)”**, de Lima, de 2002, na página de número 52.

2.3 Semeando em solo fértil: a educação em Itabaiana

Um dos aspectos que valem ser argumentados quando se trata da história de Itabaiana é que objetos na área da História da Educação, principalmente no campo de disciplinas escolares, são poucos, como averiguado na pesquisa no Banco de dissertações e teses da Capes e nos resultados dos trabalhos de pesquisadores anteriores, como apresentado na primeira seção desta dissertação.

A política pedagógica não foi devidamente explorada no período em que Sergipe dependia da Capitania baiana. As escolas que surgiram foram, nessa época, em número bastante reduzido e não atendiam à população sergipana. (COSTA, 2016).

Percorridos os primeiros caminhos, a tendência era realmente o aumento da educação, configurada na criação de cadeiras em todas as vilas de Sergipe, fato que vem a ser concretizado a partir de 1820, com a inserção da Capitania de Sergipe na sujeição ao governo da Bahia. Bispo (2013) destaca que a data de criação da primeira escola em Itabaiana é desconhecida, possivelmente entre 1824 e 1826. Entre tudo, a cadeira de Latim foi criada pela primeira vez em 30 de março de 1829. Em 1838, o professor de Latim foi jubilado e a cadeira ficou vazia [...]. (BISPO, 2013, p. 107).

O século atual registra nos anos de 1937, 1949, 1967 e 1969, os principais acontecimentos no campo educacional. Em 1937, durante a gestão de Sílvio Teixeira, através do Decreto nº 5, de 27 de novembro, cria o Grupo Escolar “Guilhermino Bezerra”, sendo ele o primeiro grupo que Itabaiana teve e que reuniu, em sua composição, os alunos em escolas isoladas.

Em torno dele é que o ensino primário, acompanhado com as evoluções da época, cresceu, a ponto de exigir, em seguida, a criação de um ginásio, conhecido como o Ginásio de Itabaiana, o que fora construído em 1949, na gestão municipal da José Jason de Correia, e no Governo Estadual de José Rollemberg Leite. Além disso, esse ginásio ofertou a disciplina Educação Física, mesmo sem possuir os materiais considerados indispensáveis para a realização da parte prática.

Muitos documentos dessa disciplina estão no arquivo da escola, inclusive fichas de anamnese dos alunos. Até então, o ginásio era um nível escolar para poucos itabaianenses.

O atraso no campo educacional era evidente. O itabaianense de posse se aventurava a estudar o curso ginásio em Aracaju. O de pouca posse ou de nenhuma posse se dava por satisfeito com o primário e partia para a ocupação de uma profissão, como de alfaiate, barbeiro, pedreiro, sapateiro, servidor público, comerciante, não sentindo tanta falta do ensino ginásio, preparatório e superior, pela distância que o separava. (CARVALHO, 2000, p. 641).

O Grupo Escolar Guilhermino Bezerra é destaque no ensino primário e o Ginásio de Itabaiana desponta como progressão e oportunidade para mais um nível escolar.

Fotografia 7 - Grupo Escolar Guilhermino Bezerra



Fonte: Bispo (2013, p. 153).

Sendo assim, começou a funcionar a primeira turma da Escola Normal Rural “Murilo Braga”, inicialmente com o curso ginásio, logo em seguida, com o pedagógico. Já em 1967, criou-se o curso técnico e este foi uma das mais notáveis realizações do

Monsenhor José Curvelo Soares, pároco da freguesia. Em 1969, o curso científico veio a ser criado graças a José Augusto Machado que não parou de lutar enquanto não visse concretizadas as pretensões dos estudantes.

Costa (2016) apresentou a representação da visão de ex-alunos, resultando de sua pesquisa com entrevistas:

As práticas de ensino eram baseadas em métodos inovadores para a época, é tanto que são descritas como representações em ação. Para isso, cabia também uma estrutura física adequada e com todos os meios necessários. “Ao final, as autoras concluem que todo aquele ensino de qualidade dispensado, abriu novos horizontes e perspectivas para as alunas e, contraditoriamente, acabou por afastá-las das escolas rurais”. (PEIXOTO; ANDRADE, 2007, p.125).

As práticas de ensino eram baseadas em métodos inovadores para a época, é tanto que são descritas como representações em ação. Para isso, cabia também uma estrutura física adequada e com todos os meios necessários. “Ao final, as autoras concluem que todo aquele ensino de qualidade dispensado abriu novos horizontes e perspectivas para as alunas e, contraditoriamente, acabou por afastá-las das escolas rurais” (PEIXOTO; ANDRADE, 2007, p.125).

Enquanto isso, as escolas particulares aumentavam - algumas com mais de vinte e cinco anos de funcionamento, como é exemplo o Educandário “Nossa Senhora Menina” - criado e dirigido pela professora Maria Meneses dos Santos.

Desse modo, é em meio às disputas políticas locais que a narrativa sobre a Escola Normal Rural Murilo Braga (ENRMB) está inserida. Por isso, a ENRMB foi compreendida, concordando que:

“el espacio físico es, para el ser humano, espacio apropiado - territorio - y espacio dispuesto y habitado - lugar. En este sentido, el espacio es una construcción social y el espacio escolar una de las modalidades de su conversión en territorio y lugar [...]”. (FRAGO, 1995, p. 69).

Compreendendo que a escola é um espaço dinâmico, um lugar de conflitos permeados de ideias políticas, culturais e religiosas. Esses aspectos são evidenciados em passagens da história da escola. É importante salientar que os indivíduos do campo possuem uma cultura, tradição, conhecimentos culturais, tendo, portanto, uma identidade própria. “[...] A vida no campo e na cidade é móvel e presente [...] move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.”

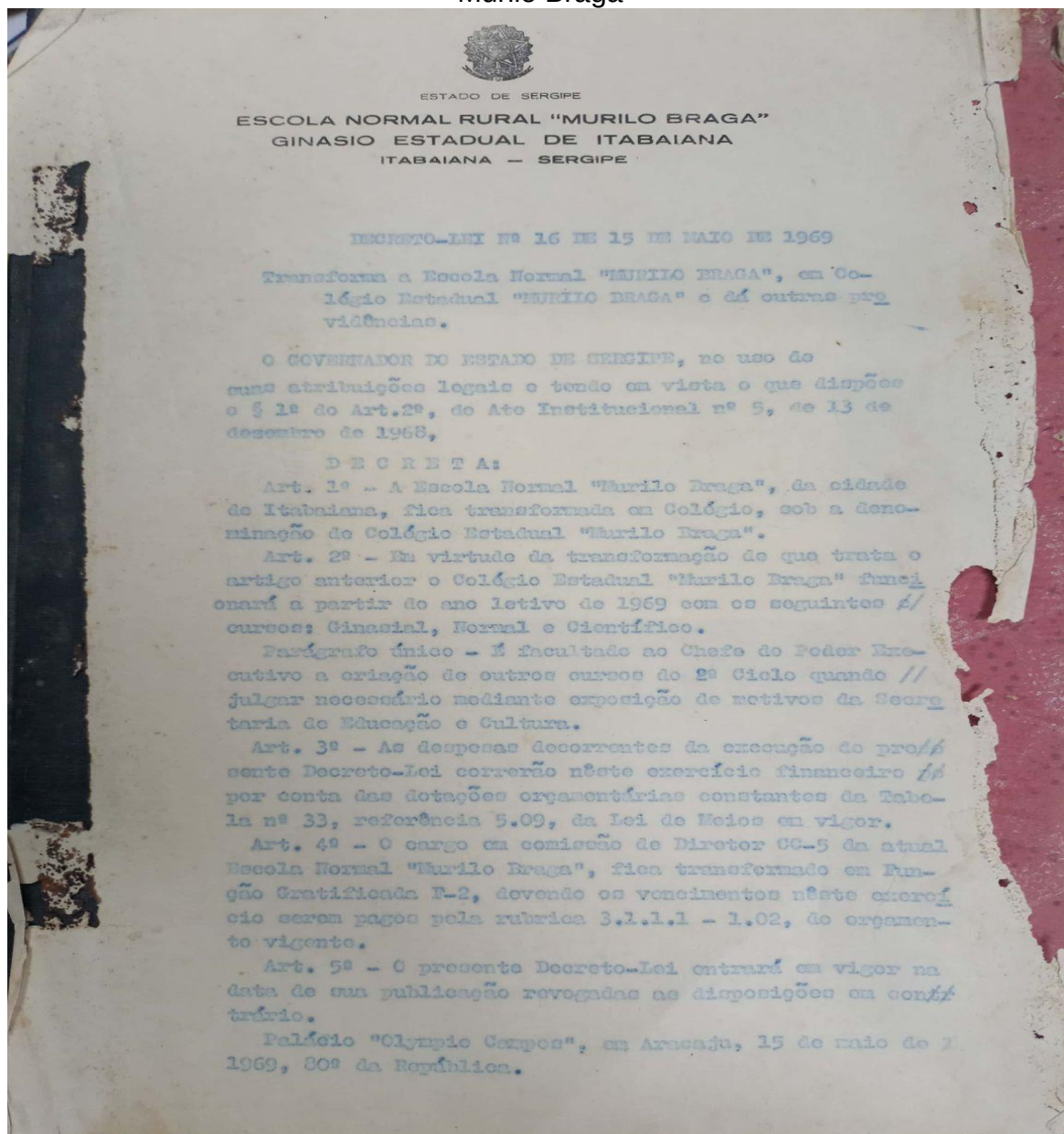
(WILLIAMS, 1989, p. 19 *apud* COSTA, 2016). Ainda que sejam pautadas no tempo, no ambiente, na legislação e em diversos fatores, a população rural possui uma identidade.

Abarcando esse contexto de ampliações e iniciativas, no final dos anos 1940, sob alegação de que as escolas de grau normal e secundário não atendiam aos anseios educacionais e à demanda do povo sergipano, Acrísio Cruz, então diretor-geral de Educação do Estado, aparece como um fator ímpar da educação no interior. A modificação de toda essa situação veio em 29 de novembro de 1949, que sobreveio à instalação do ensino secundário na Escola Normal de Murilo Braga.

A criação foi dada pela Lei nº 212, sancionada pelo Governador José Rollemberg. Porém, apenas alguns anos depois, mais precisamente em 1969, foi que a escola passou a ser chamada de Colégio Estadual Murilo Braga, criando uma revolução no curso científico, o que foi reivindicado por toda a comunidade discente.

A sua colocação está inserida no cenário no qual a construção das escolas normais rurais era uma das medidas para sanar um dos *déficits* da educação brasileira: a preparação para a docência nas escolas primárias rurais.

Fotografia 8 – Decreto-lei de alteração do nome da ENRMB para Colégio Estadual Murilo Braga



Fonte: Acervo da autora (2022).

Encontramos o documento, que conta uma parte da história da escola, no arquivo escolar entre livros de ponto e ofícios. Concordamos com Costa (2016) de que o estudo sobre a história da Escola Normal Rural Murilo Braga traz à tona um papel fundamental que essa instituição de ensino teve para a História da Educação no Estado de Sergipe e de Itabaiana, formando os professores primários em instituição de ensino

rural, onde possuía pouco orçamento e pouca exploração. Essa escola, após 1970, foi considerada um ícone de qualidade na educação do Estado.

Sobre o nome da escola, Murilo Braga de Carvalho, este nasceu em 08 de dezembro de 1912, em Luzilândia, Piauí, foi bacharel em Direito; educador e ocupou o cargo da divisão do Dasp (Divisão do Departamento Administrativo do Serviço Público), em 1939. Faleceu em 1952, em um acidente aéreo no Amazonas, quando estava de viagem aos Estados Unidos para representar o Brasil em um Congresso de Educação.

Em 1945, com o fim do Estado Novo, Lourenço Filho foi substituído por Murilo Braga de Carvalho. Nesse período o INEP praticamente perdeu o seu caráter de instituto de pesquisas: continuaram apenas alguns serviços de documentação ligados à legislação e publicaram-se catálogos sobre as oportunidades de educação existentes no país. As razões foram várias: a principal talvez tenha sido a extinção da Diretoria do Ensino Primário e Normal, e a passagem das suas atribuições para o INEP, que, junto com a administração dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, passou a ocupar a quase totalidade da atenção do instituto: a tarefa de construir escolas em zonas rurais, nas fronteiras e nas áreas de colonização estrangeira, levaram à necessidade de estudos a respeito do melhor tipo de prédio para grupos escolares, escolas isoladas, escolas normais. Da função de administrador do Fundo Nacional do Ensino Primário surgiu um novo setor, o de Aperfeiçoamento do Magistério, que oferecia cursos de especialização no Distrito Federal, para professoras primárias do interior, em regime de bolsas de estudo. (MARIANI, 1982, p.171).

A fundação do colégio foi de grande relevância para a comunidade e para a região, pois sua proporção se tornou grande abrangendo não só a população de Itabaiana, mas também das cidades vizinhas. Tal fato fez com que a cidade se tornasse um celeiro de pessoas influentes tanto na política quanto nas artes e na magistratura. Isso mostra o quão importante foi o papel da instituição para a consolidação de uma cultura intelectual no interior e isso se deve ao reconhecimento e à sensibilidade de pessoas que viam na educação um meio capaz de transformação social (COSTA, 2016).

Como atestam os jornais Tribuna de Aracaju e Gazeta de Sergipe, em 10 de abril de 1978, ao destacarem na manchete: **“Em Itabaiana, a primeira e a maior Escola do Estado”**. O Colégio Estadual Murilo Braga, em Itabaiana, era um marco na educação oficial de Sergipe por ter sido o primeiro estabelecimento criado pelo Estado, em 1949. “[...] Esta semana o Murilo Braga passou a ser o maior estabelecimento de ensino oficial de Sergipe, com uma capacidade de matrícula de 3.960 estudantes [...]” (GAZETA DE SERGIPE, Nº 5995, 08/04/1978).

Como exposto anteriormente, José Rollemberg Leite teve enorme relevância na questão educacional, tornando concreta a sua ideologia com a criação das escolas rurais no Estado. Mas especificaremos as Escolas Normais nos municípios de Itabaiana e Lagarto, no interior sergipano. Estas eram com o objetivo de formar os professores para o trabalho nas escolas rurais.

Mendonça (1958, p. 99 e 114-115), em sua obra “A Educação em Sergipe”, afirmou que, embora fosse “significativo o esforço da maioria dos municípios sergipenses, de referência aos gastos com a educação”, a interferência, a partir das premiações aos cargos no magistério, por meio do recrutamento baseado no favoritismo, era um mal que deveria ser combatido. Essa situação ainda permaneceu por um tempo, mesmo sendo instituído oficialmente o ingresso por concurso e o exercício docente com habilitação. Mesmo com a existência do concurso, nada impedia o estado de proporcionar uma vaga aos seus apadrinhados políticos. Esse assunto foi apresentado como algo comum através do nosso relato no item “O início de uma trajetória: a escolha e o encontro com o objeto”.

Mendonça (1958, p. 178-179) aponta que, em Sergipe, a falta de interesse por esse ramo de ensino tem duas causas principais: os baixos salários e o não aproveitamento dos normalistas diplomados no magistério público, em cujo quadro se ingressava por favoritismo.

Isso, diuturnamente, vai provocar o que se caracteriza por “feminização do magistério” em consonância com o que é trazido por Faria Filho (2007). Um dos principais norteadores da feminização do magistério foi justamente a maior presença das meninas na escola em um momento em que apenas as mulheres poderiam lhe dar aulas. (FARIA FILHO, 2007, p. 202).

Todavia, constava-se na Portaria nº 495, de 12 de outubro de 1950, do Departamento de Educação, a necessidade de qualificação dos professores nas seguintes disciplinas: Português, Matemática, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Estatística Educacional, Metodologia e Prática do Ensino Primário, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais e Educação Física. (DANTAS JÚNIOR, 2006, p.231).

Faltava definição das exigências na formação dos docentes que assumiriam as disciplinas na Escola Normal Rural Murilo Braga, por isso, eram empossadas pessoas não qualificadas e de conhecimentos superficiais para os devidos fins. O que podemos

considerar teoricamente e conseqüentemente uma má formação do quadro dos futuros professores.

Segundo o disposto na Lei 8.530/1946, a formação docente era realizada de três formas: o curso de regentes de ensino primário, que durava quatro séries anuais, e esses destinavam à atuação somente no ensino primário; o curso de formação de professores primários, organizado em três séries anuais, que permitiu o funcionamento do curso durante dois anos de estudos intensivos; e o Instituto de Educação, onde, além dos cursos próprios da escola normal, ministrava também ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário, compreendendo os seguintes ramos: educação pré-primária; didática especial do curso complementar primário; didática especial do ensino supletivo; didática especial de desenho e artes aplicadas; didática especial de música e canto.

Além disso, a mesma lei dispunha:

Art. 6º O ensino normal manterá da seguinte forma ligação com as outras modalidades de ensino:

1. O curso de regentes de ensino estará articulado com o curso primário.
2. O curso de formação geral de professores primários, com o curso ginasial.
3. Aos alunos que concluírem o segundo ciclo de ensino normal será, assegurado o direito de ingresso em cursos da faculdade de filosofia, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula.

Também era sentido no cenário da educação municipal a precarização do ensino, com professores sem a formação adequada, falta de metodologia adequada e de supervisão pedagógica. No ensino primário, eram contabilizados 155 professores não diplomados e 72 diplomados; a disponibilidade de matrículas no ensino primário da rede municipal e estadual atingia, em 1969, o número de 6.005 vagas, mas também se observa um número extremamente grande de reprovação, na sua primeira série, de mais de quatro mil alunos.

No ensino médio (ginasial, comercial, colegial e normal), encontram-se dados de apenas professores sem diploma, um quantitativo de 48. É apontado, ainda, no Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado (1971), que as condições precárias das instalações e equipamentos das escolas municipais deixavam a desejar no rendimento dos trabalhos: algumas não possuíam sanitários; somente algumas escolas da área urbana é que possuíam filtros para água; insuficiência de equipamentos; as escolas rurais, em sua maioria, funcionavam na dependência de professores.

Na época, nas palavras do professor José Rivadálvio Lima, a Escola Normal Rural fazia parte de um projeto-piloto, encabeçado pelo Governo do Estado com o apoio do Ministério da Educação, por isso o nome em homenagem ao diretor do Inep (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) de 1945 a 1952, Dr. Murilo Braga de Carvalho.

A Lei estadual Nº 1.396 de 1966, que dispõe sobre o sistema estadual de ensino, define em seu Artigo 79 os objetivos do ensino normal: a) Formar o pessoal docente necessários às escolas primárias e pré-primárias; b) Habilitar orientadores, supervisores, administradores e especialistas destinados a atuarem no campo da educação primária; c) Capacitar o professor primário a integra-se no meio geográfico, social e econômico, onde vier a exercer suas atividades, para que possa promover a integração dos alunos nesse meio e assim o desenvolvimento sociocultural da comunidade (SERGIPE, 1966).

Destacamos na legislação, a capacitação dos professores para a integração dos alunos ao meio em que vivem. Todavia, em alguns aspectos, o real está distante do prescrito, enquanto currículo e formação profissional. No período da implantação do Projeto de Educação Rural em Sergipe, o mais atrativo foi a estrutura dos prédios. No caso da ENRMB, foi com a arquitetura grandiosa e que permanece.

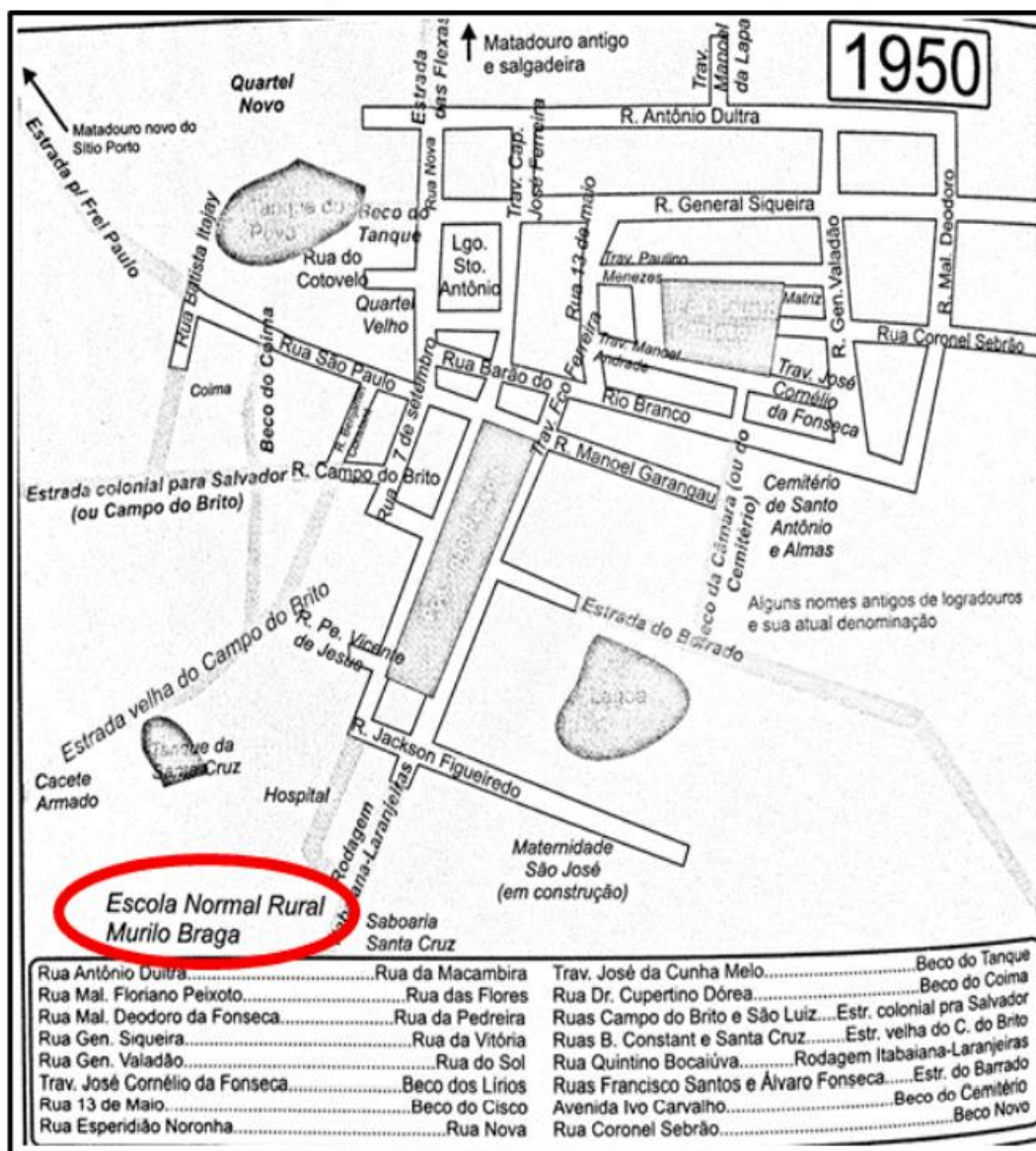
Segundo Hall, “[...] a nova escola primária exigia também novos professores. Uma extensa rede de modernas escolas normais, no interior, vai criar uma geração de professores integrados no ambiente a que as escolas devem servir” (1950a, p. 31).

Segundo o professor Robert King Hall, “a escola rural ajudaria a radicar o professor rural na zona rural, sobretudo, com a construção da residência” para os professores (SILVA, 2015, p. 09).

A construção foi considerada grandiosa para o estado e estava dentro do projeto arquitetônico para as escolas normais rurais do Inep. “Assim, serão as 45 escolas normais rurais que o Governo Federal está construindo nos Estados e Territórios” (HALL, 1950b, p. 113.)

Para a população itabaianense, “[...] o maior impacto do ano ficou por conta da construção e inauguração da Escola Normal Rural Murilo Braga, às margens da Estrada de Rodagem para Laranjeiras, entre o povoado Marianga e o Tanque Santa Cruz.” (BISPO, 2013, p. 162).

Figura 5 - Planta de Itabaiana (1950)



Fonte: Bispo (2013) apud Costa, 2016, p.85.

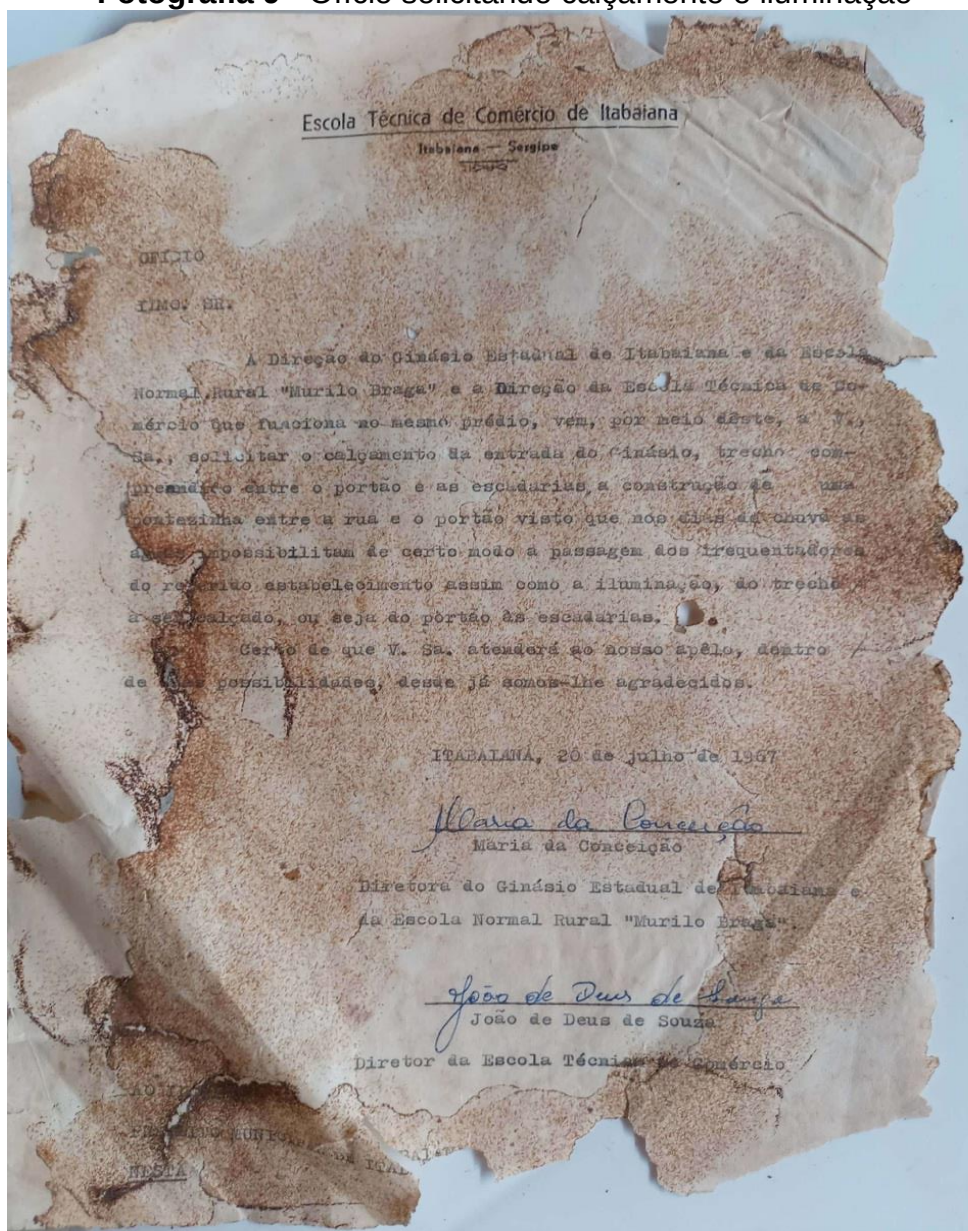
Como se pode observar, a Escola Normal Rural Murilo Braga ficava distante do Centro da cidade. Além da biblioteca, o Boletim de Informações, de 20 de janeiro de 1954, referente ao ano de 1953, informou que a escola dispunha de cinco sanitários, dez salas de aula e que possuía um grêmio literário e cultural. Apesar dos descontentamentos e das problemáticas enfrentadas nesses primeiros momentos de implantação, houve a preocupação com outras atividades, como a do Grêmio Literário e Esportivo de Itabaiana, que tinham o intuito de promover o alargamento cultural e físico dos itabaianenses.

Com o intuito de alcançar a meta de aperfeiçoamento dos professores do magistério primário rural, foi criada a Escola de Aplicação Zenaide Schultz, onde estagiavam alunos do Curso Normal. Ela funcionou anexo ao prédio de 1958 a 1970 e mudou para outro endereço em 1971 até 1977. A homenageada que deu seu nome à escola era chefe de Seção da Coordenação de Cursos do Inep, em 1951. O nome foi alterado em 1978 para Escola de 1º Grau Professora Izabel Esteves Freitas sob alegação de que Zenaide nunca teria visitado a instituição. (LIMA, 2002, p.53).

Em observância da cultura intensa de empreendedorismo no município, resultado da expansão do comércio, que surgiu do aumento da produção agrícola de verduras e leguminosas cultivadas na zona rural, surge a Escola Técnica de Comércio, que teve papel relevante na história educacional e comercial e funcionou no mesmo prédio da ENRMB.

No estudo de Mestrado de José Paulo de Andrade, intitulado **Escola Técnica de Comércio de Itabaiana: a formação de profissionais contabilistas (1967-1978)**, o autor evidencia que, antes da criação da Escola Técnica de Comércio, em 1967, as únicas opções de continuidade na formação após o ginásio eram o curso normal ou os cursos ofertados em Aracaju. O curso ofertava o ensino prático em Contabilidade e era oportunidade para ingresso no mercado de trabalho.

Fotografia 9 - Ofício solicitando calçamento e iluminação



Fonte: Ofício do arquivo escolar, acervo da autora (2022).

Costa (2016) informou que a Escola Normal Murilo Braga foi um espaço de formação docente, criada para atender aos propósitos de formação de professores primários para a zona rural. A estrutura curricular e o quantitativo de matrículas foram insuficientes para cumprir os objetivos de sua criação devido à desorganização do ensino normal. E, apesar das dificuldades, de o currículo estar distante do objetivo do projeto de educação Rural, formou professores que atuaram na região e na própria escola e deram outras contribuições.

É importante ressaltar que as normalistas formadas no Murilo Braga atuaram na própria instituição e em escolas primárias da cidade. Essas normalistas, assim como

outros ex-alunos da instituição, se destacaram. Afirma Lima (2002) que traz uma lista de personagens de destaque na Cultura, Arte, Música, política na esfera federal, estadual e dos diversos municípios. Identificou ex-alunos acadêmicos da química, engenharia, professores, mestres, procuradores, médicos, juízes, advogados e defende a representatividade da escola na comunidade, vista em depoimentos.

No depoimento de Marlene da Costa Mello, ela afirma ser aprovada no exame de admissão da escola era motivo de festa, semelhante à aprovação em vestibular. Para José Augusto Machado, era visto como local de justiça social onde pessoas de todos os níveis sociais e religiões, todas as raças podiam estudar, e a disciplina e o respeito imperavam. As desavenças entre colegas eram resolvidas fora da escola e os alunos que saíam do 2º grau já iam direto para a faculdade, sem necessitar cursinhos. Marlene Leite foi aprovada no curso de graduação de História na Universidade Federal e no Concurso de magistério do Estado em 1º lugar, fato que atribui ao ensino de qualidade da escola. (LIMA, 2002, p.37,114).

Na ENRMB, era publicado o jornal mural “O normalista”, em 1967, no qual professores e alunos expunham textos diversos: notícias, curiosidades, textos próprios e de outros autores e acrescenta que o jornal da cidade “o Serrano”, de onde surgiram várias obras, é influência da escola, já que foi criado pelo ex-aluno Vladimir Souza Carvalho e outros universitários. (LIMA, 2002, p.76). O autor continua apresentando as contribuições da escola com a criação da Banda de Música, com personagens da educação, da cultura e arte e esporte.

O ex-aluno José Augusto Machado depõe que o respeito e a disciplina imperavam, as desavenças eram resolvidas fora da escola e tiravam o escudo da instituição, como sinal de respeitabilidade. (LIMA, 2002, p.104). Uma característica marcante era o compromisso com a ordem e obediência das regras, assim os responsáveis pelos alunos assinavam um termo de responsabilidade. Por causa do grande volume de documentos, não encontramos os termos preenchidos.

Fotografia 10 - Termo de responsabilidade da ENRMB

Escola Normal Rural "MURILO BRAGA"
Itabaiana — Sergipe

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Sr. Diretor :

O sub firmado, residente nesta Cidade, à rua _____
n. _____, pai ou responsável
pelo menor _____, aluno da
série do curso _____ desta Escola, vem perante V. S.,
responsabilizar-se por qualquer prejuízo que, por ventura, o mesmo
venha a causar neste estabelecimento.

Itabaiana, _____ de _____ de 19 _____

(Pai ou Responsável)

Fonte: Documento do arquivo escolar, acervo da autora (2022).

Finalizada esta seção, que teve como objetivo contextualizar e apresentar a educação rural no Brasil e em Sergipe, e a criação da Escolar Rural Normal Murilo Braga e suas contribuições, na próxima seção, o nosso objetivo é discutir a organização e a estrutura das disciplinas de Ciências Naturais na Escola Rural Murilo Braga no período de 1954 a 1972.

3. FERTILIZANTES: AS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS NATURAIS NA ESCOLA NORMAL RURAL MURILO BRAGA

Nesta seção, temos como objetivo discutir a organização e a estrutura das disciplinas de Ciências naturais na Escola Rural Murilo Braga no marco temporal proposto.

A utilização das leis, diários, livros de ponto de comparecimento, atestado de idoneidade³⁴, foram fontes utilizadas para o objetivo aqui proposto. Contudo, a própria análise das fontes, aos poucos, remetia-nos a outros questionamentos e à busca de outros documentos para dialogar e melhor entender o funcionamento da disciplina de Ciências. A pesquisadora Costa (2016) apresenta sua concepção sobre as disciplinas na escola.

As disciplinas seguiam o padrão do professor (a) que se queria formar, entretanto, apesar das exigências e obrigatoriedade de cumprir os programas de ensino, a dinâmica do cotidiano escolar estabeleceu as regras, conforme as necessidades e seleção dos docentes. (COSTA, p.90).

As disciplinas de Ciências Naturais só podem ser analisadas, partindo da compreensão do período em que a escola foi construída e do seu objetivo, da importância da escola para a comunidade e região, da análise da inserção da escola no modelo rural, ou seja, entendendo todo o contexto sociopolítico.

Segundo Krasilchik (1987), transformações decorrentes da Segunda Guerra Mundial, como a industrialização e o desenvolvimento tecnológico e científico, provocaram mudanças no ensino de Ciências.

A partir do entendimento do objetivo e da construção do ensino de Ciências e sua relação com a formação docente, pode-se aprofundar na história da instituição e os aspectos que mediam a sua cultura. Entretanto, a finalidade do ensino de Ciências Naturais que são instituídos por aspectos legislativos, processos históricos, políticos e educacionais devem ser considerados. Esse panorama histórico que influenciou e influencia no currículo, na prática e na formação docente no ensino da disciplina.

³⁴ Idoneidade tem origem no termo latino “idoneitate”, que expressa a qualidade de idôneo, tendo também o significado de aptidão, capacidade, competência e habilitação. O documento era assinado pelo diretor da escola e entregue ao inspetor em anexo para a contratação do professor a fim de ministrar as disciplinas.

A Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 permitia que o curso de formação de professores primários fosse ministrado em dois anos. O “Art. 8º dizia: O curso de formação de professores primários se fará em três séries anuais [...]. Art. 9º Será permitido o funcionamento do curso de que trata o artigo anterior, em dois anos de estudos intensivos [...]” (BRASIL, 1946).

Na ENRMB, a oferta do ensino normal por dois anos teve início em 1954, e somente a partir 1963, que passou a ser ofertado em três anos. A partir dessa prerrogativa, confrontamos o quadro curricular, com observância nas disciplinas de Ciências Naturais, da Lei 8.530/1946 e os diários escolares.

Nesse primeiro momento, comparamos o currículo da escola em 1955, segundo ano do Curso Normal na instituição, e em 1963, ano de alterações, visto que passa a ser ofertado em três anos de duração do curso.

Quadro 6 - Disciplinas do curso de formação de professores da ENRMB

Primeira série	Segunda série
Português	Português
Psicologia educacional	Psicologia educacional
Biologia educacional	Puericultura e educação sanitária
Metodologia do ensino primário e Pedagogia	Metodologia do ensino primário
	Prática de ensino
Desenho e artes aplicadas	Desenho e artes aplicadas
Música e canto orfeônico	Música e canto
Educação física, recreação e jogos	Educação física, recreação e jogos
	Sociologia
Literatura	Literatura
Matemática	Administração Escolar

Fonte: Elaborado pela autora em 2022 a partir dos Diários (1955)

Comparamos o currículo da escola com a Lei Orgânica do Curso Normal e verificamos que obedecia à legislação. Observamos as cadernetas em que a primeira série em 1954 acrescenta-se a disciplina de Religião, porém está ausente no ano de 1955. Em seguida, observamos o currículo em 1963 e identificamos divergências nas disciplinas de Ciências Naturais.

Quadro 7 – Currículo Formativo do Curso Normal previsto na Lei 8.530 de 1946 e da Escola Normal Rural Murilo Braga em 1963

Curso de Formação de Professores Lei 8.530/1946	Escola Normal Rural Murilo Braga
Em três séries anuais, compreendem-se as seguintes disciplinas:	
Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3). Física e química. 4) <i>Anatomia e fisiologia humanas</i>. 5) Música e canto. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Educação Física, recreação e jogos. Segunda série: 1) <i>Biologia educacional</i>. 2) Psicologia educacional. 3) <i>Higiene e educação sanitária</i>. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Desenho e artes aplicadas. 6) Música e canto. 7) Educação Física, recreação e jogos. Terceira série: 1) Psicologia educacional. 2) Sociologia educacional. 3) História e filosofia da educação. 4) <i>Higiene e puericultura</i>. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto, 8) Prática do ensino. 9) Educação Física, recreação e jogos.	Primeira série: 1) Psicologia Educacional. 2) Pedagogia. 3) Português. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Geografia. 6) Matemática. 7) História. 8) Educação Física. 9) Desenho e artes. 10) Música e Canto. (1963). Segunda série: 1) Psicologia. 2) Pedagogia. 3) Português e Literatura. 4) Metodologia. 5) Administração. 6) Matemática. 7) História Geral. Terceira série: 1) Psicologia Educacional. 2) Português e Literatura. 3) Metodologia do ensino primário. 4) Administração. 5) Biologia. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e Canto. 8) Educação Física.

Fontes: Miguel, 2011, pag.11 e 12, Costa (2016) e observação da autora (2022)

Resultando da análise das pesquisas de Miguel (2002) e de Costa (2016), observamos as disciplinas da área das Ciências Naturais e listamos conforme o período. Na legislação, na 1ª série, consta a disciplina de Anatomia e Fisiologia Humanas; na 2ª série, apresentam duas disciplinas: Biologia Educacional e Higiene e Educação Sanitária e, na 3ª, Higiene e Puericultura. Contudo na ENRMB ofertava somente Biologia na 3ª série, desse modo, divergindo da regulamentação.

O programa da disciplina de Ciências Naturais na ENRMB se dividia em subdisciplinas que continham em conteúdos conforme as séries: na primeira série da Escola Normal Murilo Braga, com a disciplina de Biologia Educacional, apresentava as

noções de anatomia e fisiologia humana e higiene; na segunda, a puericultura³⁵ e educação sanitária. (COSTA, 2016, p.108).

Educação Sanitária e Puericultura para a formação no Curso Normal da ENRMB, tinham por objetivos garantir uma ordem familiar tradicional, higiênica e moral mediante a abordagem dos preceitos de saúde e higiene. Salientamos a feminização no currículo das duas disciplinas que objetivavam a construção de perfis ideais para a conduta social de crianças, mulheres e professoras. Segundo Costa (2016, p.155), “apenas nove fizeram a matrícula, destes três desistiram do curso no período de 1954 a 1969”. Identificamos, no livro de conclusão do curso, as turmas de 3ª série, contendo 84 folhas com alunos formados de 1963 a 1969.

Em seguida, apresentamos uma tabela identificando as disciplinas das ciências naturais e os professores de acordo com os diários no marco temporal estudado.

Quadro 8 – As disciplinas das Ciências Naturais e os professores

ANO	SÉRIE	DISCIPLINA	PROFESSOR
1954	1ª	Biologia Educacional	Pedro Garcia Moreno
	2ª	-----	-----
1955	1ª	Biologia Educacional	Alfredo Alves de Oliveira
	2ª	Puericultura e educação Sanitária	Alfredo Alves de Oliveira
1956	1ª	Biologia Educacional	Alfredo Alves de Oliveira
	2ª	Puericultura	Alfredo Alves de Oliveira
1957	1ª	Biologia Educacional	Alfredo Alves de Oliveira
	2ª	Puericultura e educação sanitária	Alfredo Alves de Oliveira
1959	1ª	Biologia Educacional	Alfredo Alves de Oliveira
	2ª	-----	-----
1960	1ª	Biologia Educacional	Marcos Teles da Silva
	2ª	Puericultura e Educação sanitária	Ormeil Câmara de Oliveira
	3ª	-----	-----
1961	1ª	Biologia Educacional	Juan José Rivas
	2ª	Puericultura	Ormeil Câmara de Oliveira
	3ª	-	-
1963	1ª	Educação cívica e Biologia	
	2ª	-----	-----
	3ª	Biologia	José Ererardo Lima Viana
1964	1ª	-----	-----
	2ª	-----	-----
	3ª	Biologia	Ormeil Câmara de Oliveira
1966	1ª	Ciências Físicas e Biologia	Ormeil Câmara de Oliveira
	2ª	-----	-----
	3ª	Didática das Ciências	Maria Andrade Santos

³⁵ Puericultura é uma subespecialidade da pediatria que se preocupa com o acompanhamento integral do processo de desenvolvimento infantil. Busca analisar o processo de crescimento, o desenvolvimento físico e motor, a linguagem, a afetividade e a aprendizagem cognitiva da criança.

1967	1ª	Ciências	Clodoaldo Andrade
	2ª	-----	-----
	3ª	Didática das Ciências e dos Estudos Sociais	Maria da Conceição
1968	1ª	Ciências	Clodoaldo Andrade
	2ª	-----	-----
	3ª	Didática das Ciências e dos Estudos Sociais	Maria Andrade Santos
1969	1ª	Ciências	Clodoaldo Andrade
	2ª	-----	-----
	3ª		
1970	1ªB	Ciências	Laudelina da Silva de Jesus
	2ª	-----	-----
	3ª	Didática dos Estudos Sociais e Ciências	Maria Andrade S. Oliveira
1971	1ª	-----	-----
	2ªB	Ciências	Marcelo Cardoso Chagas
	3ª	Biologia	Ester de Oliveira Souza José Augusto Andrade
1972	1ª	-----	-----
	2ªA	Ciências	Edgar Ramos
	2ªB	Ciências	Edgar Ramos
	3ªA	Biologia Educacional	José Augusto Andrade Edgar Ramos
	3ª B	Biologia	Edgar Ramos

Fonte: Construído pela autora a partir das cadernetas escolares, 2022.

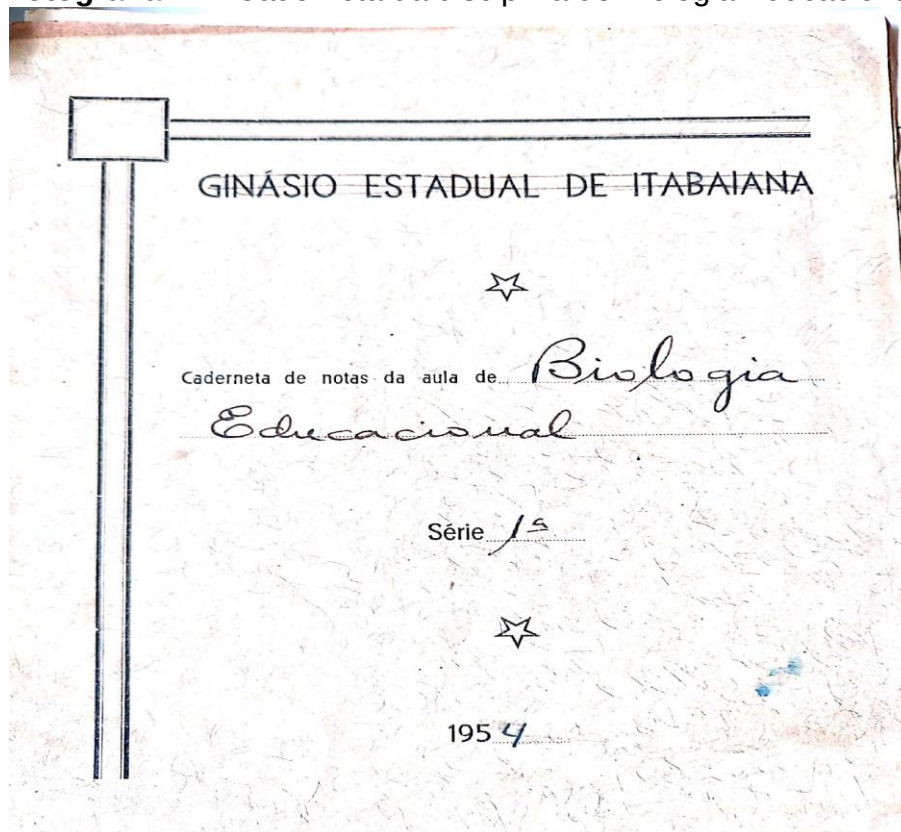
Destacamos que nos períodos distintos no currículo das disciplinas das Ciências Naturais. De 1954 a 1961, o Curso Normal tinha a duração de dois anos, comportando duas disciplinas deste campo: Biologia Educacional na primeira série e Puericultura e educação sanitária, na segunda; a partir de 1963, iniciou com três anos de duração do Curso Normal, com duas disciplinas, Ciências Físicas e Biologia na primeira série e Biologia na terceira; em 1966, surge a disciplina de Didática das Ciências no terceiro ano e Ciências na primeira série até 1970; a partir de 1971, as disciplinas são Ciências no segundo ano do curso e Biologia e Biologia Educacional nos terceiros anos. Como a nomenclatura da disciplina é diferente na terceira série A e na terceira B, ministradas por professores diferentes, consideramos a análise do conteúdo um subsídio para compreender a diferença.

Em nossa pesquisa, no arquivo da instituição, alguns diários não foram encontrados, o que, de certa forma, causou alguma dificuldade na análise. A descrição do estudo sobre os conteúdos seguiu a ordem cronológica, destacando a disciplina e

sua função, peculiaridades dos conteúdos, forma de avaliação e estrutura do documento.

Observamos que, em 1954, a escola oferecia a disciplina Biologia Educacional na 1ª série, ministrada pelo médico Pedro Garcia Moreno, como observamos em uma caderneta da disciplina na fotografia abaixo:

Fotografia 11 - Caderneta da disciplina de Biologia Educacional



Fonte: Arquivo escolar, acervo da autora (2022).

O documento apresenta a estrutura de itens (nomenclaturas): total de faltas, média de aproveitamento, espaço de preenchimento dos dias letivos, mês e ano e assunto de cada dia em disposição diferente dos diários atuais.

O conteúdo discriminado de forma sistemática, relacionando assuntos sobre conhecimentos anatômicos, fisiológicos e detalhes acerca das diversas doenças do ser humano em suas diversas fases: criança, adolescente, adulto e casal. E o assunto sobre escolas rurais, higiene e estatísticas sanitárias desse ambiente foi observado no último mês letivo, atestando uma preocupação do professor com a população rural.

No Brasil, no período de 1950 a 1960, no ensino de Ciências, que, na maioria das escolas era teórico, livresco e memorístico, passa a ter as exigências de algumas

No diário da segunda série, do mesmo professor, Puericultura e Educação sanitária traz ensinamentos sobre gestação, cuidados e mortalidade do recém-nascido, desde o banho, vestuário, alimentação, amamentação, seguindo para os cuidados com crianças, parentesco, idade aconselhável para casamento, exames pré-nupciais, males do casamento.

O professor que se tornou responsável pelas disciplinas das Ciências Naturais a partir de 1955 até 1959 ministrava outras disciplinas, com informações dos diários encontrados: Português, Literatura e Canto Orfeônico e Canto nas 1ª e 2ª séries e Administração escolar na 2ª série.

No ano de 1956, a disciplina de Biologia Educacional continua sendo ministrada pelo professor Alfredo Alves de Oliveira, contendo 10 alunos. Os conteúdos seguem o viés de assuntos didáticos para lecionar para as crianças: seres vivos, nutrição, células de vegetais e animais, protoplasma, evolução, trocas gasosas, mas sem referências aos sistemas do organismo humano. A 2ª série apresentava o mesmo roteiro de temas da série do ano anterior, com poucas alterações. Implementação das técnicas para amamentação, organização do berço para recém-nascido, teste neural e exclusão de temas sobre exames nupciais, casamento. A estrutura do documento apresenta folhas para descrição das atividades em mês específico, há ausência do quantitativo de aulas e de arguição, somando as notas das provas escritas.

Em 1957, as disciplinas de Educação Sanitária e Puericultura permanecem com as características de temas sobre conhecimentos e cuidados com gestantes, recém-nascidos, doenças infantis e surge o assunto do desenvolvimento da linguagem, saúde mental, atenção e imaginação da criança. O documento, muito deteriorado, não apresenta espaço para informação da nota final, e o professor realiza as arguições como forma de avaliação somando com as provas escritas. Os conteúdos no documento de Biologia Educacional não seguem uma sequência. Inicia-se com o tema sobre o conceito de Biologia, seres vivos, células, evolução dos seres e, no final do ano letivo, se repetem. A avaliação é feita por provas escritas mensais e arguições. Entretanto, as notas das provas orais não foram identificadas.

No ano de 1959, na 1ª série, a sequência dos assuntos não diferem do documento de 1957, mas já ocorre a identificação do quantitativo de aulas. A forma de avaliar os alunos continua por prova oral e escrita.

Para atender às necessidades de mudança, surgiram movimentos institucionalizados em prol da melhoria do ensino de Ciências. Professores,

organizados no Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura (IBECC), aspiravam melhoria na qualidade do ensino superior; na época, admitia-se que era urgente dar aos jovens universitários um ensino mais atualizado e mais eficiente. O Ministério da Educação também passou a promover cursos de capacitação, pela Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário (CADES), visando capacitar professores para o ensino de Ciências.

De acordo com Delizoicov e Angotti (1990), a partir da década de 1960, o ensino de Ciências se alicerçou em três tendências: tecnicista, escola-novista e de ciência integrada. A primeira se caracterizava basicamente pelo uso de instruções programadas; a segunda enfatizava os métodos experimentais com preocupação excessiva em ensinar o método científico; e a última se firmava na proposta de que o professor de Ciências precisa saber quase que unicamente usar os materiais instrucionais, não necessitando ter conhecimento seguro e relativamente profundo do conteúdo a ser ensinado. Essas tendências aspiravam à formação de uma elite, para participar do desenvolvimento intelectual do país.

Para Krasilchik (1987), foi a partir dos anos sessenta que a estrutura curricular do ensino das Ciências sofreu importantes modificações, devido às transformações políticas e sociais que estavam acontecendo no país. Nesse período, o ensino passou a ser voltado para a formação do cidadão comum, não apenas à formação do cientista. Instituições internacionais, como a UNESCO, também organizavam projetos com a finalidade de melhorar o ensino de Ciências. Entretanto, na escola, havia o objetivo de preparar professores para as atividades básicas de profilaxia e cuidados com as crianças.

Mediante as mudanças da história e da legislação, surge o professor Ormeil Câmara de Oliveira, em 1960, que assume a 2ª série do Curso Normal a qual segue o mesmo padrão de conteúdos relacionados à saúde da mulher, recém-nascido e crianças. O diário apresenta espaço para identificação da média da arguição, para a média resultante da soma das provas escritas e para a nota final. Entretanto a nota final não foi apresentada. No primeiro ano, os assuntos sobre fertilização e exame médico geral aparecem na listagem do professor Marcos Teles da Silva, que passa a cadeira em agosto para Juan José Rivas, passa menos conteúdos, mas continua na linhagem de cuidados com a saúde.

Em 1961, Juan José Rivas assume a disciplina de Biologia Educacional, e Ormeil Câmara de Oliveira fica responsável pela cadeira de Puericultura e Educação Sanitária.

O primeiro encontra dificuldades no preenchimento do documento, invertendo o reservado ao espaço de assinaturas e descrição das atividades; destacamos a escrita de algumas palavras: natursa, doensas, protosoários, diferença e refosso. A grafia das palavras é indício de que o professor tem outra nacionalidade. Ressaltamos, pela segunda vez que, os conteúdos sobre o campo no Brasil, escola rural, escolas rurais aparecem no currículo. Há uma mistura sobre assuntos de higiene, saúde e material pedagógico.

O segundo ano apresenta temas de saúde e higiene e destacamos temas sobre drogas: álcool, maconha e fumo e sobre primeiros socorros na escola. Esse período foi de transição com as alterações conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024/1961 e, para observar as mudanças, necessitaríamos dos documentos de 1962 que não estavam no arquivo. Identificamos que a disciplina de Biologia passa a ser administrada no terceiro ano.

Na 1ª série do curso da escola, a disciplina de Ciências estava ausente e deveria apresentar anatomia e fisiologia humanas no ano de 1963. Todavia encontramos um diário com as disciplinas Educação Cívica e Biologia sem informações de atividades, avaliação e professor. Ocorre, em 1964, a disciplina de Biologia no terceiro ano com José Everardo de Lima Viana, apenas com dois conteúdos de genética e reprodução dos vegetais, sem notas finais, apenas as notas mensais dos testes. As arguições não foram mais encontradas.

Outras alterações foram constatadas em 1966. No primeiro ano, lecionou-se Ciências Físicas e Biológicas e, no terceiro, Didática das Ciências, tendo como professores, respectivamente, Ormeil Câmara de Oliveira e Maria Andrade Santos e o aumento no número de alunos que não ultrapassavam de 10, agora são 21 matriculados. O professor não identificou os conteúdos de outubro a dezembro, com seis avaliações com assuntos acerca de fisiologia e anatomia humana. Já a professora descreve atividades como planejamento para experimentação, atitudes científicas, esquemas de trabalho e a avaliação apenas por provas escritas, sem identificação de nota final.

As Ciências aparecem como nome da disciplina em 1967 ministrada por Clodoaldo Andrade, na 1ª série, com 22 alunos, tendo um do sexo masculino, sem nenhuma atividade discriminada, somente os dias dos seis testes em que, no espaço reservado à presença, efetua-se a nota, sem média final, tendo rasura na nota da aluna Regina Maria Carvalho Passos. Na 3ª, o diário de Maria da Conceição apresentava

conteúdos sobre o programa de ensino de 1º ao 3º anos do primário, apresentando pela primeira vez o tema sobre recursos audiovisuais.

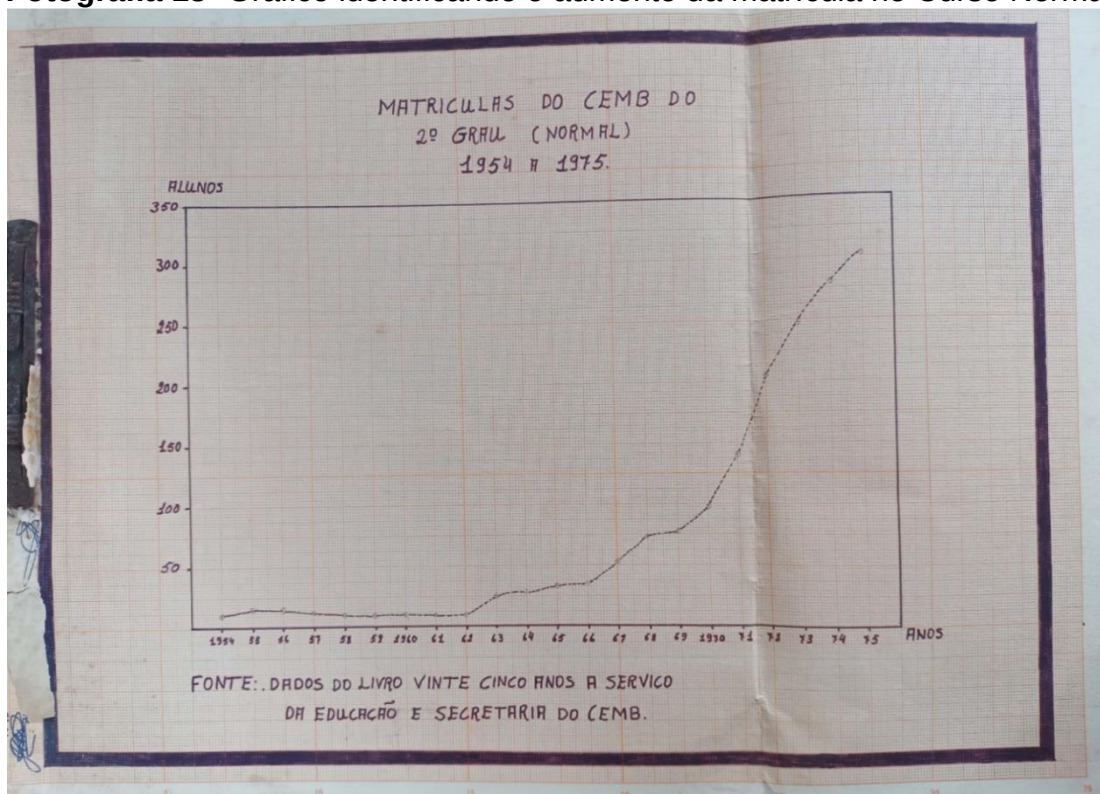
Está ausente a listagem do conteúdo no documento do 1º ano de 1968, porém há sete provas escritas com notas na folha de chamada do aluno e uma arguição. A nota final é resultante da média das provas escritas, somada à prova oral e dividida por 2. Desse modo, obedecendo ao Decreto nº 8530, de janeiro de 1946, institui: “§ 1º A nota final resultará da média aritmética da nota anual de exercícios da obtida na prova parcial e das obtidas nas duas provas do exame final.”

A senhora Maria Andrade dos Santos destaca técnicas empregadas no ensino de Ciências como observação e experimentação, realiza uma excursão ao Centro de Supervisão e apresenta o programa de ensino para o 1º ano do primário.

No ano de 1969, Clodoaldo Andrade permanece com a cadeira de Ciências (abreviação de Ciência físicas e Biológicas) no 1º ano do Curso Normal, somente um conteúdo discriminado sobre teorias evolucionistas e as notas dos testes e da arguição.

Com vistas na documentação a partir da década de setenta, o número de alunos teve outro aumento, apresentando a necessidade de duas turmas dos primeiros anos do curso. No entanto, o documento do 1º ano A não foi encontrado. Sobre o aumento do número da matrícula, pode-se observar nos diários e no documento produzido por alunos do Curso Normal.

Fotografia 13- Gráfico identificando o aumento da matrícula no Curso Normal



Fonte: Documento do arquivo escolar, acervo da autora (2022).

Detectamos o ingresso da professora Laudelina da Silva de Jesus, na turma B, antiga aluna da escola da turma de 1964, que inicia novos conteúdos na disciplina com assuntos de Química e Física: átomos, distribuição de elétrons, camada de valência, movimento uniforme, aceleração, velocidade, temperaturas e escalas, som, máquinas, magnetismo. E finaliza com temas sobre células e sangue. Uma visão diferente dos conteúdos. A professora Maria Andrade Santos Oliveira não relatou as atividades de Ciências no diário do 3º ano do curso, verificamos apenas conteúdos de Estudos Sociais. A disciplina é Didática das Ciências e dos Estudos Sociais.

Para entender as mudanças no currículo da disciplina de Ciências Físicas e Biológicas que surge em 1966, aprofundamos a pesquisa na legislação educacional do estado, visto que, na LDB/1961 e na Lei Orgânica do Ensino Normal, não havia direcionamentos sobre os conteúdos. A primeira sobre esse tipo de ensino foi Lei Nº 30 de 4 de dezembro de 1947, que adapta o ensino normal oficial do Rui Barbosa às exigências da lei orgânica federal do ensino normal; a segunda Lei nº 1408 de 27 de setembro de 1966 reestrutura a Secretaria de Educação e Cultura, e a terceira Lei nº 1632, de 06 de dezembro de 1968, altera dispositivos da lei nº 1396, de 14/09/1966. Porém, nenhuma com destaque para o currículo das disciplinas.

Na década de 1970, o projeto nacional da Ditadura Civil Militar que estava no poder era de modernizar e desenvolver o país. O ensino de Ciências era considerado importante componente para a preparação de um corpo qualificado de trabalhadores, conforme foi estipulado na Lei promulgada em 1971. Nesse período, na ENRMB, a disciplina de Ciências passa a ser lecionada no 2º ano e surge Biologia no 3º ano do Curso Normal. No 2º ano B, os conteúdos sobre células, seres vivos, nutrição, sistema digestivo, plantas e doenças endêmicas foram de responsabilidade do professor Marcelo Cardoso Chagas.

E a Biologia, com a professora Ester de Oliveira Souza até junho, era composta de explicação sobre seres vivos, vegetais, reprodução. Em agosto, assume José Augusto Andrade, que retoma conteúdos de puericultura e educação sanitária, mas adentar sobre a função dos pais, o habitat cidade - desvantagens e vantagens para o homem e preparação para seminários. Outrossim, foi o primeiro a colocar observações sobre episódios das aulas como relatar que alunas copiaram o trabalho de outra, e o período em que as alunas estavam em estágio.

O último ano de análise das disciplinas da área é 1972, observando o diário de Ciências do 2º A do professor Edgar Ramos, que possui uma assinatura com caricatura, tendo muitas faltas no ano letivo que se inicia em junho até dezembro com uma prova mensal. Os assuntos são confronto entre vegetais e animais, células, organelas, hormônios da fecundação, sendo mesmo passados por José Augusto Andrade para o 3º ano A em Biologia, adicionando apenas o ciclo de Krebs e a identificação do período de estágio em outubro.

Na turma do 2ºB, de Edgar Ramos, vimos a disciplina escrita Ciências na capa do diário e nas folhas de anotações do conteúdo era Ciências Biológicas ou Ciências Físicas e Biológicas, que abrangia sobre seres vivos, plantas, hormônios e a primeira vez o tema sobre ciclo menstrual. No 3º ano B, do mesmo professor, encontramos uma folha avulsa dentro do diário com quatro assinaturas de alunas que realizaram prova. Os conteúdos são semelhantes ao 2º ano de curso, e identificação o estágio “profissionalizante” das alunas.

A metodologia de avaliação dos futuros professores era verificada em provas parciais e arguições. Procuramos no Decreto nº 8530, de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Curso Normal), Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 4.024/1961 sobre o tema. Na primeira, regulamenta que notas serão expressas em escala de zero a cem, sendo aprovados os alunos que obtiverem o mínimo de 50.

Art. 31. A partir de abril e excetuados os meses em que se realizarem provas escritas, será dada, em cada disciplina, e a cada aluno, pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento. A média aritmética dessas notas mensais será a nota anual de exercícios. Art. 32. Haverá, na primeira quinzena de junho, para tôdas as disciplinas, prova parcial, escrita, ou prática, que versará sôbre toda a matéria ensinada até uma semana antes de sua realização; e ao fim do ano letivo, exames finais que constarão de prova escrita e de prova oral, ou de prova escrita e de prova prática. *Parágrafo único.* As provas escritas dos exames finais serão realizadas na segunda quinzena de novembro, e as provas orais e práticas no mês de dezembro. (Brasil,1946)

Na segunda, o assunto não foi tratado e, para compreender a forma de avaliação dos professores, ampliamos a pesquisa e anotando que os professores utilizavam a palavra “arguição” ao invés de provas orais que da Lei orgânica do Curso Normal. Encontramos arguição descrita como forma de avaliação no Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931, que dispunha a respeito da organização do ensino secundário. Estabelecia que a avaliação durante o ano consistia em arguições, trabalhos práticos e quatro provas parciais para cada disciplina. Essas provas parciais deveriam ser julgadas pelos professores e pelos inspetores.

Ao longo da história do ensino de Ciências, a sistemática educacional, o currículo, a metodologia, os objetivos e a finalidade da instituição sofreram mudanças diante de movimentos políticos e educacionais, promovidos por idealizadores, podendo ser exemplificado por Freire (1996), que criticava a “educação bancária.” O termo “bancário” tem a acepção do aluno como um banco, no qual deposita o conhecimento. Na prática, quer dizer que o aluno é como um cofre vazio, em que o professor acrescenta fórmulas, letras e conhecimento científico até “enriquecer” o discente. Logo após a escola, os alunos “enriquecidos” serão replicadores daquele conhecimento adquirido.

É o ensino tradicional que conhecemos no Brasil. Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Tal fato, pode ser observado no currículo das disciplinas de Ciências Naturais. Dessas ações, resultaram documentos, teorias e programas com o intuito de melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Na escola, vimos alterações no currículo, que teve suas especificidades e implementação de conteúdos, conforme a orientação do professor. Tal fato está de acordo com a pesquisa de Costa (2016).

As disciplinas seguiam o padrão do professor (a) que se queria formar, entretanto, apesar das exigências e obrigatoriedade de cumprir os programas de ensino, a dinâmica do cotidiano escolar estabeleceu as regras, conforme as necessidades e seleção dos docentes. (COSTA, p.90).

E nessa concepção, verificamos, de modo geral, que, na disciplina de Biologia Educacional, havia em relação aos seus conteúdos ministrados certo distanciamento entre o currículo prescrito e o currículo posto, ora com ensinamentos próprios da disciplina, ora sobre conceitos da Biologia.

- d) bom comportamento social;
- e) habilitação nos exames de admissão.

Art. 21. Para inscrição nos exames de admissão ao curso de primeiro ciclo será exigida do candidato prova de conclusão dos estudos primários e idade mínima de treze anos; para inscrição aos de segundo ciclo, certificado de conclusão de primeiro ciclo ou certificado do curso ginasial, e idade mínima de quinze anos. Parágrafo único. Não serão admitidos em qualquer dos dois cursos candidatos maiores de vinte e cinco anos.

Importante salientar que as disciplinas não estavam nos pontos de prova de admissão. Ciências Fisiológicas e Biológicas era disciplina básica obrigatória no currículo, assim como Português, História e Geografia. Entretanto, essas estavam no ponto de admissão para ingresso no curso, e as disciplinas que constituem as Ciências, ausentes.

Obviamente, a deficiência na preparação dos professores em relação ao conhecimento das próprias disciplinas leva-os à insegurança, à baixa qualidade das aulas e à intensa dependência dos livros didáticos. Krasilchik (1987) afirma que esses, geralmente, são de má qualidade, sem inovações e não acompanham o desenvolvimento das Ciências, sendo incapazes de atenuar as dificuldades encontradas pelo professor. Analisando a história do ensino de Ciências, é possível relacionar a sua transformação com a formação dos educandos, apesar de que muitas propostas para melhorar o ensino e a aprendizagem dos alunos ficaram apenas na teoria.

O que se percebe ao analisar a Lei nº 5.692/1971, promulgada em pleno regime autoritário, foi a materialização da admissão de formação de professores para o ensino de 1º e 2º graus, impulsionada pela necessidade de preparação técnica dos profissionais para atuar e atender ao projeto desenvolvimentista de urbanização e industrialização instituído no Brasil (WEBER, 2015). É indiscutível que alterou o curso de formação docente e constituiu a possibilidade de mudanças com uma divisão de níveis para as modalidades de ensino, especializando profissionais conforme área de atuação e com os conhecimentos mais específicos, surgindo a formação específica para determinada disciplina.

Em relação à Biologia Educacional, a Lei 5.692/1971 contemplou a disciplina e inseriu-a na parte de formação especial do plano de estudos da habilitação específica para o magistério, juntamente às disciplinas de Fundamentos da Educação, que tratavam dos aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos,

históricos e filosóficos da educação, com a disciplina de Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º Grau, e ainda com a Didática, incluindo Prática de Ensino.

A partir desse entendimento, identificamos que Biologia educacional e Educação sanitária e puericultura tiveram a finalidade de “educar” os povos rurais, ensinando aos professores os moldes civilizatórios através do currículo das disciplinas que tratavam de higienização, cuidados com as crianças para transmitirem aos seus alunos. Reafirmando as ideias de Costa (2016):

Verificamos, pois, uma adequação do indivíduo rural, dentro das propostas de alfabetização, ordenação do espaço, higienização, combate aos males provocados pelas doenças. Esses males não estavam presentes apenas no interior do Brasil, as cidades também apresentavam problemas que foram focos de atuação do governo, principalmente naqueles indivíduos considerados causadores de desordem social e proliferação de doenças. Portanto, a civilização deveria chegar também às cidades. Percebeu-se, então, a preocupação em atuar principalmente nos agentes sociais que pudessem denegrir o modelo de sociedade pregado na época. (COSTA, 2016, p.16).

Como já referendado, a visão pejorativa sobre a população e educação rural fez com que o currículo das disciplinas da área das Ciências Naturais fosse para instruir e educar sanitariamente. Só assim, o país teria progresso e modernização. Esse parecer está contido em Carvalho (1997):

A ênfase na saúde e na formulação de uma “consciência sanitária” ancorava-se nas ações mobilizadas pelos intelectuais reformadores da sociedade quanto à importância da ciência na promoção das transformações sociais que se ambicionava instituir no país. As condições precárias de higiene e salubridade, o acirramento da pobreza e o crescimento das doenças epidêmicas que atingiam os centros urbanos e as regiões rurais eram apontados como os principais males que afligiam e coíbiavam o progresso e a modernização do país, devendo, portanto, ser suprimidos. O pensamento de que era preciso povoar o território brasileiro com “ideias sadias” fez parte do ideal que alinhavou as ações reformadoras e salvacionistas que visavam, por meio da educação e da higiene, “dar consciência” aos cidadãos (CARVALHO, 1997, p.122-123).

Contudo, apesar do modelo de adequação apresentado, dois professores da ENRMB incluíram conteúdos inerentes à população rural, outros colocaram assuntos conforme o entendimento da disciplina.

3.1 Os instrumentos utilizados na lavoura: os livros didáticos e materiais adotados

Em relação à metodologia, os diários não descrevem como se realizava em sala ou outro ambiente, pois listam-se apenas os conteúdos. Então, no intuito de entender a prática, comparamos os “pontos das disciplinas”, assim eram chamados os programas de conteúdos, com os diários. Infelizmente, não encontramos todos os programas de conteúdos dos professores. Construímos um quadro para facilitar a análise.

Quadro 9 – Lista de Pontos- Programas de conteúdos das disciplinas de Ciências Naturais

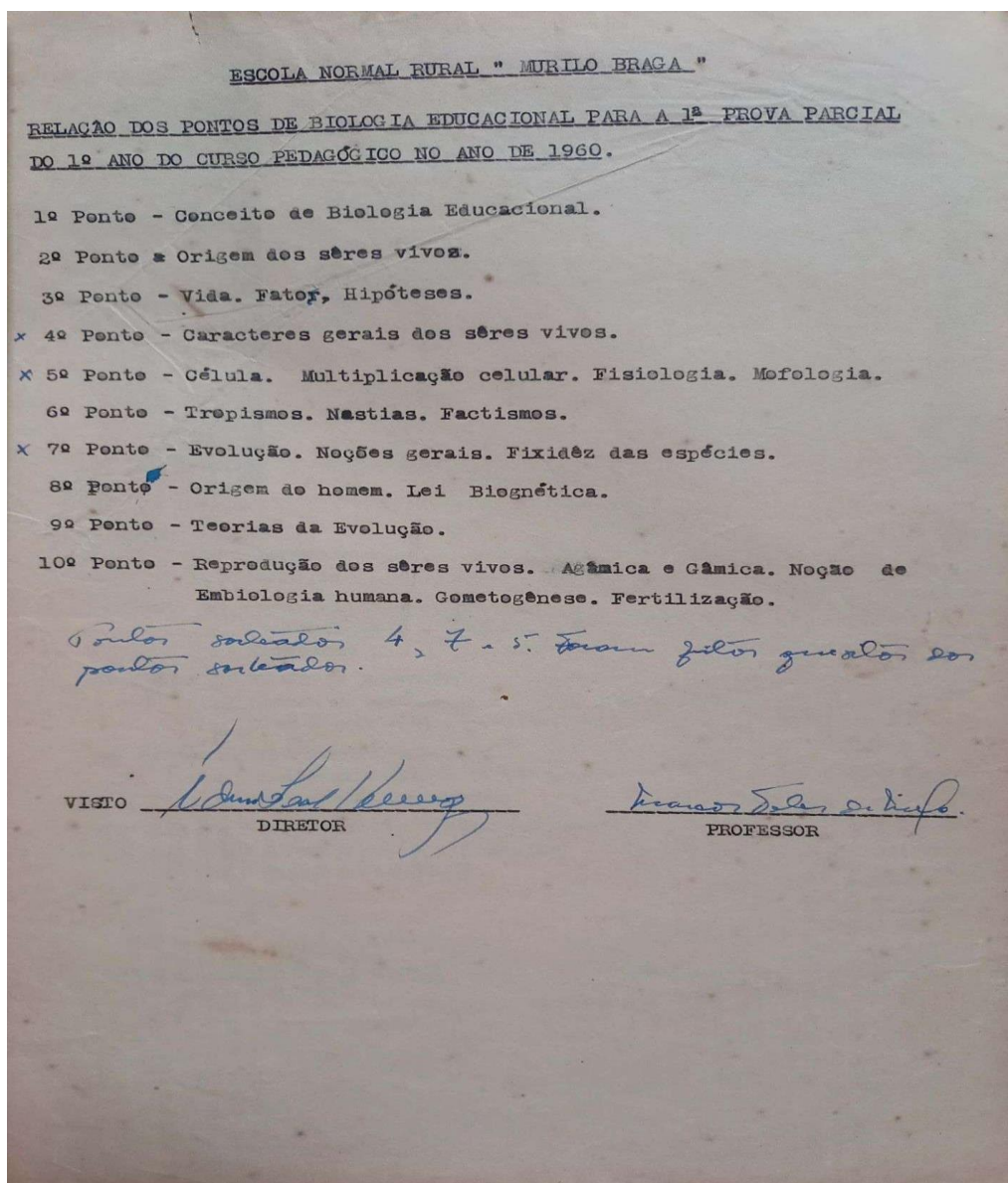
ANO	SÉRIE	PROVA	DISCIPLINA	PROFESSOR
1955	1ª	1ª parcial	Biologia educacional	Alfredo Alves de Oliveira
1955	1ª	2ª parcial e final	Biologia educacional	Alfredo Alves de Oliveira
1955	2ª	1ª parcial	Puericultura e educação sanitária	Alfredo Alves de Oliveira
1955	2ª	2ª parcial e final	Puericultura e educação sanitária	Alfredo Alves de Oliveira
1956	1ª	1ª parcial	Biologia educacional	Alfredo Alves de Oliveira
1956	1ª	2ª parcial e final	Biologia educacional	Alfredo Alves de Oliveira
1956	2ª	2ª parcial e final	Puericultura e educação sanitária	Alfredo Alves de Oliveira
1957	1ª	1ª parcial	Biologia educacional	Alfredo Alves de Oliveira
1957	1ª	2ª parcial e final	Biologia educacional	Alfredo Alves de Oliveira
1957	2ª	1ª parcial	Puericultura e educação sanitária	Ormeil Câmara de Oliveira
1958	1ª	1ª parcial	Biologia educacional	Alfredo Alves de Oliveira
1958	1ª	2ª parcial e final	Biologia educacional	Alfredo Alves de Oliveira
1958	2ª	1ª parcial	Puericultura e educação sanitária	Ormeil Câmara de Oliveira
1958	2ª	2ª parcial	Puericultura e educação sanitária	Ormeil Câmara de Oliveira
1959	1ª	2ª parcial	Biologia educacional	Alfredo Alves de Oliveira
1959	2ª	1ª parcial	Puericultura e educação sanitária	Alfredo Alves de Oliveira
1959	2ª	2ª parcial	Puericultura e educação sanitária	Alfredo Alves de Oliveira
1960	1ª	1ª parcial	Biologia educacional	Marcos Teles da Silva
1960	2ª	2ª parcial	Puericultura e educação sanitária	Ormeil Câmara de Oliveira

1961	2ª	1ª parcial	Puericultura	Ormeil Câmara de Oliveira
------	----	------------	--------------	---------------------------

Fonte: Programa de conteúdos dos professores encontrados no arquivo escolar.

O cruzamento entre os diários e os programas de conteúdos dos professores das disciplinas evidenciou que o programa de Biologia educacional continha dez pontos, ou seja, dez conteúdos para o ano letivo. E Educação Sanitária e Puericultura listavam, no mínimo vinte assuntos. Consideramos que o currículo da disciplina referente à saúde e higiene apresentava maior relevância no currículo da escola.

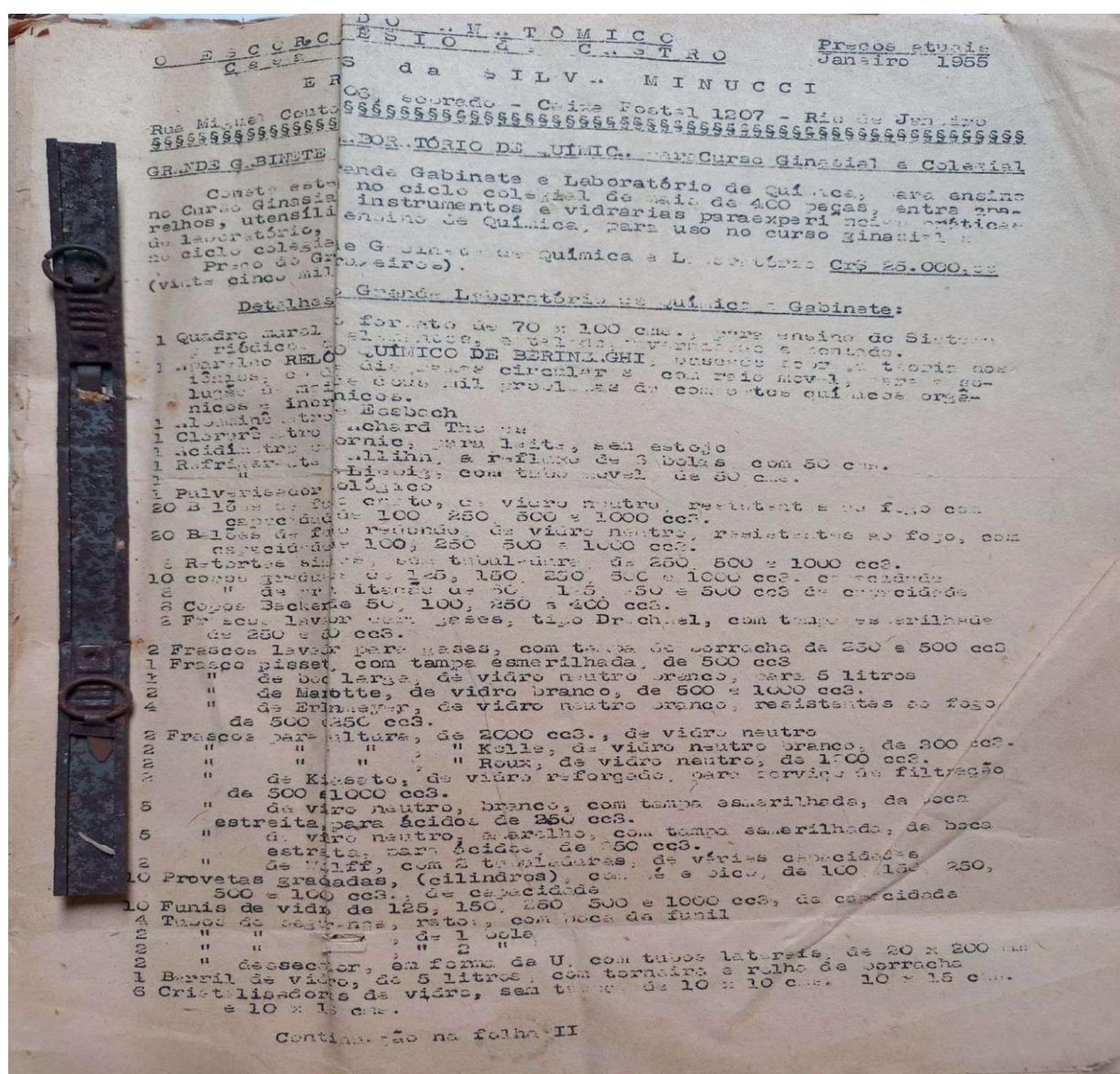
Fotografia 15 - Programa de conteúdos de Biologia educacional para a 1ª prova parcial em 1960



Fonte: Arquivo escolar, acervo da autora (2022).

Nesses documentos, assim como os diários, estavam ausentes a metodologia ou recursos aplicados e a realização de aulas experimentais em laboratórios. Mas há evidências da existência de relatos de ex-alunos, nas pesquisas anteriores, sobre a existência da sala. Adicionamos uma lista de materiais utilizada para experiências em aulas de Ciências Naturais. O documento encontrado em pasta de correspondências apresentava lista de itens para laboratório e para aulas de Botânica, Anatomia e Cosmologia.

Fotografia 16 - Correspondência com apresentação de materiais para aulas práticas



Ao analisar os métodos de ensino do período, constatou-se como prioritária a exposição oral e os testes escritos e orais como procedimentos de ensino nas disciplinas. Estes foram apropriados na forma de transmissão dos conhecimentos e na verificação da aprendizagem dos discentes. Expresso na Lei Orgânica do Curso Normal: “Art. 16. Os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames”. Entretanto, os programas de conteúdos das disciplinas de Ciências Naturais não eram executados integralmente, principalmente em Educação Sanitária e Puericultura, como assevera no “Art. 28. Os programas deverão ser executados na íntegra, de conformidade com as diretrizes que fixarem”. (BRASIL,1946).

Há evidências de que o docente Pedro Garcia Moreno transmitiu um programa extenso em 1954 com conteúdos de Biologia Educacional e cuidados com saúde e higiene. Esses que fazem parte do currículo da disciplina de Educação Sanitária e Puericultura, impossibilitados de confrontar o diário e o programa de conteúdo do professor por não encontramos toda a documentação.

Uma fatura de livros para a biblioteca da escola, encontrada por Sylvania Andrade Costa, consta a compra dos livros de Antônio Almeida Junior de Biologia Educacional e de Pedro de Alcântara sobre Higiene da primeira infância, são indícios de que poderiam ser esses adotados para a formação dos professores. A ideia se baseia, além da fatura, pelo fato de o primeiro ser adotado na Escola Normal Paulista, informação contida na pesquisa de Luciana Maria Viviani em 2007. Tema para estudos posteriores, visto que os livros didáticos não foram localizados.

3.2 Semeadores: os professores das disciplinas de Ciências Naturais

Para compreender a seleção de conteúdos pelos professores, faz-se necessário conhecer o perfil desses profissionais, sua formação e peculiaridades culturais. Tais informações são descritas em pesquisas anteriores e contidas no livro de vida profissional da instituição. Confirmamos a existência de três livros, no entanto, só encontramos um.

As características dos “semeadores” serão apresentadas de forma geral sobre a formação profissional, salários, jornada de trabalho e seguindo de informações individuais. O projeto de educação rural que deu origem à construção da ENRMB tinha o objetivo de formar professores para atuarem nas escolas primárias da zona rural, diminuindo o analfabetismo e preparando uma nação forte para a modernidade.

Sobre esses profissionais, Lima (2002) afirma que, apesar de não terem título de graduação, demonstravam na prática competência para ministrar as aulas das matérias e disciplinar com seus exemplos comportamentais, contribuindo para a formação do caráter. A senhora Tereza Cristina Pinheiro Souza afirma que o Curso Normal era para as mocinhas da época, em que a vocação para o matrimônio e maternidade era regra. E os professores eram selecionados pelo perfil, sem levar em consideração o concurso público. Os professores não tinham como principal função o magistério, eram juízes, bancários, padres. (LIMA, 2002, p.59).

Lima (2002) continua afirmando que os diretores não tinham influência na seleção dos educadores no período ditatorial, e alega que vinham de Aracaju em um micro-ônibus como forma de punição. Isso dificultava o entendimento e a aprendizagem, pois os castigados não se empenhavam. (LIMA, 2002, p.64 e 69). Fica claro que os diretores preferiam os “filhos da terra”, ex-alunos ou pessoas de Itabaiana, alegando maior compromisso. Segundo Costa (2016), no período entre 1961 e 1970, ocorreu o aumento do número de professores com magistério. Ainda que a instituição apresentasse problemas, aconteceram melhorias comparando com anos anteriores, em que a problemática de professores não formados para atuarem nas disciplinas era constante motivo de desespero para os diretores. (COSTA, 2016, p.117 e 118).

Outrossim, para amenizar a falta de formação dos professores, foram criados cursos de aperfeiçoamento e, segundo Costa, em 1961, a chefe de seção de Audiovisual do Centro de pesquisas Educacionais- CBPE convidou os professores de Ciências, de História e Geografia da ENRMB para participarem de 10 a 21 de julho. Nesse aperfeiçoamento, aprenderiam a utilizar recursos audiovisuais no ensino e nos trabalhos práticos supervisionados, gravação, projeção e confecção de materiais de baixo custo, gráficos e fotográficos. (COSTA, 2016, p. 26, 27).

Coletamos informações individuais dos professores e iniciamos com Alfredo Alves de Oliveira, ex-seminarista que teve grande papel nas disciplinas de Ciências Naturais da escola. Assumiu as cadeiras de Biologia Educacional e Educação Sanitária e Puericultura de 1955 até 1959 e diretor de 1956 a 1958. Contratado em 15 de março de 1955 também para lecionar Português e Latim no ginásio, em 31 de março de 1955, Português, Literatura nos 1º e 2º pedagógicos; em 1956, Português e Latim no ginásio e Português, Literatura no 1º e 2º anos do pedagógico, Biologia Educacional e Educação Sanitária e Puericultura.

A partir de 1957, além das disciplinas de Ciências Naturais, lecionou administração escolar no 2º ano, Português e Literatura nos 1º e 2º anos e Fundamentos Sociais da Educação. No mesmo ano, estava com Canto Orfeônico, Latim e Inglês no Ginásial. Latim e Canto Orfeônico continuam em 1958, recebendo mil e seiscentos cruzeiros por trinta e duas aulas e vinte e cinco cruzeiros por aulas suplementares. Assume como secretário em 1959, mas continua com as aulas no curso do ginásio, recebendo sessenta cruzeiros e no Curso Normal recebendo setenta cruzeiros por aula. Então, logo, é desvinculado das disciplinas de Ciências Naturais.

Vimos que, além de lecionar, administrava a escola, uma realidade de outros que faziam parte do curso ginásial e pedagógico, sendo sobrecarregados, ou completavam carga na Secretaria da escola. Em meio aos documentos, encontramos a folha de pagamento dos funcionários, e identificamos o gestor.

Fotografia 17 - Folha de pagamento de março de 1957 dos funcionários da ENRMB

FOLHA DE PAGAMENTO
EXTRATO DO PONTÃO DE COMPARECIMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA NORMAL RURAL
"MURILO BRAGA" Nº 2 DE ITABAIANA, REPERENTE AO MÊS QUE SE SEGUE.

NOME DO FUNCIONÁRIO	CARGO OU FUNÇÃO	DIÁRIA	N. DE DIÁRIAS	TOTAL A RECEBER	RECIBO
Alfredo Alves de Oliveira	Diretor			1.500,00	
Osvaldo Menezes	Datilógrafo	28,00	31	868,00	
Maria Almeida Pinheiro	Insp. Alunos	28,00	31	868,00	
Maria Izaltina de Andrade	Insp. Alunos	28,00	31	868,00	
Maria Corália Santana	Servente	28,00	31	868,00	
Maria Eunice de Jesus	Servente	28,00	31	868,00	
Luiz Rosa Magalhães	Servente	28,00	31	868,00	
José Aloísio de Menezes	Zelador	28,00	31	868,00	
Ivete Araújo Mendonça	Bibliotecária	28,00	31	868,00	
Gervásio Fiel de Santana	Zel. Rural	28,00	31	868,00	
Sebastião Lobo	Vigia	28,00	31	868,00	

DIRETORIA DA ESCOLA NORMAL RURAL "MURILO BRAGA", ITABAIANA, EM 30 DE MARÇO DE 1957.

Alfredo Alves de Oliveira
ALFREDO ALVES DE OLIVEIRA - DIRETOR

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ITABAIANA
VISTO:
EM 7/1957
DEPARTAMENTO DA PESSOAL

Fonte: Arquivo escolar, acervo da autora (2022).

O professor e médico Pedro Garcia Moreno Filho atuou no ginásio como professor de Francês, ingressou em 28/8/1950 por contrato com o Governo do Estado, renovado em 2/1/1951 e, em seguida, no dia 22/4/1952, por portaria nº 259, recebeu autorização para as disciplinas de Ciências Físicas e Naturais. Foi diretor de 29/8/1951 até 3/1955, período que auxiliou na instituição e na elaboração do estatuto do Grêmio Estudantil. Destacamos que foi o primeiro professor da disciplina de Biologia Educacional em 1954, tendo até hoje grande reconhecimento no município em que o hospital recebe seu nome. Um livro biográfico foi escrito em sua homenagem, em 2017, referente à sua atividade como médico: “A Medicina Humanista e seu ocaso”.

O senhor Ormeil Câmara de Oliveira iniciou sua carreira na escola em julho de 1957, lecionando Geografia Geral e Geografia do Brasil nas turmas do ginásio e, em agosto, com Psicologia Educacional nos 1º e 2º anos e Puericultura e Educação Sanitária no Curso Normal. As disciplinas do curso pedagógico continuaram sob sua responsabilidade durante 1958 e 1959, recebendo setenta cruzeiros por aula.

Clodoaldo Andrade, ex-aluno da instituição, que era auditor fiscal, foi, em 1958, auxiliar de disciplina de José Augusto Andrade. Esse último foi vice-diretor em 1972. Lecionou Biologia Educacional de 1967 a 1969. Os alunos apresentam boas representações sobre Clodoaldo vistas nas falas de José Marcondes de Jesus³⁶ no livro “Ecos do Murilo”: [...] agora seria aluno do brilhante professor Clodoaldo Andrade ...que elegantemente nos ensinava matemática...com capacidade didática única...narrativa inteligente [...]” (SOUZA, 2019, p.208) e de Gilberto Fonseca de Jesus,³⁷ “[...] para mim, o mais inteligente e culto de todo o colégio e em quem eu me espelhava na época do ginásio” (SOUZA, 2019, p.175). Ele ainda, apresenta sua percepção sobre José Augusto Andrade: “[... não existia o curso científico...foi aí que entram em cena José Augusto Machado e José Augusto Andrade(Guga) e que com enorme esforço conseguiram implementar...]. (SOUZA, 2019, p.175).

A professora Maria da Conceição, conhecida popularmente como Maria Pereira, foi diretora da escola de 4/1967 a 7/1981, por 14 anos reconhecida como boa administradora e símbolo de respeito e disciplina. Iniciou sua carreira na escola ingressando em 1961 como professora de Matemática, Pedagogia e Metodologia e

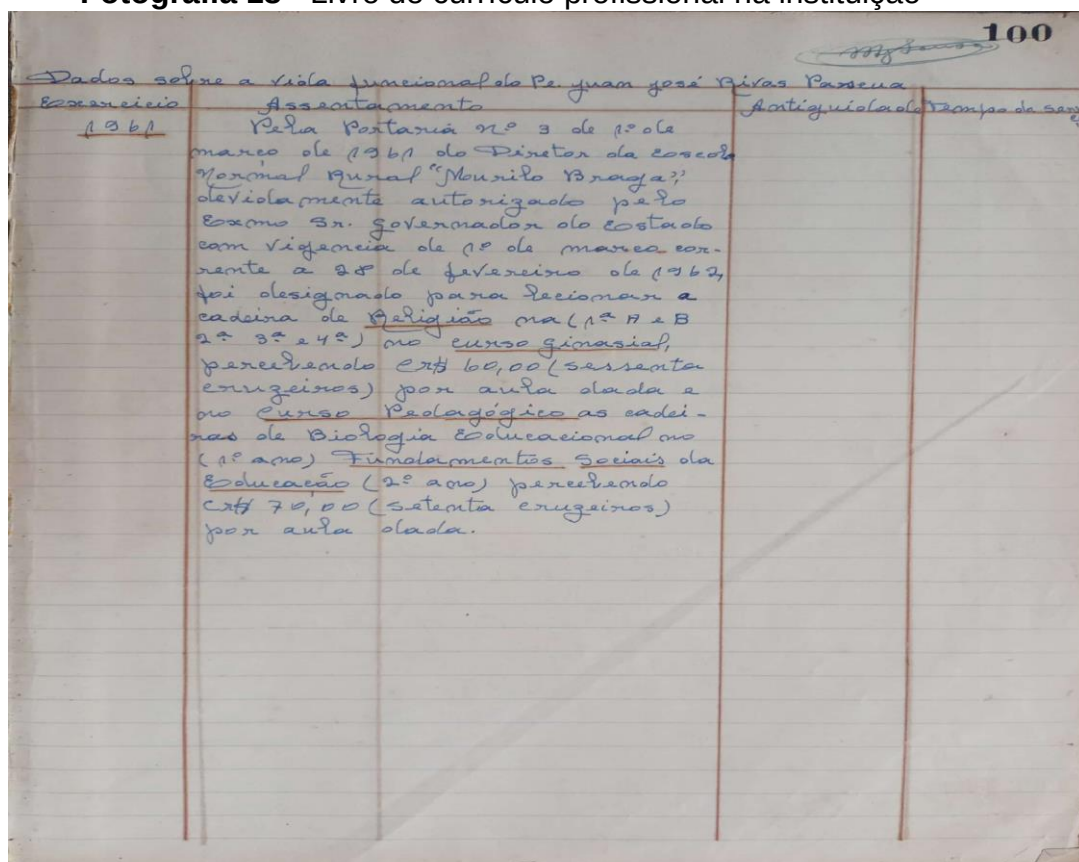
³⁶ Ex-aluno do CEMB. Graduado em Medicina e membro da Academia de Letras de Itabaiana.

³⁷ Estudou o curso ginásio e científico no Colégio Estadual Murilo Braga, graduado em Engenharia Química – UFBA -, cursos em Engenharia de Processamento Petroquímico - Petrobrás/BA -, em Engenharia de Segurança do Trabalho - UCSal. Supervisor de Proteção Radiológica-CNEN, autor do livro “Proteção Radiológica” - ABPA/1985.

Prática de Ensino do Curso Normal. Afastou-se em 1965 para realizar o curso de supervisão na Paraíba, e recebeu estabilidade empregatícia em 1969 através de processo governamental.

No livro que enumera a vida dos profissionais da escola, o professor Juan José Rivas Pascua é apresentado como padre, inicia em 1961, na cadeira de Religião do curso ginásial e Biologia Educacional e Fundamentos Sociais da Educação.

Fotografia 18 - Livro de currículo profissional na instituição



Fonte: Arquivo escolar, acervo da autora (2022).

Encontramos nas informações no livro do currículo e de pesquisas anteriores esses professores da instituição que atuaram entre 1954 e 1972 nas disciplinas de Ciências Naturais. Dentre esses, destacamos a presença de apenas uma professora, Maria da Conceição, a qual também atuou como diretora entre 04/1967 e 07/1981.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chartier (1990) lembra aos seres pensantes, portanto, seres políticos, e incluímos sumariamente professores-pesquisadores, que, no exercer, fabricam o futuro segundo a compreensão e deixam heranças das suas ações. Nessa convicção, o trabalho proporciona conhecimentos como herança sobre as disciplinas de Ciências Naturais na ENRMB e reconhecendo que procuramos o mais próximo dos fatos e documentos. Contudo, há muito a ser pesquisado. Dentro dessa perspectiva, desenvolveram-se as análises da presente pesquisa.

A fim de investigar a organização e o funcionamento das disciplinas de Ciências Naturais na Escola Normal Rural Murilo Braga, fez-se necessário compreender em que moldes a escola foi construída, o momento histórico, a história do ensino de Ciências para observar com as lentes mais adequadas e interrogar as fontes sobre os conteúdos, materiais didáticos e professores. Nessa conjuntura, o objetivo geral foi alcançado e algumas questões suscitadas pelas inquietudes sobre as disciplinas no período 1954 até 1972 foram respondidas durante este estudo.

As disciplinas de Biologia Educacional e Educação Sanitária e Puericultura de 1954 a 1956 obedeceram à legislação e com currículo sobre conteúdos básicos sobre Biologia na primeira e, conhecimentos higiênicos e profiláticos para bebês, crianças e mulheres na segunda disciplina. As mulheres, desse modo, eram preparadas para serem professoras, mães, esposas e propagadoras dessas práticas à comunidade. A feminização do currículo das disciplinas acabava afastando os homens do curso, o que não difere de outras escolas normais. Incluímos outras exclusões instituídas em lei como prova de admissão, limite de idade para o ingresso e a proibição de pessoas com deficiências físicas.

A partir de 1963, o currículo da escola não segue a regulamentação, justamente no período em que o ensino de Ciências exigia a realização de aulas experimentais e conhecimentos técnicos dos educadores.

Identificamos os professores e coletamos informações sobre alguns, de acordo com a disponibilidade das fontes. Ressaltamos a sobrecarga de trabalho deles e a autonomia sobre a seleção de alguns assuntos, a falta de formação específica para lecionar as disciplinas da área.

Dessa forma, foi possível compreender os objetivos e o contexto no qual a instituição foi criada em 1949, e a constituição do Curso Normal em 1954. O propósito

de sua implantação para a formação de professores primários rurais às escolas primárias rurais foi percebido por meio dos discursos oficiais, dos impressos, da planta modelo para a construção de prédio correspondente à escola normal rural e das fotografias, entretanto, ao analisar o programa de conteúdos, a lista de assuntos nos diários das disciplinas e o confronto entre as fontes apresentaram uma contradição.

O Projeto Educacional Rural apresentou lacunas quando não construiu um currículo próprio e inseriu os professores em cursos de formação conveniente. Entretanto, as escolas rurais mantinham vivo um dos pilares do movimento pedagógico republicano que era a erradicação do analfabetismo.

As disciplinas de Biologia educacional, Educação sanitária e puericultura seguiram ao padrão do currículo comum adotado no país na época. Com caráter de adequação da população rural ao processo civilizatório, condizente com as ideias de Almeida (2011), as disciplinas eram estruturadas para formar mulheres aptas ao mundo feminino, ensinando os cuidados maternais, matrimoniais, de higienização e para transmitirem esses moldes à comunidade.

Os professores tiveram um papel fundamental na reprodução do currículo das disciplinas, porém identificamos, no cotidiano escolar, que estes constroem a cultura da disciplina, ainda que essa tenha finalidade definida. Conteúdos que estavam ausentes do currículo foram implementados, segundo a compreensão de cada um.

Ressaltamos que Pedro Garcia Moreno Filho, em 1954, e Juan José Rivas Pascua, em 1961, inseriram temas relacionados às crianças da zona rural. Acrescentamos que, além de atender ao objetivo do trabalho, contribuímos ao relatar a relação da vida profissional com as políticas públicas, a construção da pesquisadora de Ciências Naturais no campo da História da Educação, a metodologia em período de pandemia e a organização e higienização dos documentos no arquivo escolar. E, apesar das limitações pela escassez de tempo para analisar mais fontes e a falta de entrevistas devido ao isolamento social, cremos que há muito para ser investigado sobre as disciplinas, metodologias, alunos, curso ginásial, secundário e profissional que ocorreram na instituição.

Outrossim, observou-se a arquitetura dos prédios antigos e identificação das escolas rurais primárias do município, e a importância da Escola de Aplicação Zenaide Schultz. Há muitas histórias para contar em silêncio aguardando ao questionamento dos professores-pesquisadores às fontes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janalex Tavares de. **Repensando o ensino da matemática nas 6ª séries "A e "do Colégio Estadual Murilo Braga, visando a minimização dos altos índices de reprovação**. Aracaju: UNIT, 2004. (Monografia - Programa Especial de Formação Pedagógica para portadores de Diploma de Educação Superior).

ALMEIDA, D. B.; GRAZZIOTIN, L. S. S. **“A escola primária rural, de Ruth Ivoty Torres da Silva”**. In: MESQUITA, I.; CARVALHO, R. A. (Orgs). *Clássicos da Educação Brasileira*. Vol. 3. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **Economia doméstica: uma disciplina escolar no secundário ginasial sergipano do Atheneu sergipense (1944-1954)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2017. 141.f.

ALMEIDA, D. B. **“A educação rural como processo civilizador”**. In: STEPHANOU, M. BASTOS, M. H. C. (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil: Vol. III - Século XX*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ALMEIDA FILHO, José Carneiro de. **Memórias da Educação Rural em Sergipe (1947 a 1951)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracaju, p.166. 2017.

ALVES, André Luís Conceição. **A Geografia e uma história: a disciplina de geografia no Atheneu Sergipense entre os anos de 1870 e 1908**. Dissertação (mestrado em Educação) –Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2014. 94f.

ANDRADE, José Paulo de. **Escola Técnica de Comércio de Itabaiana: a formação de profissionais contabilistas (1967-1978)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, p. 177, 2014.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **Do respeito à obediência, da palmatória à diversão: escola primária rural no estado de Pernambuco (1940)**. In: Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v. 3, n. 9, p. 7-21, mai. /ago. 2013b.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921 – 1952): uma abordagem comparada**. 215f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013a.

BARROS, Ângela Maria Melo Sá. Educação, Hygiene e Saúde: **“História Natural e Hygiene Geral e Escolar” Na Escola Normal de Sergipe (1879-1930)**. Dissertação- Universidade Tiradentes, Aracaju, Sergipe, p. 131, 2016.

BARRETO, Luiz Antônio. **Acrísio Cruz antologia**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

BARRETO, Luiz Antônio. **Personalidades sergipanas**. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

BEZERRA NETO, L. (2003). **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, p.233. 2003.

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar: quatro séculos depois**. Aracaju: Infographics, 2013.

BORGES, Rozângela Soares Grangeiro. **História da Disciplina de Biologia Educacional no Curso de Magistério da Escola Dom Bosco de Indápolis, Distrito de Dourados/MS (1977-2000)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2012. 160.f.

BRASIL. Constituição (1946). Decreto nº 8530, de 02 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Rio de Janeiro, RJ, 02 jan. 1946. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104424/1946-Lei orgânica do ensino normal. pdf? sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104424/1946-Lei%20org%C3%A2nica%20do%20ensino%20normal.pdf?sequence=1)

BRASIL> Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF, 20 dez.1961. Disponível <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88 Livro EC91 2016. pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/559748/lei_de_diretrizes_e_base s_3ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/559748/lei_de_diretrizes_e_base_s_3ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

BRASIL. **Revista da Campanha Nacional de Educação Rural**. Brasília (DF): Campanha Nacional de Educação Rural, 1959. Ano 6, n. 8.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/136683.pdf>

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALDAS. Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008

CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. **A questão da centralidade urbana em Itabaiana/SE: uma abordagem preliminar**. Scientia Plena, n. 9, vol. 5, set. 2009, p. 1-12

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Educação e política nos anos 20**: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: Lorenzo, Helena Carvalho de; Costa, Wilma Peres da (org.). A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997. p.115-132.

CARVALHO, M. M. C. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, C. P. et al. **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo- Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p. (2002).

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHERVEL, A. (1990). **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, 2, 177-229.

COSTA, Sylvania Santana. **Histórias Contadas e Vividas**: memórias da Escola Normal Murilo Braga (1950-1972). Orientador: Maria Helena Câmara Bastos. 2016. 216 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a05v30n1.pdf>

DELIZOICOV, D; ANGOTTI, J.A. **Metodologia do Ensino de Ciências**. São Paulo: Cortez, 1990.

FALCON, Francisco José Calazans. **História cultural e história de educação**. IN: Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.p.328-375.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e Cultura Escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). Culturas **Escolares, Saberes e Práticas Educativas**. Itinerário Histórico. São Paulo: Cortez, 2007, p.193-211.

FERREIRA, José Nazareno Gonçalves. **A língua inglesa na escola Industrial de Aracaju – EIA (1960 - 1965)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tiradentes, Aracaju:2017, 134.p.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez, 1995, p. 63-82.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Anamaria G. Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos em História da Educação/NPGED, 2003.

FILHO, José Carneiro de Almeida. **Memórias da Educação Rural em Sergipe (1947 a 1951)**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, 2017.

GOODSON, Ivo F. **O currículo em mudança: estudos na construção social do currículo**. Tradução de Jorge Ávila de Lima. Porto/ PT: Editora Porto, 2001.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-bibliográfico sergipano**. 1925. Disponível em: <http://clientes.infonet.com.br/serigysite/includes/serigysite/297/dicarmindo.doc>

GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos. **Do ponto à forma: a disciplina desenho no Atheneu Sergipense (1905-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão:2012, 145.p.

HALL, Robert King. **A nova escola primária brasileira**. Sobre o plano organizado pelo I.N.E.P: problemas de execução, consequências sociais, sugestões para ampliação e aperfeiçoamento progressivo. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Publicação Nº 64, 1950a.

HALL, Robert King. **Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasil: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Vol. XIV, jan. – abr. 1950b, p. 110-126.

HORA, Dayse Marins. **A Biologia Educacional e o exercício disciplinar**. Escola de Educação, UNI-RIO, 2000.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 1ª reimpressão da 2ª edição de 1989. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estados@. Sergipe. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sehttps://cidades.ibge.gov.br/brasil/p/anorama>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Itabaiana: IBGE, 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaiana/panorama>

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-44, 2001.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução: João Tiago Proença. Edições 70, LDS. Lisboa. Portugal. 2012.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EPU, 1987.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezete; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Bogotá, v. 14, n. 2, jul-dez 2015, p. 55-73

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, José Rivadálvio. **Cinquentenário do Colégio Estadual Murilo Braga (1949-1999)**. Aracaju: J. Andrade Ltda, 2002.

LIMA, Itamara Santana. **O CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VICENTE MACHADO MENEZES (1994-2005)**: “um legado de ensinamentos e aprendizado” na cidade de Itabaiana/SE. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho da Universidade Federal de Sergipe. Itabaiana/SE, 2017, 62.p.

MAIA, E. M. Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos. **Em aberto**. Brasília, ano 1, n. 9, p. 27-33, set, 1982.

MAGALHÃES, Justino. **Da cadeira ao banco**: escola e modernização (séculos XVIII-XX). Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação. Coleção Ciência da Educação, direção de António Nóvoa. 2010.

MAKNAMARA, M. **Encontros entre pesquisas (auto) biográficas e necessidades de formação docente em Ciências**. Revista Insignare Scientia - RIS, v. 3, n. 2, 24 ago. 2020, p. 135-155.

MEIRELES, Emile. **Modos de Formar, Ações para Divulgar**: educando mulheres para a manutenção da saúde. Curitiba 1917-1931. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Sistema de Bibliotecas UFPR, 2019, 125 f.

MENDONÇA, J. A. N. **A educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina Ltda., 1958.

MIGUEL, Aline da Conceição. **Escola Normal Rural Murilo Braga**: formando professores para a área rural. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, p. 76. 2011.

MOREIRA, Roberto José. **Ruralidades e globalizações**: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2015, p. 15-41.

NUNES MENDONÇA, José Antônio. **A Educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina Ltda., 1958

OLIVEIRA, Kate Constantino Pinheiro de Andrade. **A institucionalização do ensino de francês no Brasil**: o caso da academia real militar do Rio de Janeiro (1810-1882) – Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tiradentes, Aracaju:2016, p.106

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; ANDRADE, Terezinha. **A utopia que brota do campo: a Educação Rural em Minas Gerais (1949-1971)**. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí/RS: Unijuí, 2007.

PEREIRA, Soleide dos Santos. **Memórias da juventude estudantil do Colégio Estadual Murilo Braga em Itabaiana/SE: 1977-1984** Monografia (Graduação Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, p. 97. 2002

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, ed. 10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, Lidiane Monteiro. **Da educação sanitária à proteção social: planos, disputas e ações da política de assistência materno infantil no Brasil, 1934-1945**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020, 242.f.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 35.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecossistema da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos, (1911-1926)** – São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

SANTOS, Isabel de Carvalho. **Colégio Estadual Murilo Braga, Itabaiana- SE (1949-1999): uma contribuição à sua história**. Monografia (Graduação Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, p. 106. 2002. (Monografia).

SAVIANI, Demerval. **Breves Considerações Sobre Fontes Para História da Educação**. HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago 2006.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, [s. l.], ano 1, n. 1, jul. 2009, p. 1-15

SERGIPE. **Secretaria de educação-SEED. Nossas escolas**. Portal da Secretaria estadual de educação de Sergipe. Disponível em: <https://www.seed.se.gov.br/oficial.asp>

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949**, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1949.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1950**, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1950.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951**, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1951.

SERGIPE. **Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC. SUPES – Superintendência de Estudos e Pesquisas. EMDAGRO/ASPLAN**

SILVA, L. H. da. **Cenários da Educação no Meio Rural de Minas Gerais**. Curitiba: Editora CRV, 2010.

SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no Estado de Sergipe (1947-1951)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracaju, p. 202, 2016.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; JESUS, Camila Mendes de; KINCHESCKI, Ana Paula de Souza. **Cultura Material da escola em mensagens presidenciais: entre o dito e o não dito (Santa Catarina –1874 a 1930)**. *Saeculum – Revista de História* [22]; João Pessoa, jan./ jun. 2010.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. **Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870 – 1920)**. *Revista brasileira de história da educação*. Campinas/SP, n. 3 (33), p. 207-233, set./dez. 2013.

SILVA, Wênia Mendonça. **A pedagogia musical do canto orfeônico e a sua configuração como disciplina escolar no Atheneu Sergipense (1931-1956)**. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. 137 f.

SOUZA, Elizeu Clementino de; RAMOS, Michael Daian Pacheco. **Trabalho docente em escolas rurais: pesquisa e diálogos em tempos de pandemia**. *Retratos Da Escola*, v. 14, n. 30, 2021, p. 806–822

SOUZA, Kátia Viana de. **A disciplina de economia doméstica e a formação feminina no instituto de educação Ruy Barbosa (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Tiradentes, Aracaju, 2015, p. 97.

SOUZA, Rosa Fátima de; MORAES, Agnes Iara Domingos. **O “Ensino Típico Rural”: contribuições para a historiografia da educação rural no Brasil**. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, v. 15, n. 1, set/2015, p. 277-304.

SOUZA, Rosa Fátima; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. **Para uma genealogia da escola primaria rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889 –1947)**. *Congresso Brasileiro de História da Educação – Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil*. IN: *Anais...*, Cuiabá, 2013.

SOUZA, Rosângela Ferreira de. **Vínculos do feminino**: puericultura e relações de gênero (1920-1940). Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: Feusp, 2004, 131 f.

SOUZA, Tereza Cristina Pinheiro (org.). **Ecos do Murilo**. Aracaju: Infographis, 2019. 285.p

TAMBARA, E. Problemas teórico-metodológicos da História da Educação. *In*: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.P; SANFELICE, J. L. **História da Educação**: o debate teórico-metodológico atual. Campinas: Atual, 2000.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIVIANI, Luciana Maria. **A Biologia Necessária**: formação de professoras e escola normal. (Educação & 2). Belo Horizonte: Argumentvm; São Paulo: FAPESP. 2007, p.270.

WEBER, Silke. **O Plano Nacional de Educação e a valorização docente**: confluência do debate nacional. Cadernos CEDES. Campinas, v. 35, n. 97, set./dez. 2015, p. 495-515.